Índice

Editorial ..... **vix**

1. O Peso de um Distintivo **1**

1.1. Introdução 1

1.2. Definição de Símbolo 1

1.3. O símbolo da NRF 2

1.4. Conclusões 3

2. Agrupamento Mecanizado NRF 12 – Preparação para a Certificação **5**

2.1. Introdução 5

2.2. A "NATO RESPONSE FORCE" – Conceito de Actuação 6

2.3. O Plano de Treino 7

2.3.1. Tarefas essenciais para o cumprimento da missão 8

2.3.2. Os recursos 9

2.3.3. Planear 9

2.3.3.1. Objectivos Semestrais/Parcelares 9

2.3.3.2. O Tiro 9

2.3.3.3. O treino físico 10

2.3.3.4. Necessidades de formação 10

2.3.3.5. Calendário de actividades 11

2.3.4. Execução 11

2.3.5. Avaliação 11

2.4. Conclusões 12

3. Treino de Operações em Áreas Urbanas numa Força Mecanizada. Porquê, Como e Quanto? **15**

3.1. Introdução 15

3.2. Importância do treino em áreas urbanas 16

3.3. Metodologia e Periodicidade do Treino 19

3.4. Conclusões 23

4. Treino de Combate em Áreas Edificadas na 2CAt/1BIMec **27**

4.1. Introdução 27

4.2. Desafios 29

4.2.1. O que treinar? 29

4.2.2. Doutrina de emprego 29

4.2.3. Locais de treino 29
4.2.4. Materiais específicos para treino 31
4.3. Factores que afectam o treino 34
4.4. Treino de CAE 35
4.4.1. Definir objectivos e níveis 35
4.4.2. Técnicas de treino 35
4.4.3. Prioridades de treino 35
4.4.3.1. Treino físico 36
4.4.3.2. Tiro de armas ligeiras 38
4.4.3.3. Prestar os primeiros socorros e evacuar baixas 46
4.4.3.4. TTP de pequenas unidades 46
4.4.3.4.1. Treino Inicial 47
4.4.3.4.2. Treino Intermédio 49
4.4.3.4.3. Treino Avançado 53
4.5. Conclusões 54
5. O Emprego dos Carros de Combate em Áreas Urbanas 61
5.1. Introdução 61
5.2. A Utilização de Unidades Blindadas em Áreas Urbanas 62
5.3. A Organização para o Combate e Emprego dos Carros de Combate em Áreas Urbanas 65
5.4. Conclusões 67
6. Operações de Cerco e Busca 71
6.1. Introdução 71
6.2. Planeamento e Organização 72
6.2.1. Princípios 72
6.2.2. Aspectos a ter em consideração durante o planeamento 73
6.2.3. Organização 75
6.3. Tarefas 75
6.3.1. Comando 75
6.3.2. Elemento de segurança 75
6.3.3. Elemento de busca 76
6.3.4. Elemento de detenção 81
6.3.5. Reserva 82
6.3.6. Uso de Equipas de vigilância / atiradores especiais 82
6.4. Conclusões 83

7. Secção de Segurança, Porquê? 85
7.1. Introdução 85
7.2. Desenvolvimento 86
7.3. Conclusões 90
8. O Fluxo dos Recursos Humanos na EOP do AgrMec/ NRF12 e a Transferência de Treino para a Formação. 91
8.1. Introdução 91
8.2. Levantar e manter a EOP do AgrMec/NRF12 91
8.3. Formação ministrada com vista à certificação do AgrMec/NRF12 95
8.4. Entradas e saídas de pessoal durante o ano de 2008. Que implicações? 96
8.5. Conclusões 99
9. A Logística no Agrupamento Mecanizado NRF12 101
9.1. Introdução 101
9.2. Conceito (PDE-4-00 LOGÍSTICA) 101
9.3. Organização 102
9.4. O Apoio Logístico vs Treino Operacional. 103
9.5. Funções Logísticas 105
9.6. Integração da Logística do Agrupamento Mecanizado com o conceito logístico LCC/NRF 12 108
9.7. Relação entre a Logística do Agrupamento e do Comando Operacional 110
9.8. Conclusões 111
10. Planeamento e Execução de Colunas de Apoio de Serviços 113
10.1. Introdução 113
10.2. Importância de um Planeamento Detalhado e elementos que contribuem para o planeamento 113
10.3. Conclusões 115
11. A Manutenção do AgrMec/NRF12 117
11.1. Introdução 117
11.2. Pessoal da Manutenção 117
11.3. Execução 117
11.4. Dados Estatísticos 118
11.4.1. Ordens de Trabalho 118
11.4.2. Requisições de Material 120
11.5. Conclusões 120
12. Modernização do Sistema de Armas ACar no Agrupamento Mecanizado NRF 121

12.1. Introdução 121
12.2. As diferentes gerações de mísseis 121
12.3. Projecto para a aquisição de Armas ACar 123
12.4. Conceito Geral de Emprego das Armas ACar e Requisitos Operacionais 123
12.5. Conclusões 124
13. Os Postos de Observação 127
13.1. Introdução 127
13.2. Os Posto de Observação de Infantaria 127
13.2.1. Montar e operar um posto de Observação (PO) 127
13.2.2. Tipos de Postos de Observação 128
13.2.3. As missões do Pelotão de Reconhecimento 130
13.3. Análise 131
13.4. Conclusões 132
14. Apoio CSI a um Agrupamento NRF 139
14.1. Introdução 139
14.2. A infra-estrutura de CSI 140
14.3. O Sistema de Comando e Controlo 142
14.4. Os meios de comunicações VHF 143
14.5. Conclusões 144
15. O Treino Físico no AgrMec/NRF 12 145
15.1. Introdução 145
15.2. Treino Físico de Aplicação Militar 145
15.3. Treino Físico Geral – "Microciclos Semanais" 147
15.4. Conclusões 151
16. Treino Físico para as Guarnições dos Carros de Combate 153
16.1. Introdução 153
16.2. O dia-a-dia do "Carrista" 153
16.3. O treino físico para o "Carrista" 155
16.4. Conclusões 157
17. A Higiene Feminina em Campanha 159
18. Sargento de Pelotão de um Batalhão de Infantaria Mecanizado 163
19. Ser Profissional!!! O que significa 169
19.1. Competência técnica 170
19.2. Aptidão física 171
19.3. Disponibilidade 171

19.4. Iniciativa 172
19.5. Liderança 172
20. A Certificação do Agrupamento Mecanizado/NRF 12 175
20.1. Introdução 175
20.2. O Plano de Treino 175
20.2.1. Manobra 176
20.2.1.1. Ciclos de Treino 176
20.2.1.2. Exercícios de Agrupamento - LINCE 177
20.2.1.3. Treino das TECM 179
20.2.2. Homem 180
20.2.3. Tiro 180
20.3. Certificação 181
20.3.1. Certificação Nacional 181
20.3.2. Certificação Internacional 182
20.4. Conclusões 182

Lista de Abreviaturas

ACar – Anti-Carro 123

ACT – Allied Command Transformation 123

AE – Áreas de Empenhamento 123

AM – Auto-Metralhadoras 123

CAC - Companhia de Apoio de Combate 130

CAE - Combate em Áreas Edificadas 27

CC - Carros de Combate 123

CmdtPel – Comandante de Pelotão 128

CmdtSec – Comandante de Secção 128

COT – Centro Operacional Táctico 131

CRO - Conduzir Operações de Resposta à Crise 8

EA – Eixos de Aproximação 124

EM - Estado-Maior 130

EOM – Estrutura Orgânica de Material 109

EPI – Escola Prática de Infantaria 133

EPQ – Escola Prática de Quadros 180

FAP – Força Aérea Portuguesa 110

GAM – Ginástica de Aplicação Militar 145

HNS – Host Nation Support 109

IED – Improvised Explosive Device 177

IEO – Força de Entrada Inicial 177

LTECM - Lista de Tarefas Essenciais, para o Cumprimento da Missão 9

LVSMP – Lista de Verificação de Serviço de Manutenção Preventiva 153

MARCOR – Marcha e Corrida 145

MARFOR – Marcha Forçada 145

MOU´s – Memorandums of Understanding 108

MTEFE – Manual Técnico de Educação Física do Exército 155

NAC - North Atlantic Council 6

NP - Necessitam de Prática 12

NRF - NATO Response Force 1

NSE - Nacional Support Element 108

NT - Não Treinadas 12

NTM - Notice To Move 102

PelRec – Pelotão de Reconhecimento 127

PMLP – Plano Médio e Longo Prazo 123

PO – Posto de Observação 127

PRC – Potencial Relativo de Combate 123

PVD – Ponto de Vigilância Dominante 132

REFE – Regulamento de Educação Física do Exército 153

SecSeg - Secção de Segurança 85

SIE – Sistema de Instrução do Exército 145

SIR – Specific Information Request 133

STX – Situational Training Exercise 177

T - Treinadas 12

TA´s - Technical Agreements 108

TECM - Tarefas Essenciais Para o Cumprimento da Missão 8

TFAM – Treino Físico de Aplicação Militar 145

TFG – Treino Físico Geral 145

TO - Teatro de Operações 15

TTP - Técnicas Tácticas e Procedimentos 67

Editorial

As minhas primeiras palavras são, obviamente, para saudar todos os prezados leitores desta publicação – única –, quer no que respeita ao número de edições, quer, salvo melhor opinião, devido ao seu conteúdo exclusivo.

Na verdade, os escritos em apreço resultam do intenso treino acumulado ao longo de catorze (14) meses, executado em condições marcadamente mais favoráveis do que as normais, designadamente pela presença dos indispensáveis recursos humanos e materiais (incluindo os financeiros). A elevadíssima taxa de execução do programa de treino com vista às certificações nacional e internacional, bem como, o plano desenhado para o período de "stand by", proporcionou uma oportunidade única para que se coligisse uma série de reflexões/lições aprendidas que, de outro modo, não seria possível recolher. É este contributo que, humildemente, pretendemos deixar aos vindouros que possam ser confrontados com situação idêntica ou no mero desempenho de funções num Agrupamento Mecanizado.

Militares do Agrupamento NRF 12,

Esta obra é, também, um tributo – perene – a todos os homens e mulheres que integraram esta Força e que, com o seu abnegado espírito de serviço e profissionalismo, contribuíram, arduamente, para a concretização dos objectivos propostos. A todos, manifesto o meu apreço pelo esforço despendido, bem como, a supina honra que me foi concedida ao comandar esta Unidade.

Uma palavra final de louvor, aos autores dos artigos desta colectânea que ousaram, com espírito de camaradagem, colocar à mercê de outrem e para a posteridade, toda a riqueza colhida, fazendo jus ao nosso lema,

O Futuro de Nós Dirá.

O Comandante
Lino Loureiro Gonçalves
TCorInf

1. O Peso de um Distintivo

1.1. Introdução

Em época de balanço sobre um ano de treino da *NATO Response Force* (NRF) 12 saldam-se os aspectos positivos e negativos, e neste sentido, pede-se a participação de Praças, Sargentos e Oficiais para que testemunhem a sua experiência através de artigos sobre os mais diversos assuntos. Sejam sobre as Tácticas Técnicas e Procedimentos das tarefas desenvolvidas durante o treino, sejam sobre factores muito importantes no treino como Liderança e ou a Motivação, estes artigos têm o objectivo final de deixar uma compilação sobre o que se fez, como se fez, para que se fez e, claro, aspectos a melhorar numa futura NRF.

Pretende-se que este testemunho ajude a esclarecer a importância de ostentar o dístico da NRF, sobretudo a dois grupos de pessoas: futuros militares a abraçarem uma NRF e a militares que ostentaram/ostentam este emblema. O primeiro núcleo de pessoas justifica-se, fazendo jus à necessidade de transmissão de conhecimento e experiência adquiridos durante a NRF12. Ao segundo leque de interessados, não puxando brasa a nenhuma "sardinha" e não ferindo susceptibilidades, justifica-se para elucidar aqueles que não têm (ou perderam) a noção do que se lhes pediu/pede, em termos de exigência. Sendo assim e rematando esta parte introdutória, este artigo pode ser muito importante para motivar quem fez bem (auxiliando a orgulhar-se do que fez), e relembrar quem esteve aquém, para poderem melhorar o seu desempenho e poderem enquadrar-se rapidamente, dentro dos parâmetros requeridos.

1.2. Definição de Símbolo

Nos dicionários, símbolo, é descrito como figura, marca ou sinal, que representa ou substitui outra coisa e tem como sinónimos, divisa, emblema e insígnia[1] Esta palavra tem génese do grego "σύμβολον" (sýmbolon), significando um «elemento representativo em lugar de algo»[2]. Da origem da palavra símbolo, podemos concluir que temos presentes duas

[1] Insígnia é um sinal ou marca que identifica uma instituição, um cargo ou um estatuto de uma determinada pessoa. As insígnias são, normalmente, usadas sob a forma de emblemas ou distintivos. Por isso é que se nos aparece como sinónimo de símbolo.

[2] http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADmbolo, em 17 de Março de 2009.

realidades diferentes: a visível e a invisível. A visível, corresponde ao elemento representativo propriamente dito e, pelo facto de este ser colocado em "lugar de algo", encerra o lado abstracto da definição. Pode ser um objecto, uma ideia, um conceito, determinada quantidade ou qualidade e, embora haja muitos reconhecidos internacionalmente, outros só são compreendidos e vistos como símbolos dentro de um determinado contexto ou grupo, como por exemplo os símbolos religiosos ou característicos de uma determinada cultura.

"Símbolo" pode ser uma imagem ou palavra e, também pode designar outro objecto ou qualidade devido à afinidade e/ou semelhança entre ambos. A representação específica atribuída a cada símbolo, pode decorrer de um processo natural ou pode ser convencionada de modo a que quem o "absorve" (o receptor), atribua determinada conotação resultante do processo de interpretação do seu significado implícito. Pode estar mais ou menos relacionada com o objecto ou ideia que visa representar e pode ser representado gráfica, tridimensional, sonora e gestualmente.

Por último, descrevemos mais duas palavras do campo lexical da que partimos, que são: simbologia e semiótica.

A simbologia é a ciência que estuda a origem, a interpretação e a arte de criar símbolos, sendo algo que pode revelar muito sobre algumas civilizações. A semiótica é a disciplina que estuda os símbolos, do seu processo e sistema geral. O grande ensino que esta disciplina oferece, é o conceito de que tudo tem uma relação com um símbolo; de acordo com esta ideia, para a semiótica um símbolo é, grosso modo, qualquer coisa, que representa qualquer coisa para alguém. Existem outras disciplinas que interpretam determinados símbolos, como por exemplo: a semântica, que estuda o simbolismo da linguagem através das palavras, e a psicanálise, que interpreta o simbolismo nos sonhos.

1.3. O símbolo da NRF

Em vez de descrever como é e o que representa cada detalhe do dístico da NRF, vamos definir o que representa ostentar este símbolo no ombro direito, ou seja, vamos fazer uma abordagem abstracta do objectivo, na medida em que não se pretende pormenorizar as características físicas, mas sim o conceito que está subjacente ao uso deste dístico.

A força NRF passa a fazer uso deste dístico quando for validada a nível nacional, no final da primeira fase. São seis meses intensos de muito treino. Muito trabalho investido para que se consiga a validação. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de um símbolo que

traduz seis meses de aplicação, desenvolvimento e treino de Técnicas Tácticas e Procedimentos avaliadas de forma positiva.

O militar que faz uso deste dístico não pode ser visto como um qualquer. Na minha opinião, também não pode ser visto nem melhor nem pior, mas é, sem dúvida, diferente. Não é qualquer um que integra uma NRF, que está predisposto a acarretar o peso da responsabilidade de preparar-se para adversidades do novo ambiente operacional. Muitos foram aqueles que, ao fim da primeira barreira, colocaram a vida pessoal e os interesses de uma vida facilitada à frente do "fazer bem".

Com orgulho ostenta-se o símbolo da merecida certificação nacional mas, não nos podemos esquecer, que estes Homens, quando chamados a intervir – seja qual for o âmbito – têm a responsabilidade de executar as tarefas que lhes são pedidas com o rigor, exigência e profissionalismo, inerentes à casa a que pertencem, por um lado e, por outro, ao peso de envergar um dístico que representa tanto como o da NRF.

1.4. Conclusões

Seja uma Barretina ou a Cúpula para um aluno do Colégio Militar, seja uma Besta ou os Mosquetes para um Infante, sejam os Sabres cruzados ou a boina preta para um Cavaleiro, seja uma cor diferente na boina ou uma insígnia a trazer na farda para evidenciar um curso que se frequentou com sucesso, seja o escudo de armas de uma Unidade, Estabelecimento ou Órgão, como símbolos militares, sejam a foice e o martelo para um comunista, seja a Cruz Suástica para um Nazi, sejam cada um dos livros sagrados para as diversas religiões, sejam os Hinos ou as bandeiras de cada país, sejam as diversas cores associadas aos clubes de futebol, seja o símbolo que quisermos dar como exemplo, todos têm em comum as características que fazem deles, precisamente, símbolos.

Todos eles encerram em si o espírito de pertença, de identificação e orgulho, ou seja, o Espírito de Corpo, característico e único de cada unidade, tropa especial, Arma ou Serviço, partido político, Nação, clube de futebol ou religião.

Não são os valores e o espírito que estão subjacentes ao uso do dístico da NRF, mas sim as muitas noites passadas no campo e o muito suor investido para que a força esteja ao nível dos mais altos padrões de qualidade, este sim, é o peso do distintivo da NRF. Quando o

militar é chamado a fazer, é-lhe imputada a responsabilidade do "saber fazer", obrigando a que o militar privilegiado, corresponda fazendo bem.

Ten Inf António Barbosa

2. Agrupamento Mecanizado NRF 12 – Preparação para a Certificação

«The NATO Response Force is a ready, agile and flexible force which I believe is crucial to the health and success of our alliance in the coming years»

General John Craddock, Maio de 2007

(Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa)

2.1. Introdução

O presente escrito tem como finalidade dar a conhecer o importante trajecto percorrido até ao início do período de certificação a 11Jan08. Pretendendo dar cumprimento a um velho aforismo – «Errar não é sinal de falta de inteligência! O mesmo já não sucede, quando não se aprende com os erros cometido» –, cedo se começou a trabalhar, ao contrário do que aconteceu com a anterior experiência (NRF 5), cujo momento (tardio) de atribuição da missão não permitiu uma grande disponibilidade de tempo para planeamento[3]. Nesse sentido, depois de regressar do Kosovo em Setembro de 2006, o Batalhão elegeu desde logo, como objectivo de treino de longo prazo, a certificação internacional do AgrMec NRF 12 que, apesar de ter de vencer outros (de curto prazo – Exercícios ROSA BRAVA 07 e LINCE 07), sempre constituiu o principal factor influenciador da organização e das actividades de todas as áreas funcionais da Unidade, desde o preenchimento de cargos, às acções de formação, não esquecendo obviamente o treino.

Dando corpo a esta linha de acção, o Cmd da Brigada Mecanizada emitiu em 27Fev07, a sua Directiva Iniciadora, documento que desencadeou como a própria designação pressupõe, uma série de tarefas de planeamento (também ao nível do escalão superior), das quais se destacam as seguintes:

- Emissão da Directiva de Planeamento do Cmdt de Agr em 05Mar07;
- Revisão da Estrutura Orgânica de Material (em coordenação com o G4 da BrigMec);
- Reuniões de coordenação com os Comandos Operacional e Funcionais em 10Mai07 e 29Nov07;
- Elaboração do Plano de Formação;
- Elaboração do Plano de Treino (e respectivos custos associados em combustíveis e quantidades de munições).

[3] É ainda cedo para a revisão após a acção, mas esperemos não vir a concluir que voltámos a incorrer na repetição de alguns erros.

É sobre o plano referido em último lugar (treino) que se irá centrar a atenção desta reflexão, para além de um refrescamento do "conceito NRF". Baseado no plano concebido por ocasião da NRF 5, o mesmo apresenta ainda assim, para além dos ensinamentos recolhidos, alguns aspectos decorrentes dos "novos" ambientes operacionais, como sejam, a relevância e inerentes preocupações de treino das operações de apoio ao anti-terrorismo e à crescente importância do combate em áreas edificadas. Merece também uma referência especial, a revisão "em baixa" do quantitativo de munições, quer devido à incontornável escassez de recursos, quer por via da constatação – prática – de falta de tempo para cumprir todas as tabelas que, idealmente deveriam ser executadas.

2.2. A "NATO RESPONSE FORCE" – Conceito de Actuação

A proposta de criação de uma NRF foi apresentada no Verão de 2002 pelos Estados Unidos da América ao "North Atlantic Council" (NAC). Esta pretensão, inovadora, que inclusive, terá apanhado de surpresa os restantes países membros[4], tornou-se rapidamente a prioridade da estrutura militar da aliança que, por via disso, ganhou uma nova credibilidade junto do Pentágono. Em Novembro do mesmo ano, na cimeira de Praga, o conceito foi aprovado pelos chefes de estado e, seis meses depois, o NAC definiu o respectivo conceito militar.

A NRF é, pois, uma Força conjunta (e combinada) de 25 a 30.000 militares, capaz de ser projectada com um pré-aviso de 5 a 30 dias e que será desenhada de acordo com a missão, garantindo contudo, a capacidade de, como "Initial Entry Force", participar em operações de alta intensidade com autonomia logística de trinta dias. A NRF, que pretende ser uma Força tecnologicamente avançada e interoperável, foi declarada totalmente operacional em 29Nov06 pelo Secretário-geral da NATO. No entanto, ainda antes de atingir este desiderato, foi empenhada por duas vezes (e únicas até ao momento), ambas em 2005, em operações de ajuda humanitária, sendo a primeira por ocasião do furacão Katrina e a segunda no apoio às vítimas de terramoto no Paquistão. Apesar de subsistirem algumas incertezas no seio da aliança sobre este projecto, outras vozes não hesitam em afirmar (avisando...): «The alliance has made temendous progress in creating and developing the NATO Response Force

[4] Na opinião do General Gérard Leroy, em "The implementation of NRF concept and its consequences".

concept. However, it was not conceived to be a static force that sits on the shelf after achieving full operational capability»[5].

Como tal, é totalmente avisado que o AgrMec NRF 12 se prepare para cumprir todas as missões passíveis de serem cometidas à NRF, apesar das que se apresentam em seguida, estarem identificadas como aquelas que detêm maior probabilidade de ocorrência:

- Operações de resposta a crises, incluindo imposição de paz;
- Operações de evacuação de não-combatentes;
- Apoio a operações de anti-terrorismo.

Para fazer face a esta tipologia de missões, bem como para atender aos exigentes critérios de certificação da Força, foi desenhado o respectivo Plano de Treino de que trataremos em seguida.

2.3. O Plano de Treino

Em conformidade com a directiva Nº10-07 da BrigMec (Directiva Inicial de Aprontamento do AgrMec/NRF 12), o 1BIMec recebeu a missão de elaborar uma proposta de Plano de Treino Operacional, com vista à preparação e certificação do AgrMec/NRF 12. O plano em apreço foi elaborado utilizando para o efeito o modelo de planeamento do treino em uso no 1º BIMec desde 2004, e que foi aplicado durante o planeamento do treino do AgrMec/NRF 5.

De uma forma geral, é um modelo baseado na MISSÃO e orientado para a EXECUÇÃO, com a finalidade de transformar a missão atribuída à Unidade num conjunto de tarefas práticas, perfeitamente mensuráveis, e cuja execução, de acordo com as listas de verificação, confere garantias de êxito.

Para dar início ao planeamento, e de acordo com o modelo adoptado, foram analisadas as directivas do escalão superior, as lições apreendidas do AgrMec/NRF 5 e outra documentação, tal como os manuais do Batalhão de Infantaria Mecanizada e listas de verificação[6]. Da análise à Directiva Nº10-07 da BrigMec, foram listadas as Missões/Capacidades das Forças NRF. Para as transformar em tarefas a treinar, foi elaborado um quadro onde a cada capacidade se associou o tipo de operação terrestre que concorre para essas mesmas capacidades.

[5] General John Craddock em "NATO Response Force leaders consider NRF missions", Maio de 2007.
[6] ARTEP 71-2-MTP, Mission Training Plan for the Thank and Mechanized Infantry Battalion Task Force

O quadro seguinte permitiu listar as Tarefas Essenciais Para o Cumprimento da Missão (TECM), para cada tipologia de operação e contribuiu ainda, para desenhar os blocos de treino.

Missões/Capacidades	Op Ofensivas	Op Defensivas (a)	CRO (c)	Missões genéricas	Op de Transição (b)
Ser empregue como força isolada (Stand Alone Force).	x	x	x	x	x
Ser empregue como "Initial Entry Force" em ambiente hostil ou permissivo, de modo a facilitar a chegada de Forças de seguimento ao Teatro de Operações.	x	x	x	x	x
Conduzir Operações de demonstração de força.	x	x	x	x	x
Conduzir Operações de Resposta à Crise (CRO).			x	x	x
Conduzir Operações de Apoio ao Contra-Terrorismo.			x	x	
Conduzir Operações de Interdição Terrestre.			x	x	

(a) Às Op defensivas, em termos de blocos a treinar, associou-se as operações de retardamento;

(b) Foram associadas ao bloco das Op Ofensivas;

(c) As CRO estão presentes em todos os blocos de treino, sendo, na maior parte das situações, encarado como treino de oportunidade[7].

2.3.1. Tarefas essenciais para o cumprimento da missão

Nesta fase, o ideal seria que todos os comandantes, até secção, fossem envolvidos no levantamento das TECM, cada um ao seu nível, ou seja, aquelas que cada um julga ser necessário para a sua Força. Depois, e no sentido Secção-Pelotão-Companhia-Agrupamento, as tarefas seriam canalizadas de modo a serem consolidadas na Lista de

[7] Treino de oportunidade – é o treino de tarefas que, não estando explícitas num determinado bloco de treino, são executadas sempre que surge uma disponibilidade de tempo.

Tarefas Essenciais, para o Cumprimento da Missão (LTECM) do Agrupamento. Este procedimento permite envolver todos os comandantes na elaboração do plano de treino, identificando-se e comprometendo-se com o mesmo.

Na presente situação, devido à falta de Cmdt's de Secção e à flutuação do efectivo das praças, só foi possível envolver os Cmdt's de Companhia/Esquadrão no processo.

2.3.2. Os recursos

Uma vez encontradas as TECM foi necessário estimar os recursos necessários ao seu treino. Nesse sentido, foram feitas estimativas de consumo de abastecimentos das Classes III e V, e começaram a ser determinadas as necessidades de material e equipamento. A estimativa da Classe III foi elaborada por períodos de treino mensal/trimestral.

2.3.3. Planear

O passo seguinte teve início com a definição do objectivo do treino que, de acordo com as directivas do escalão superior, é de médio prazo e consiste na certificação internacional (NATO). No intuito de concretizar o treino de todas as tarefas, houve a necessidade de desdobrar este objectivo noutros de curto prazo, associados à tipologia das operações e de acordo com o ciclo de treino da BrigMec.

2.3.3.1. Objectivos Semestrais/Parcelares

Fase	Objectivos	Tipologia das Operações
I	Certificação Nacional	Op Defensivas (Retardamento) / Imposição de Paz
II	Certificação NATO	Op Ofensivas / Imposição de Paz

Destes objectivos, extraíram-se períodos de treino (mensal/trimestral), articulados com as tarefas a treinar e a sequência natural do treino – do simples para o complexo (individual, secção, pelotão, exercício de companhia/esquadrão, exercício de Agrupamento e exercício de Brigada), permitindo um planeamento multi-escalão, decisivo para a liberdade de acção e iniciativa dos mais baixos escalões, apelando deste modo, à motivação dos quadros.

2.3.3.2. O Tiro

A elaboração deste programa teve como referência as lições aprendidas do plano de treino do AgrMec/NRF 5, no qual a taxa de execução das tabelas de tiro rondou em média, os 25%. Deste modo, verificou-se um acentuado corte, quer ao nível de tabelas a cumprir,

quer ao nível dos executantes, tornando-o mais exequível, salvaguardando, não obstante, os seguintes princípios:

- Fazer face às missões/capacidades expressas na Directiva da BrigMec e às TECM levantadas;
- Executar o treino do individual para o colectivo;
- Alcançar a proficiência na utilização do armamento, individual/colectivo;
- Efectuar, pelo menos, uma sessão de tiro por mês;
- Garantir o treino do controlo do fogo dos diferentes sistemas de armas que, quanto mais baixo o escalão, mais detalhado terá de ser.

O tiro, para além de constituir uma área de excelência no treino de uma Força deste tipo, confere ganhos de confiança, motivação e disciplina que, de outra forma não são possíveis de obter. Daí, considerar-se que o treino desta Força tem que estar associado à execução de tabelas de adaptação e de tiro instintivo, e evoluir do tiro de combate individual até ao tiro de combate de pelotão.

2.3.3.3. O treino físico

Dada a exigência do treino operacional e das missões a desempenhar, torna-se vital a condição física de todos os militares, pelo que foi elaborado um programa de treino físico com objectivos semestrais e com uma carga média de, pelo menos, quatro sessões por semana, sendo uma delas de Agrupamento, que, entre outros objectivos, tem como finalidade a manutenção do espírito de corpo e da coesão da Força. No entanto, e uma vez que o treino físico não deve estar desfasado do treino operacional, subsistiu alguma dificuldade na elaboração deste plano, porquanto o actual Regulamento de Educação Física do Exército, é omisso na definição de um programa-tipo específico para o aprontamento destas Forças, cujos militares, entre outros requisitos, têm que estar aptos a «operar eficazmente num ambiente hostil de falta de água e de comida»[8] fazendo apelo a uma boa/muito boa condição física.

2.3.3.4. Necessidades de formação

[8] Certificação da Força de Reacção da NATO.

Dada a tipologia das operações em que a Força pode ser empregue, foram inventariadas necessidades de formação que vão desde cursos/estágios mais relacionados com operações de apoio à paz, até acções de formação do âmbito estritamente "convencional".

2.3.3.5. Calendário de actividades

Por fim, foi elaborado um calendário que permite integrar, ao longo do tempo, os períodos/ciclos de treino e as restantes actividades da Unidade. Para o efeito, foi determinante a directiva de planeamento do Comandante do AgrMec/NRF 12 para o treino da Força. A este calendário foi associado um gráfico com uma estimativa de empenhamento do pessoal em actividades de treino por períodos de tempo, que permite avaliar os picos de esforço do pessoal, permitindo uma melhor gestão do mesmo.

2.3.4. Execução

Terminado o planeamento dá-se início à EXECUÇÃO DO TREINO, que é a fase essencial – o treino é o nosso "negócio". Esta, embora de planeamento centralizado, pretende-se que seja: descentralizada e da iniciativa dos comandantes das UEC; permanentemente acompanhada pelo Comandante – o que lhe permite fazer, com oportunidade, avaliações informais; que cada actividade de treino termine com uma crítica pós acção, de forma a permitir a introdução dos inevitáveis ajustamentos.

2.3.5. Avaliação

De acordo com o ciclo de treino, a avaliação é uma responsabilidade de todos os Comandantes. Estes devem assegurar-se de que as avaliações são executadas, devem recolher e difundir o "feedback" obtido e servir-se do mesmo para introduzir correcções ao Plano de Treino, contribuindo deste modo, para tornar esse plano num documento vivo. Esta é a última fase do ciclo do treino, e tem como finalidade avaliar o desempenho individual e a execução das tarefas colectivas, de acordo com os padrões definidos. No final de cada período, é elaborado pelas subunidades, um relatório de situação do estado do

treino, e que deve espelhar se as tarefas preconizadas para esse período estão: Treinadas (T); Não Treinadas (NT); Necessitam de Prática (NP).

2.4. Conclusões

Tendo consciência das dificuldades que o nosso Exército enfrenta, estamos convictos da excelente oportunidade de realização profissional que este desafio apresenta para todos os militares do AgrMec/NRF12, pelo rigor do treino com vista à certificação e pela natureza e diversidade de tarefas a treinar.

O modelo e plano de treino apresentado, assentam em três pilares essenciais: O HOMEM – formação, treino físico, motivação e realização profissional; o TIRO – como garante da proficiência na utilização do armamento e aumento da confiança; e a MANOBRA – materializada no treino de todas as tarefas e procedimentos tácticos.

Texto elaborado pelo 1BIMec

Bibliografia

AAVV, "NATO Response Force leaders consider NRF missions, 4 May 2007, http://www.nato.int/shape/news/2007/05/07050a.htm, acedido em 09 de Janeiro de 2008.

AAVV, "NATO Response Force declared fuly operational", file://R:\AdLib\dpi\191206NATOReactionForceEN.htm, acedido em 13 de Dezembro de 2007.

AAVV, "NATO's Response Force prepares for future missions", 14 December 2007, http://nato.int/docu/update/2007/12-december/e1201a.html, acedido em 09 de Janeiro de 2008.

AAVV, "Certificação da Força de Reacção da NATO" Abril de 2004, SHAPE.

LEROY, Gérard, " The implementation of NRF concept and its consequences", December 2004, http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/doctrine/doctrine05/us/doctrine/art3.pdf, acedido em 12 de Novembro de 2006.

AAVV, ARTEP 71-2-MTP, Mission Training Plan For the Thank And Mechanized Infantry Battalion Task Force, Headquarters Department Of The Army Washington, DC, 27 November 2001.

3. Treino de Operações em Áreas Urbanas numa Força Mecanizada. Porquê, Como e Quanto?

3.1. Introdução

Quem está ou esteve ligado à preparação de uma força, concordará, certamente, que o factor tempo é determinante. Podemos melhorar a operacionalidade dos meios e até proceder à sua aquisição. Todos aspiramos com a estabilidade dos recursos humanos, no entanto, o tempo seguirá o seu passo, não perdoando mau planeamento ou desperdícios. Outro ponto fulcral é que, para além da recorrente falta de tempo, uma força só consegue manter-se treinada num número finito e até diminuto de tarefas. Como tal, o Comandante elegerá dentro das tarefas a treinar, explícitas e implícitas, as que considera críticas. É neste dilema da selecção do prioritário que este artigo procura ter espaço, analisando qual o peso das áreas urbanas na equação.

Vivemos um período em que, por vezes é difícil encaixar, principalmente até ao escalão Batalhão[9], as operações correntes no seu espectro. Principalmente em escalões superiores, o conceito de Three Block War tem sido um paradigma da prática, criando incerteza nas subunidades quanto ao grau de violência em que operam. Forças como as que pertencem à Nato Response Force (NRF), sem Teatro de Operações (TO) pré-definido, devem atender ao estudo estatístico da periodicidade da execução de tarefas nos cenários actuais, mas carecem simultaneamente, de manter como farol o conceito plasmado num artigo escrito após experiência adquirida no Afeganistão: "O treino, organização e formação de uma força para a execução de operações em todo o espectro, deve enfatizar basicamente, a execução de tarefas inerentes ao combate. Essas deverão ser as preocupações dos comandantes aos diversos escalões pelo elevado risco de perdas humanas. Um check-point montado de forma atabalhoada, não abonará certamente, a favor da imagem da força perante a população do TO. Um Soldado que perca a vida numa

[9] Do ponto de vista do autor, na conflitualidade actual, em qualquer faixa do espectro das operações e independentemente do tipo de operação conduzido ao nível conjunto ou mesmo da componente terrestre, uma unidade até ao escalão Batalhão tem que estar preparada para efectuar acções de combate, mesmo em operações de estabilização. Este factor torna difícil definir a tipologia de tarefas com maior probabilidade de ocorrência.

acção de combate incorrectamente executada por insuficiência de treino, é uma perspectiva que deverá abonar de forma bem mais negativa na consciência de quem preparou a força." (Ruivo, 2008: 20).

Para este texto foi usado como referência o escalão Batalhão e escolhido o 1ºBatalhão de Infantaria Mecanizado, colhendo lições das participações nas NRF 5 e 12.

Estruturalmente foi dividido em três partes. Numa primeira, aborda-se a importância do treino em áreas urbanas e, mais especificamente, o combate neste tipo de terreno para uma força operacional que não tem um TO de actuação definido[10]. Em segundo lugar, é ilustrada a metodologia de treino a seguir para áreas urbanas e define-se o peso em termos de tempo e a sua distribuição pelos escalões subordinados. Na terceira parte, em jeito de conclusão, sintetizam-se as ideias chaves tentando alcançar uma fórmula orientadora e não uma receita a clonar para qualquer situação.

3.2. Importância do treino em áreas urbanas

A probabilidade de enfrentarmos uma ameaça assimétrica é, hoje em dia, muito superior ao cenário típico da Guerra-fria. Diria que será admissível, mas menos verosímil, um membro da OTAN operando no seio da aliança, fazer face a um oponente dissimétrico[11]. De acordo com o relatório técnico "Urban Operations in the Year 2020" da Research and Technology Organisation da OTAN, a maioria dos conflitos são, e assim permanecerão, de carácter assimétrico[12], resultando muitos numa Operação de Apoio à Paz conduzida pela Aliança ou outra coligação.

Um adversário assimétrico é obrigado a empregar as suas forças em terreno que permita dirimir a desvantagem tecnológica e o diferencial de potencial. Melhor que as montanhas do Sul Afegão, as áreas urbanas vão para além dos efeitos pretendidos, adicionando a mistura

[10] Embora se considere que para a maioria dos TO actuais, o explanado ao longo do artigo seja relevante no aprontamento das forças a destacar.

[11] O conceito de simetria está ligado ao tipo de meios, organização e tácticas semelhantes, sendo que a dissimetria acontece quando, apesar do referido, existe uma grande disparidade em potencial.

[12] Mesmo nas novas teorizações sobre os conflitos futuros, como a Guera Híbrida, a componente assimétrica terá sempre preponderância sobre os meios e tácticas convencionais.

permanente de não combatentes pelo que, como refere o citado relatório, a subversão e contra-subversão[13] deslocaram-se para os centros populacionais. Nos centros urbanos, o lado mais fraco pode flagelar o oponente sem que este possa tirar partido de todas as suas armas, quer pelo efeito inibidor do terreno, quer pela forte possibilidade de danos colaterais. Outra característica das áreas urbana é o seu efeito de íman para as operações. Opostamente ao confronto entre exércitos típicos da Guerra-fria, em que estas podiam até certa fase ser evitadas, na actualidade são o palco privilegiado das operações militares, quer sejam de combate ou outras. As áreas urbanas sendo centros políticos, financeiros, industriais, dos serviços e dos média, transformaram-se em pontos importantes a serem controlados (FM 3-06.11,2002: 1-8). Mesmo nas operações de combate, uma das preocupações constantes é a fase de transição que se seguirá, pelo que o controlo dos centros populacionais, e muitas vezes a manutenção das suas capacidades funcionais, é capital.

A directiva para o treino operacional no 75th Ranger Regiment do Exército dos Estados Unidos refere "…a nossa situação de combate mais provável, desgastante fisicamente e letal, será durante a noite num ambiente urbano"[14], indo mesmo mais longe, referindo que se não se inverter as prioridades de treino entre o terreno rural e urbano, continuaremos a treinar para a guerra de ontem.

Assumindo a inevitabilidade das áreas urbanas nas operações militares, questiona-se a utilidade de uma força mecanizada neste tipo de terreno. Quando os blindados surgiram no campo de batalha não o fizeram para combater em ambientes urbanos. As limitações em termos de ângulos de tiro e de visão, bem como a ameaça anticarro associada à dificuldade em manobrar e obter apoio mútuo, dissuadem o emprego de forças mecanizadas de forma independente[15] dentro de áreas urbanas. Temos então um cenário de Infantaria Mecanizada, actuando apeada sem que as suas viaturas influenciem o combate e os carros de combate em apoio de forma disseminada[16]. Talvez este cenário se mantenha para o confronto entre exércitos regulares equivalentes, mas como exposto anteriormente não é este o cenário mais provável para os países da OTAN.

[13] Os termos originais são insurreição e contra-insureição. Embora a subversão urbana não seja um factor novo, conflitos como a Somália, Iraque e Afeganistão, citando apenas alguns, demonstram a tendência dos adversários assimétricos procurarem o confronto violento dentro das povoações, onde, não só se podem dissimular mais facilmente, como os alcances do combate diminuem drasticamente, retirando eficácia a armas tecnologicamente mais avançadas.

[14] Tradução livre.

[15] Os blindados sempre operaram neste tipo de terreno em apoio à Infantaria apeada. No entanto, não foi prática corrente, até aos conflitos da actuais, o emprego em áreas urbanas de forças mecanizadas *per si* (excepção feita às batalhas de Grozni).

[16] Não se aplica para operações de não combate.

No Iraque, quer durante a invasão propriamente dita, quer durante acções de combate inseridas na fase subsequente de estabilização, "as forças pesadas foram decisivas nos combates dentro das principais cidades…elas lideram o avanço terrestre e destroem o inimigo através do fogo directo"[17] (Gordon IV e Pirnie, 2005: 88). Porquê esta mudança? A resposta está na caracterização da ameaça. Olhemos para as operações correntes no Iraque ou no Afeganistão. A ameaça assimétrica procura ao nível táctico desorganizar o esforço de patrulhamento das forças ocidentais, causando danos materiais e baixas humanas, mas principalmente um clima de insegurança permanente[18]. A utilização de IED[19] para imobilizar as colunas em conjugação com acções de flagelação com armas anticarro[20] e armas ligeiras são constantes nas áreas urbanas. Este facto faz com que os blindados modernos, apesar de também serem bons alvos, proporcionem a melhor protecção contra tal ameaça.

Um grave problema ao nível das pequenas unidades que actuam contra uma ameaça assimétrica, é o carácter imprevisível das acções conduzidas pelo inimigo. As informações de nível táctico são sempre escassas, tornando herculeana a tarefa de predizer o local e hora dos próximos ataques. A incerteza coloca maior ênfase na protecção[21]. No TO do Iraque, onde o Exército Americano opera forças pesadas, médias e ligeiras, "as primeiras[22] compensam a lacuna em informações tácticas com a sua protecção passiva e o seu superior poder de fogo, pouco interessando quando o inimigo dispara primeiro, já que raramente as suas armas penetram nos carros de combate M1 Abrams e a resposta é sempre

[17] Tradução livre.

[18] Estas acções tácticas têm finalidades diferentes a cada nível: retirar a liberdade de movimentos das forças ocidentais ao nível táctico; má publicidade ao nível operacional (de TO) e estratégico por danos colaterais causados na reacção às emboscadas e ainda ao nível estratégico causar na opinião pública ocidental uma sensação de inaceitabilidade e insucesso da operação em curso.

[19] Improvised Explosive Devices.

[20] Normalmente lança granadas foguete, sendo o RPG-7 o mais utilizado.

[21] Não seria viável utilizar a Infantaria apeada para limpar rua a rua antes de qualquer movimento de viaturas, quer pelo factor tempo, quer devido ao factor que a ameaça está dissimulada entre os não combatentes.

[22] O Exército Americano sentiu necessidade de executar melhoramentos ao nível da protecção nas suas forças médias, colocando, a exemplo, gaiolas contra RPG. Embora a blindagem das forças médias, designadamente assentes em plataformas de rodas, possa tornar-se equivalente, a capacidade de manobra em espaços apertados, como em áreas urbanas, é muito superior nas viaturas de lagartas (comparam-se aqui viaturas de geração equivalente como a M2 Bradley de lagartas e a Stryker de rodas).

devastadora. Como tal, e num futuro previsível, especialmente quando actuando contra ameaças assimétricas, as forças terrestres continuarão a necessitar da protecção blindada contra um inimigo invisível até à detonação ou flagelação. A blindagem continuará a desempenhar um papel principal, não apenas nas grandes operações de combate, mas também durante as operações de estabilização[23].”[24] (Gordon IV e Pirnie, 2005: 89).

Considerando o efeito magnético das áreas urbanas nas operações actuais e previsíveis, e a utilidade comprovada das forças mecanizadas neste terreno, será no mínimo irrealista não eleger o treino neste ambiente como primeira prioridade e as tarefas subsidiárias como críticas.

3.3. Metodologia e Periodicidade do Treino

Antes de se abordar o treino específico em áreas urbanas, é importante referir que a Infantaria Mecanizada é na sua génese Infantaria, pelo que aos escalões Secção e Pelotão, a maioria das tarefas essenciais ao cumprimento da missão são executadas como força apeada.

Tradicionalmente, o treino em áreas urbanas tem sido abordado como um bloco na preparação de forças no nosso Exército. Para este terreno específico é dedicado um período temporal em que as tarefas são treinadas do individual até ao escalão Pelotão ou Companhia. Esta gestão transmite um carácter de excepção e dificulta a transição de técnicas e procedimentos aos baixos escalões quando se muda de terreno, o que acontece constantemente na realidade. A razão apontada frequentemente para esta calendarização, é a escassez de áreas de treino, podendo-se concentrar desta forma o treino das subunidades em locais como a Aldeia Camões em Mafra. Da experiência colhida durante a NRF 5 e 12, é substancialmente mais eficiente introduzir o treino em áreas urbanas todos os meses conjugado com as restantes actividades. A justificação para tal frequência reside na complexidade das técnicas e procedimentos utilizados ao nível Secção e Pelotão. Tarefas como a entrada num edifício e limpeza de compartimentos[25], exigem treino constante para que se mantenha a proficiência em relação à protecção da força, à eficácia do tiro e à redução de danos colaterais. Quanto ao factor instalações com alguns meios, rapidamente são estabelecidas condições credíveis para o treino das Secções e Pelotões. Com painéis de armação de ferro e paredes de lona ou outro tipo de tecido resistente, pode-se construir

[23] Na doutrina actual do Exército americano as operações de estabilização são um dos quatro elementos do espectro total das operações.
[24] Tradução livre.
[25] Especialmente em combate (ou com a possibilidade de) de precisão.

edifícios por módulos, os quais permitem uma mudança de cenário fácil e rápida. Estes painéis podem ser também utilizados em carreira de tiro, permitindo o treino de tarefas em modo de LFX[26].

É reconhecido que o escalão chave nas áreas urbanas é a Secção, principalmente devido ao isolamento criado por paredes e muros, pelo que o treino neste ambiente não pode ser apenas evolutivo em termos de escalão, mas tem que funcionar em ciclos curtos. Mensalmente, a Secção deverá treinar isoladamente um período, o Pelotão[27] dois e a Companhia novamente um. Estes períodos deverão ter a duração mínima de um dia e dizem respeito a treinos sem munições ou com munições de salva. Ou seja, não incluindo as sessões de tiro. A articulação do treino com carros de combate deverá ser iniciada no escalão Pelotão e não apenas na Companhia. Semestralmente, as unidades de escalão Companhia devem deslocar-se a Mafra com a duração mínima de uma semana, onde existem condições ímpares de treino[28].

Definida a calendarização ideal, como treinar então? A base é o treino sem munições e sem inimigo. Esta é a fase da mecanização dos procedimentos da parelha e da Secção. É a base também para os Comandantes, não na mecanização, mas na decisão, executar exercícios tipo TEWT[29]. Estes exercícios têm a vantagem de poderem ser executados em qualquer instalação, até no próprio quartel. Quando se passa aos STX[30], estes devem ser motivantes e constituir um desafio. A presença de não combatentes deve ser uma constante, simulando cenários de combate de precisão, bem mais adaptados à realidade que o combate sem restrições. Novamente se refere o carácter cíclico do treino e não simplesmente evolutivo,

[26] Live Fire Exercise.
[27] Na realidade sempre que o Pelotão treina as suas três Secções são constantemente utilizadas, pelo que continuam a praticar intensivamente.
[28] A Aldeia Camões permite entre outras possibilidades o treino de operações em subterrâneos e combate dentro da área urbana propriamente dita (ruas e praças).
[29] Tactical Exercise Without Troops. Estes exercícios não são mais que o percorrer o terreno e discutir a forma de resolver o problema táctico criado.
[30] Situational Training Exercise.

devendo as unidades voltar à base repetidamente, não o encarando como recuo, mas sim como uma poupança de recursos para as fases seguintes, evitando erros desnecessários.

Entre estes ciclos de treino das Companhias, surgirão os exercícios do tipo FTX[31] no Batalhão e Brigada. Aqui surge mais uma oportunidade de introduzir tarefas a executar em áreas urbanas, mesmo que não se crie um exercício específico para este terreno[32].

Em conjugação com o treino mencionado, existe a necessidade de executar um programa de tiro que prepare para um tipo de combate violento e maioritariamente executado às curtas distâncias. O treino de tiro[33] deve ter a seguinte sequência evolutiva: tiro de pontaria instintiva em carreira de tiro; pistas de parelha e pistas de Secção. Nas tabelas de adaptação de tiro de pontaria instintiva deverão ser introduzidas algumas alterações, embora as posições e distâncias praticadas actualmente sejam válidas. O tiro em elevação e depressão deve colmatar as referidas tabelas, já que o cenário urbano é repleto de alvos a diversas alturas. A partir da posição de caçador deve surgir uma outra em que a arma está na posição de transporte alto[34]. As pistas de parelha e Secção devem focar-se em duas áreas: a progressão ao longo de uma rua e a limpeza de compartimentos / edifícios. Estas pistas são facilmente construídas nas carreiras de tiro existentes, utilizando os edifícios modulares constituídos por painéis. Na execução das pistas de tiro, as condições do combate de precisão devem estar presentes, tais como ter silhuetas de alvo de combatentes e de não combatentes. A execução de pistas de tiro está intrinsecamente ligada ao treino sem munições, devendo ser definido um calendário que garanta a mecanização de procedimentos antes da ida à carreira de tiro, evitando desperdícios e garantindo a necessária segurança. As sessões de tiro de pontaria instintiva não podem ser remetidas apenas ao início do ciclo de treino, mas devem ser disseminadas no mínimo mensalmente[35].

Outra área com interesse directo para as operações em áreas urbanas é o manuseamento de explosivos. É necessário existir em cada Secção elementos capazes de, no mínimo,

[31] Field Training Exercise.

[32] Considera-se que em Portugal não estão criadas condições ao nível das instalações para a condução de FTX em áreas urbanas para os escalões Batalhão e Brigada. No entanto é viável introduzir missões para Pelotão e Companhia recorrendo aos edifícios modulares construídos por painéis.

[33] Refere-se apenas o tiro com directo interesse para as áreas urbanas e não a totalidade do seu programa.

[34] Muito útil para treinar o segundo elemento da parelha que entra nos compartimentos. Esta posição evita que a arma cruze o corpo do primeiro elemento na fase mais crítica da limpeza de um compartimento, a entrada.

[35] A eficácia do tiro de pontaria instintiva assenta essencialmente na correcta posição da arma. Este factor só se consegue através da repetição, pelo que as sessões devem ser curtas e espalhadas no tempo. A introdução de miras holográficas diminuem a necessidade da prática constante deste tipo de tiro, mas não eliminam a sua necessidade.

executar uma brecha por métodos explosivos[36]. O ideal é que todos tenham esta competência. O mesmo se aplica à parte sanitária. Não chega ter socorristas ao nível do Pelotão ou da Companhia[37], sendo necessário ter no mínimo um elemento por Secção com conhecimentos em suporte básico de vida. Quer o treino de explosivos, quer o sanitário, requerem uma formação inicial separada, necessitando ser constantemente incorporados nos STX e FTX. Estas áreas requerem tanta mecanização como as técnicas e procedimentos relativas ao combate, e a sua prática deve ser realista e aliciante. Nas brechas os procedimentos podem ser sempre executados substituindo o explosivo por matéria inerte, mas mantendo os escorvamentos. No treino sanitário, não se dispondo de kits de simulação de ferimentos, cada elemento pode transportar um cartão com a descrição de ferimento e respectivos sintomas para que o socorrista e todo o restante pessoal sanitário, possam tomar os seus procedimentos de acordo com a situação[38].

As operações em áreas urbanas são altamente exigentes fisicamente. Esta exigência reflecte-se quer no trem inferior quer no superior. A boa preparação física terá igualmente impacto na resistência psicológica do combatente. Aliado à impiedosa dureza do cenário urbano, temos o peso médio transportado por cada militar. Além da normal protecção balística, há que somar no mínimo, os meios de brechas mecânicas e explosivas, escadas e outros meios de transposição de obstáculos e de acesso a pisos superiores. Para contrariar este cenário antagónico, já existem as ferramentas necessárias[39] que por vezes, são postas um pouco em posição secundária fora dos cursos de formação. Sessões de treino em circuito e GAM[40] são essenciais para um desenvolvimento harmonioso dos vários grupos musculares. As marchas devem ser rotina, criando habituação a períodos longos de esforço com o equipamento completo, não devendo ser encaradas como provas de rusticidade a executar esporadicamente[41].

Dentro do âmbito do treino físico, a luta militar tem sido relegada para segundo plano dentro dos programas de treino físico das forças operacionais. Sendo o cenário urbano pródigo em combate a muito curtas distâncias, a preparação para o corpo a corpo, não só

[36] Considera-se que os métodos explosivos de redução de obstáculos, como o uso de tropedo bengalório para ultrapassar obstáculos de arame farpado, já fazem parte do treino em todos os tipos de terreno.
[37] Pode-se considerar que o sistema de disseminação de socorristas nas unidades de combate está ainda em revisão concomitantemente com a revisão dos quadros orgânicos dos Batalhões.
[38] Razão pela qual este treino tem necessidade de também ser supervisionado por um médico / enfermeiro.
[39] Considera-se, no entanto, haver espaço para inovação nas ferramentas de treino físico regulamentadas, tais como MARCOR com equipamento de combate.
[40] Ginástica de Aplicação Militar. Estas sessões também têm grandes benefícios ao nível da capacidade de decisão, autoconfiança e na criação do espírito de grupo.
[41] Até porque, tal como a corrida, o andar ou marcha também requer treino e não apenas rusticidade.

aumenta as capacidades reais dos militares, como também aumenta a sua autoconfiança. No entanto, para se manter eficaz, o treino da luta militar deve focar-se em apenas algumas defesas e ataques básicos, a treinar repetitivamente, e no manejo da baioneta.

3.4. Conclusões

Sendo as áreas urbanas palco privilegiado das operações militares contemporâneas, só pela sua periodicidade, as tarefas inerentes a este cenário devem ser classificadas como críticas na elaboração dos programas para o treino das forças. Dentro destas, as tarefas de combate serão as que requerem maior atenção, pelo seu efeito catastrófico se executadas em operações sem a devida preparação das tropas.

Dentro do cenário mais provável das operações decorrerem em ambientes de ameaça assimétrica, as forças mecanizadas têm um emprego generalizado com eficiência comprovada, pelo que também estas devem ter as áreas urbanas como um dos focos do seu treino.

Não esquecendo que a maioria das tarefas relacionadas com o combate em áreas urbanas, exige treino constante para que se mantenha a proficiência em relação à protecção da força, à eficácia do tiro e à redução de danos colaterais, deverá ser estabelecida uma calendarização de treino que inclua por cada mês um ciclo 1-2-1 para os escalões Secção, Pelotão e Companhia, respectivamente. A articulação da Infantaria com carros de combate deve acontecer aos escalões Pelotão e Companhia. Este método foi comprovadamente mais eficiente para os Agrupamentos Mecanizados da NRF 5 e 12[42]. Como referido, a formação e treino em explosivos e suporte básico de vida, são necessidades simultâneas com o treino das tarefas de combate.

Como culminar do treino das Companhias, o Batalhão e a Brigada têm a obrigação de incorporar tarefas a executar em áreas urbanas nos seus FTX, validando assim o treino e incentivando o seu continuar.

Maj Inf João Barros

[42] Agrupamentos com base no 1ºBIMec reforçado com um Esquadrão de Carros de Combate.

Bibliografia

Monografias e Contribuições em Monografia:

FM 3-0, *Operations*. Headquarters, Department of the Army, Washington, DC, 27 Fevereiro 2008.

FM 3-06.11, *Combined Arms Operations in Urban Terrain*. Headquarters, Department of the Army, Washington, DC, 28 Fevereiro 2002.

FM 7-0, *Training the Force*. Headquarters, Department of the Army, Washington, DC, 22 Outubro 2002.

FM 7-1, *Battle Focused Training*. Headquarters, Department of the Army, Washington, DC, 15 Setembro 2003.

GLENN, Russell W, JACOBS, Jody, NICHIPORUK, Brian, PAUL, Christopher, RAYMOND,Barbara, STEEB, Randall, THIE, Harry J.. *Preparing for the Proven Inevitable - An Urban Operations Training Strategy for America's Joint Force*. National Defense Research Institute (RAND), 2006.

HOFFMAN, Frank G. *Conflict in the 21st Century: The rise of Hybrid Wars.* Potomac Institute for Policy Studies, Arlington – Virginia, Dezembro 2007.

RESEARCH AND TECHNOLOGY ORGANISATION. *Urban Operations in the Year 2020.* NORTH ATLANTIC TREATY ORGANISATION, NEUILLY-SUR-SEINE CEDEX, FRANCE, 2003.

Artigos de Publicação em Série:

CAMERON, Robert (2005). *Armored operations in urban environments: anomaly or natural condition?* Armor, Maio – Junho.

GORDON IV e PIRNIE. (2006). *Everybody Wanted Tanks.* Joint Force Quarterly, Nº 39, pp. 84-90.

RUIVO. (2008). *As Operações em todo o espectro: implicações na organização, formação e treino de uma força.* Azimute, Revista Militar de Infantaria, Nº 186, pp. 18-20.

Internet

Hall, Michael T e Kennedy, Michael. *The Urban Area during Support Missions, Case Study: Mogadishu, Applying the Lessons Learned—Take 2*. Disponível na Internet em <http://www.rand.org/pubs/conf_proceedings/CF162/CF162.appp.pdf>. Consultado em 26 de Dezembro de 2008.

Nato Response Force. Disponível na Internet em <http://www.nato.int/issues/nrf/practice.html>. Consultado em 28 de Dezembro de 2008.

4. Treino de Combate em Áreas Edificadas na 2CAt/1BIMec

4.1. Introdução

…The combat of the future will not be "the son of Desert Storm", but rather the "stepchild of Somalia (Mogadishiu) and Chechnya (Grozny)"…[43]

O Combate em Áreas Edificadas (CAE) é tão antigo como a própria guerra. A captura ou defesa de cidades, vilas ou áreas urbanas sempre foi um imperativo nas operações militares, sobretudo pelo papel que estas sempre desempenharam como centros do poder político, económico e militar, assim como da cultura, religião, liderança e outros aspectos representativos de uma civilização[44], podendo de uma forma simples, representar o centro de gravidade de uma nação.

Também é verdade que sempre se considerou como um dos tipos de combate mais difíceis e que mais recursos consumia, aspecto este vertido no texto chinês " A Arte da Guerra"[45], o que levava a que se evitassem as áreas urbanas.

Desde o final da 2ª Guerra Mundial, o campo de batalha mudou-se das grandes áreas abertas ou arborizadas para as áreas urbanas e arredores. No entanto, foi após os combates em Mogadíscio[46] (Somália) em Outubro de 1993, que os exércitos ocidentais "acordaram" para a dura realidade do combate urbano contemporâneo. O "acordar" para "essa" realidade foi reforçado pelos dois cercos Russos a Grozny, capital da Chechénia. De facto, dos recentes conflitos, poucos não envolveram combate urbano, sendo a primeira guerra do Golfo, em 1991, um exemplo.

Uma terrível lição que se retirou foi a de que uma força pobremente armada e tecnologicamente atrasada podia vencer uma potência militar, facto explicado pelo "efeito multiplicador" que o ambiente urbano proporciona.

Se no passado, devido aos elevados recursos necessários para se obter o sucesso, fossem eles em pessoal, equipamentos específicos, abastecimentos e tempo disponível, as

[43] TGen Martin Steele – US Marine Corps.
[44] Tradução livre --- *FM 3-06.11 Combined Arms Operations in Urban Terrain.*
[45] Do estratega militar Chinês Sun Tzu (544 – 496 A.C.)
[46] Durante os combates, que duraram menos de 48 horas, as forças americanas sofreram 18 mortos e 77 feridos, contra um "inimigo" que não devereria representar uma grande ameaça.

áreas urbanas eram, por norma, contornadas. Actualmente os exércitos não podem evitá-las porque o campo de batalha está inserido nelas.

Assim, o treino de CAE[47] adquire uma maior importância no seio dos exércitos ocidentais e lança desafios e dificuldades, nomeadamente em relação à doutrina, áreas de treino e materiais específicos.

As Operações em Áreas Edificadas são todas as operações planeadas e conduzidas em terreno com construções ou contra objectivos no seu interior. São conduzidas de forma a derrotar uma ameaça ou ameaças que podem estar misturadas com não combatentes. Consequentemente, as regras de empenhamento e o uso de poder de fogo, são mais restritos do que em outras operações[48].

Como o que tem valor está numa área urbana e o que tem valor é o que origina os conflitos, podemos afirmar que o contexto mais provável de actuação de uma força militar seja numa área de operações urbana[49], não contínua, com uma ameaça assimétrica e em que as condições de actuação podem variar entre a alta intensidade[50] e as operações cirúrgicas.

Em Outubro de 2007 assumi o comando da 2ª CAt/1BIMec, que a partir de Janeiro de 2008 passaria a ser a 2ª CAt/AgrMec/NRF 12 e que teria de treinar de forma a fazer face a um possível emprego. O presente artigo apresenta a forma como foi conduzido o treino de CAE na 2CAt e alguns dos ensinamentos retirados.

O artigo está dividido em três partes. Numa primeira, abordam-se os desafios que o treino de CAE apresenta e que de uma forma geral são transversais à maioria das Unidades.

[47] CAE – Combate em Áreas Edificadas.
[48] Tradução livre --- *FM 3-06.11 Combined Arms Operations in Urban Terrain.*
[49] Tradução livre --- *MOUT Training: 75th Ranger Regiment.*
[50] Devido a alterações politicas e sociais que ocorreram durante o século XX, aos avanços na tecnologia e ao actual sistema internacional, o Combate em Áreas Edificadas (CAE) é conduzido em todo o espectro de operações. O espectro afecta o modo como as unidades planeiam e executam as suas missões. As acções da força opositora afectam as condições de actuação da força, que podem mudar de uma para a outra rapidamente. As unidades podem estar a conduzir operações com condições de actuação em locais diferentes mas em simultâneo. Consideram-se assim três condições de actuação, Operações em AE em Condições Cirúrgicas - Esta condição de actuação é o menos destrutivo e o mais restritivo. Pode incluir golpes de mão, resgate de reféns, etc. É exclusivo de unidades de Operações Especiais. Unidades de infantaria convencional podem apoiar através de segurança isolar o objectivo. Operações em AE em Condições de Precisão - As unidades actuam em condições de precisão quando existem não combatentes misturados com a ameaça ou considerações políticas implicam a restrição do uso de determinado armamento ou sistemas de armas (normalmente associado a ROE restritivas). Em termos práticos significa, por exemplo, a ausência de fogos de supressão, a proibição de uso de fogos indirectos, a proibição do uso de granadas de mão explosivas, rajadas na limpeza de compartimentos, fogos de supressão, a proibição do uso de métodos explosivos de abertura de pontos de entrada em edifícios, etc. As unidades de infantaria devem estar preparadas para actuar sob estas condições. Operações em AE em Condições de Alta Intensidade: combater sob estas condições requere acções contra uma ameaça determinada que ocupa posições defensivas preparadas. Implica a utilização de todo o poder de fogo disponível. Combater em AE em condições de alta intensidade significa actuar sem restrições, no entanto os comandantes devem evitar danos colaterais desnecessários e baixas entre não combatentes.

Na segunda são apresentados alguns dos factores que afectam o treino. Na terceira parte, é apresentada a forma como a 2CAt executou o treino das tarefas de CAE.

4.2. Desafios

Quando comecei a pensar na forma de treinar a 2ª CAt vi-me confrontado com a realidade que é o 1º BIMec e o Campo Militar de Santa Margarida. Treinar tarefas de CAE apresenta vários desafios que, de uma forma geral, são transversais à maioria das unidades e que têm denominadores comuns, tais como os reduzidos recursos financeiros, uma mentalidade adversa à mudança e lacunas na formação dos militares.

4.2.1. O que treinar?

Um dos primeiros desafios foi determinar o que treinar. Foi elaborado um plano de treino que não é mais do que um conjunto de tarefas individuais[51] e colectivas[52], sendo que algumas das tarefas individuais são tarefas de comandante. O plano manteve-se flexível sendo alterado com o tempo.

4.2.2. Doutrina de emprego

As tarefas tácticas, sejam elas individuais ou colectivas, referentes ao CAE, têm uma componente técnica elevada e quando assumi o comando da 2ª CAt, a Companhia tinha poucos quadros com a formação, treino e experiência para treinar os pelotões da Companhia, de forma a atingir o nível pretendido. A solução encontrada foi a de reunir o máximo de informação e experiências e fazer NEPs[53], que para além de uniformizar procedimentos serviriam de auxiliar de instrução para os quadros da Companhia.

As referências utilizadas foram bastante diversas, tiveram por base as NEP já existentes, conjugado com a leitura de manuais, artigos, lições apreendidas, assim como da experiência pessoal dos militares da Companhia. Não se apresentam como um documento imutável, visto que ao longo do tempo foram sendo alteradas e melhoradas.

4.2.3. Locais de treino

Para se treinar tarefas de CAE é necessário existirem infra-estruturas adequadas, sendo este um dos maiores desafios, se não o maior, visto não existir no Campo Militar de Santa

[51] Tarefas individuais são aquelas que são para ser executadas por um só militar. Também incluem as tarefas individuais a executar por aqueles que têm funções de liderança (Cmdt EsqAt, Cmdt SecAt, CmdtPelAt, etc) que se designam por tarefas de Comandantes --- aos vários escalões.

[52] Tarefas colectivas são tarefas de equipa. Requerem que os militares desempenhem diferentes tarefas individuais (inclui as tarefas de Comandantes) em simultâneo para obter um objectivo comum.

[53] NEP – Norma Execução Permanente

Margarida nenhuma infra-estrutura específica para tal. Quer isto dizer que todos os possíveis locais de treino são improvisados.

Para o treino das tarefas não são necessários apenas um ou dois edifícios, como algumas pessoas eventualmente possam pensar, havendo tarefas específicas que por razões de segurança ou pela sua especificidade necessitam ter algumas características próprias.

Alguns dos locais utilizados ou possíveis de utilizar são: o Quartel da Pucariça, a Sanguinheira, a Senhora da Luz, o Monte Novo, a Valeira Alta e edifícios variados na área urbana do Campo Militar. Claro que estes locais apresentam bastantes lacunas: se são edifícios que são utilizados com regularidade, tais como o Quartel da Pucariça, Monte Novo e Valeira Alta, a limitação prende-se com a probabilidade de danificar algo, facto mais importante quando se empregam viaturas de lagartas; Se são edifícios em ruínas, tais como os existentes na Sanguinheira e Senhora da Luz, as limitações prendem-se como o facto de não possuírem portas, janelas e mobiliário. Além disso apresentam dimensões reduzidas, são conjuntos com o máximo de dois a quatro edifícios, só possuem um piso e estão integrados no meio de uma área aberta / arborizada.

Daí nasce a necessidade de fazer deslocar a Companhia para a área de treino existente em Mafra, que proporciona condições únicas, como por exemplo: infra-estrutura de treino com vários edifícios de diversos tipos e com vários pisos, o que permite o treino da "terceira dimensão"; existência de um edifício, apelidado de "laboratório", que permite diversas configurações de compartimentos, dispõe de múltiplos pontos de entrada, possibilita uma visão global das acções e a sua correcção quase imediata; possibilidade de realizar a tarefa de limpeza de compartimentos com fogo real, embora munição 0,22; possibilidade de treinar operações em subterrâneos e técnicas de transposição de obstáculos.

Figura 1 – Área treino CAE na EPI

Uma solução encontrada foi a construção de uma série de painéis de estrutura metálica, revestidos por lonas, tendo várias configurações e dimensões. Provou ser uma das soluções mais rentabilizadas, sendo utilizados no treino e instrução até UEP na Unidade, na execução das mais variadas sessões de tiro e em exercícios e demonstrações.

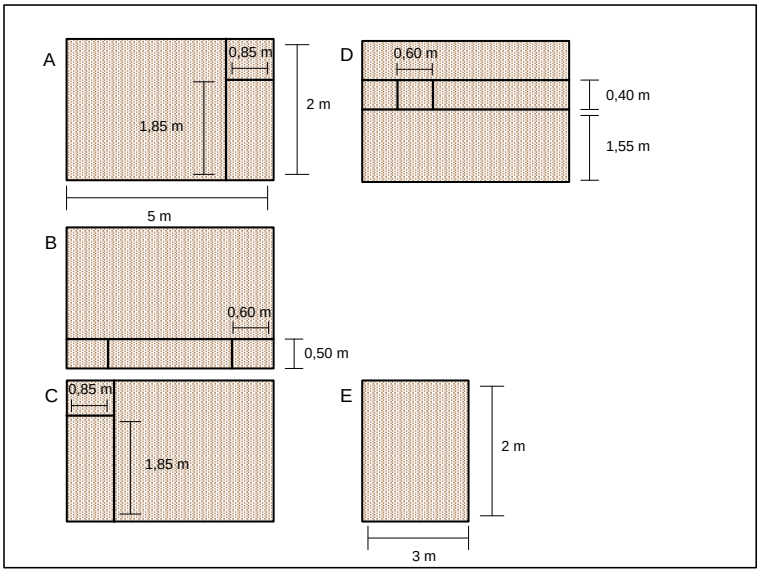


Figura 2 – Modelos dos painéis usados no treino de CAE

4.2.4. Materiais específicos para treino

As operações em áreas urbanas, devido à sua especificidade, requerem materiais e equipamentos específicos, assim foram constituídos Kit de CAE para serem utilizados nas actividades de treino. Alguns dos materiais foram adquiridos, outros foram construídos nas oficinas do Batalhão e outros adquiridos pelos próprios militares. Mesmo assim, continuam a faltar diversos equipamentos. O seguinte Kit de CAE apresenta alguns materiais de uso individual que têm por finalidade proteger o militar das condições do terreno, como joelheiras, cotoveleiras, óculos e supressores de ruído e outros, que o auxiliam nas suas tarefas, como por exemplo a lanterna e a bandoleira.

Kit Individual	Observações
* Lanterna para arma	
* Cotoveleiras	
* Joelheiras	
* Bandoleira táctica	
* Óculos protecção	
* Supressores de ruído	
* 01 Algemas de fio WD-1/TT	
Kit Secção	
Mochilete Nº 1 - Kit Marcação (C2)	
* 01 Mochilete	
* 02 Conjunto de bandeirolas (vermelha, verde, amarela, azul)	
* 01 Bandeirola preta / branca	
* 05 Chemlight's 15cm - várias cores	
* 08 Chemlight's 4cm - várias cores	
* 01 Rolo de fita balizadora	
* 01 Conjunto de paus de giz	
* 01 Conjunto de difusores (vermelho, verde, amarelo, azul)	
* 01 Rolo de fita	
Mochila - Kit Abertura Explosiva	
* 01 Mochila	
* 01 Cruzeta para carga de brecha com apoio	
* 01 Fateixa c/ corda	
* Diversos:	
» Explosivo	a)
» Cordão detonante / lento (Bolsa 1)	
» Fita isoladora / sapador	
» Estojo TE-33	
» Acendedores	
» Caixa de fósforos	
» Explosor	
» Fio WD-1/TT	
» Detonadores (Bolsa 2)	
» Sacos impermeáveis	
» Fita adesiva dupla face	
Mochilete Nº 2 - Eq Busca e PG	
* 01 Mochilete	
* 10 Braçadeiras de plástico	
* 06 Algemas de fio WD-1/TT	
* 10 Etiquetas de PG e 15 de material capturado	
* 05 Sacos terra	
* 05 Sacos plásticos	
* 10 Vendas	
* 01 Lanterna Maglight	
* 02 Sacos Ziplock	

* 01 Rolo fita	
Mochilete Nº3 - Munições	
* 01 Mochilete	
* 10 Carregadores G-3 (2 a 2)	
Outros	
* 01 Espelho	
* 03 Cordas individuais 6m	
Kit Pelotão	
* 02 Kit's Secção	
* 01 Escada 4m (2 troços 2m)	
* 01 Corda 40m	
* 01 Escada de corda	
* Material de caixa areia	
Mochila - Kit Abertura Mecânica	
* 01 Mochila	
* 01 Marreta	
* 01 Pé de cabra	
* 01 Alicate corta arame	
* 01 Par de luvas (arame farpado)	
* 01 Ariete	
Outros	
* 01 Maca articulada	

a) A fornecer consoante situação táctica

Kit CAE 2ª CAt

A nível de Secção e Pelotão, os materiais permitem aumentar a capacidade de comando e controlo e ainda utilizar diversas técnicas de entrada em edifícios.

Figura 3 – Militar da 2ª CAt com Kit de abertura mecânica

Figura 4 – Militar da 2ª CAt com Aríete durante sessão tiro secção

4.3. Factores que afectam o treino

Atingir e manter um nível adequado de proficiência para o combate, é uma luta constante para qualquer Comandante de Companhia, quer seja em tempo de paz ou em campanha. Todos os Comandantes percebem que o tempo disponível é um recurso não renovável, que nunca é o suficiente, e que as tarefas que necessitam de ser treinadas são bastantes.

Existem diversos factores que afectam o nível de proficiência para o combate e que só por si, podem consumir uma boa parte do tempo disponível para uma força treinar:

- Rotação de Pessoal - a permanente rotação de pessoal afecta significativamente a proficiência de uma subunidade, representa um obstáculo à sua coesão e à preservação da experiência adquirida. Se considerarmos que por mês há uma rotação de 2% a 4% dos militares[54], significa que ao fim de um ano cerca de um terço da força saiu ou foi colocada na subunidade. É em funções chave, normalmente funções de comando ou no comando da Companhia, que a rotação de pessoal mais afecta a experiência e proficiência de uma subunidade.

  Um Comandante de Companhia, normalmente, fica entre 18 a 24 meses no comando; os comandantes de Pelotão cerca de 18 meses e sargentos entre 2 a 3 anos. De uma forma geral, um Comandante de Pelotão necessita de 3 a 4 meses para aprender o básico da sua função em quartel e entre 6 a 8 meses para as tácticas de campanha.

  Em resumo, a rotação de pessoal numa subunidade resulta na perda da memória colectiva, mesmo subunidades com um emprego recente sofrem uma rápida baixa de proficiência após seis meses sem treino contínuo.
- Distractores de treino - uma parte significativa do tempo disponível para treinar é "sacrificado" em diversas actividades "não essencialmente de treino", o que afecta o nível de proficiência da Companhia. Por vezes não são actividades em que a Companhia está empenhada como um todo, mas têm militares seus empenhados. Quando esses militares exercem funções "chave", a cadeia de comando fica desguarnecida e o treino é afectado. Embora alguns não se possam evitar e até são necessários, podem-se minimizar ou planear para que as consequências para as actividades de treino sejam mínimas. Por exemplo: campeonatos desportivos, cerimónias, licenças, serviços e acções de formação.

[54] Durante o ano de 2008 a 2ª CAt manteve um efectivo variável entre os 95 e 110 militares. Saíram da Companhia, durante o ano de 2008, cerca de 50 militares.

4.4. Treino de CAE

4.4.1. Definir objectivos e níveis

Um dos primeiros passos foi determinar quais os objectivos e níveis a atingir. Como a lista de tarefas essenciais para o cumprimento da missão, de uma Companhia é extensa e o tempo disponível é reduzido, foram seleccionadas algumas tarefas que servem de base para qualquer missão. Assim, decidi manter um "status" de "T" (treinado) nas seguintes tarefas:

TECM	"Status"
UEC	
- Atacar e limpar uma AE	T
- Executar cerco e busca em AE	T
UEP / UES	
- Assaltar e limpar edifício	T
- Reagir ao contacto por fogos directos	T
- Ultrapassar um obstáculo de protecção	T
- Executar busca a um edifício	T

Quadro com objectivos de treino

4.4.2. Técnicas de treino

Existem várias técnicas de treino que se podem utilizar. Na Companhia, sempre que possível, foram utilizados modelos de terreno conjugados com esboços e fotografias aéreas e, pelo menos duas vezes, foram executados exercício tipo TEWT. Este tipo de exercício permite treinar procedimentos e testar algumas das NEP da Companhia. Participaram os líderes até comandante de secção, inclusive, e revelou ser um tipo de treino muito vantajoso, pois aos intervenientes foram colocadas diversas situações, para as quais todos contribuíam com possíveis soluções. Também serviu de um treino para um futuro STX da Companhia, o que permitiu treinar, sincronizar as tarefas, levantar lacunas de planeamento e necessidades de coordenação.

Muito importante, após a realização de cada tarefa de treino, é fazer a revisão após acção, levantando-se os aspectos que correram bem e aqueles que têm de ser melhorados.

4.4.3. Prioridades de treino

Foram consideradas quatro áreas fundamentais em que uma unidade tem de ser proficiente de forma a sobreviver e ter sucesso no campo de batalha. As quatro áreas são:

treino físico, tiro de armas ligeiras, TTP[55] de pequenas unidades (UES / UEP) e prestar 1ºs socorros e evacuar baixas.[56]

4.4.3.1. Treino físico

É sabido que o combate em áreas edificadas é fisicamente desgastante e psicologicamente stressante. Estudos comprovam que quanto melhor for a condição física, menor será a probabilidade de um combatente entrar num estado de "fadiga psicológica" e que a "fadiga psicológica" influencia a capacidade de combater[57], por exemplo, se for dito aos militares de um Pelotão que terão durante uma operação, de percorrer 20 Km, aqueles que o já fizeram sabem que lhes irá custar mas que os conseguem percorrer e aqueles que nunca o fizeram vão pensar que não conseguem, podendo entrar em "fadiga psicológica" e nunca conseguirão percorrer os 20 Km.

Figura 5 – Aspectos da prontidão física no CAE

Fazer treino físico é treinar para o combate, não é só adquirir forma física mas é sobretudo preparar os militares para os rigores que terão de enfrentar, sejam eles físicos ou

[55] TTP – Técnicas, tácticas e procedimentos.
[56] Tradução livre --- *MOUT Training: 75th Ranger Regiment.*
[57] Tradução livre --- *MOUT Training: 75th Ranger Regiment.*

psíquicos. Surge assim a necessidade de realizar actividades de treino físico orientado para o combate.

Podemos considerar algumas tarefas que exigem alguma exigência física e que são comuns em operações em áreas edificadas, como por exemplo: navegar e deslocar-se apeado, transportar uma baixa, deslocar-se sob fogo, ultrapassar obstáculos, reagir a fogos indirectos, construir posições individuais, executar técnicas de entrada em edifícios, todas elas requerendo o uso de várias componentes da prontidão física, como a mobilidade, força e resistência.

De forma a poder preparar os militares para essas tarefas, deve-se incidir o treino em: subir e descer escadas, entrar e sair por janelas, técnicas de rastejar, técnicas de transporte de feridos, deslocar-se em marcha flectida, saltar pequenos obstáculos, subir à corda e exercícios com troncos.

Figura 6 – Exercícios para obter prontidão física para o CAE

Actividades de treino que confiram resistência física são essenciais, de forma a preparar o militar para as cargas que transporta. Um soldado atirador, quando equipado e armado, transporta uma carga de cerca de 10 Kg (colete, arma, capacete, munições, etc) que pode aumentar para os 15 – 20 Kg se considerarmos a utilização de protecção balística e o transporte de diversos kit, sendo assim natural pensar que, por exemplo, algumas sessões de MARCOR possam-se realizar com equipamento. Outras actividades, como por exemplo a execução de pistas de obstáculos, obstáculos de decisão, marchas, sessões de GAM, combate corpo a corpo, etc, permitem aumentar não só a capacidade e destreza física mas, mais importante, a capacidade psíquica, desenvolver as capacidades psicomotoras adaptadas às solicitações do combate, manter as características associadas à rusticidade e contribuem para o desenvolvimento do espírito de corpo, espírito de sacrifício e disciplina[58].

Da experiência sabe-se que os militares que executam regularmente actividades físicas exigentes, marchas, sessões de MARCOR, pistas de obstáculos, etc, demonstram ser susceptíveis de adquirirem menos lesões, apresentam uma maior confiança nas suas capacidades, têm uma melhor condição física e capacidade de execução das tarefas tácticas. Em resumo, encaram as dificuldades como um desafio e não com apreensão.

Uma das formas de implementar o treino físico, é através da realização de micro ciclos semanais de treino, em que, dependendo do número de sessões realizadas por semana, são calendarizadas sempre sessões de treino físico militar[59].

Em resumo, não sabemos se será necessário numa operação realizar uma marcha de vários quilómetros, mas sabemos que um militar que já realizou várias marchas é física e psicologicamente mais forte[60].

4.4.3.2. Tiro de armas ligeiras

Uma grande parte do CAE ocorre a distâncias muito reduzidas ou em espaços de dimensões reduzidas, normalmente entre pequenos grupos de combatentes. Devido a este facto as acções de combate ocorrem de uma forma bastante rápida e brutal. O sucesso ou insucesso é determinado por decisões de vida ou morte, tomadas quase instintivamente ao longo das situações que encontram nos compartimentos e edifícios. Um dos maiores desafios é a quase constante, presença de não combatentes, muitas vezes misturados com os combatentes. Tal facto determina a presença de Regras de Empenhamento que restringem ou proíbem o uso de determinadas armas, sistemas de armas ou técnicas.

[58] 1º BIMec --- *Directiva Nº 01-08 / AgrMec / NRF 12.*
[59] 1º BIMec --- *Directiva Nº 01-08 / AgrMec / NRF 12.*
[60] Tradução livre --- *MOUT Training: 75th Ranger Regiment.*

O treino de tiro é provavelmente um dos mais importantes aspectos, se não o mais importante para as Unidades de Infantaria.[61] Quando um combatente não tem confiança nas capacidades dos seus camaradas, para efectuar fogos com precisão e de uma forma segura, deixa de haver fogo e movimento e sem este qualquer esquema de manobra dificilmente tem sucesso. De uma forma simples, o objectivo é conseguir adquirir e bater alvos parcialmente expostos, camuflados, estáticos ou em movimento, tanto de dia como de noite.

O treino de tiro instintivo deve ser iniciado com uma formação dos líderes das UES e UEP, pois são eles que vão ministrar o treino e durante as diversas sessões de tiro são eles que controlam o tiro. De seguida deve-se rever ou relembrar os aspectos básicos de manuseamento das armas: posições de tiro, empunhar a arma, fazer pontaria, controlo da respiração, pressionar do gatilho, etc.[62]…assim como relembrar o básico do armamento a utilizar: características e capacidades, desmontar e montar, operações de funcionamento, operações carregamento, troca carregador e resolução de interrupções tiro.

Figura 7 – Sessão de tiro de parelha – deslocamento em rua

Após estas sessões, pode-se passar à iniciação ao tiro instintivo, com diversas sessões de forma a ambientar o militar às diversas posições e procedimentos, que podem evoluir para o tiro em situações particulares: tiro para alvos elevados[63], rodar à esquerda, rodar à direita, caminhar – parar – caminhar, caminhar – disparar, caminhar – parar – disparar, correr – parar – disparar, caminhar – rodar – disparar, tiro com "mão fraca"[64], desvios verticais, horizontais e em alcance, tiro nocturno, etc… A evolução será para a realização de diversas pistas e sessões de parelha em que se introduzem diversos obstáculos, situações como parede alta, parede baixa, janela, porta, viaturas, obstáculos arame farpado, escombros, etc… Também são realizadas sessões de limpeza de compartimentos, sendo o militar sujeito a diversas situações: presença de não combatente, alvos a diversas distâncias, de diversos tamanhos e parcialmente expostos, compartimentos com mobília, etc…

[61] Lição aprendida mais importante retirada das operações na Somália na década de 1990.
[62] Aspectos que são ministrados nas salas didácticas de tiro durante a instrução básica, no entanto, a pratica demonstra que muitos dos militares que se apresentam nas unidades têm bastantes lacunas nesta área.
[63] Aspecto importante devido ao facto de o CAE ser de carácter tridimensional.
[64] Mão contrária à que o militar, normalmente, empunha a arma.

As sessões de UES, UEP visam sobretudo as tarefas de deslocamento em áreas

Figuras 8 e 9 – Sessões de tiro de parelha – limpeza de compartimentos

edificadas (montado[65] e apeado) com reacção a situações de contacto[66,] adquirir alvos e distribuir fogos e assaltar e limpar edifícios. Nestas sessões de tiro colectivo, para além da componente técnica do tiro, deve ser introduzida a componente táctica. Cada sessão deve ter por base um cenário e uma situação táctica particular, que obrigue os líderes a executar um pequeno planeamento, que a este nível não é mais do que atribuir tarefas aos militares. Importante também é introduzir diversas situações tácticas, por exemplo obrigar a executar a ultrapassagem de obstáculos, abertura de pontos de entrada em edifícios recorrendo a diversas técnicas[67], assalto e limpeza de edifícios, evacuação de baixas, adquirir alvos e distribuir fogos, reagir à presença de armadilhas, processar PG, não combatentes e material capturado, comunicar e fazer relatórios, etc, em resumo, todos tinham de ser capazes de seleccionar e executar as técnicas de progressão adequadas, ocupar diversas posições de tiro de acordo com a situação do momento e tomar decisões, cada um ao seu nível.

Figura 10 – Sessão de tiro de Secção em Mafra com 0.22

Face ao risco das sessões de tiro, estas devem ser realizadas com colete balístico envergado e todo o tiro deve ser dirigido por controladores que envergam coletes reflectores.

[65] Uma das lições aprendidas das acções militares no Iraque foi a necessidade de treinar o tiro a curtas distâncias a partir de viaturas em movimento.

[66] A situação mais comum é a reacção a fogos directos, normalmente emboscadas de flagelação que podem ser conjugadas com o uso de IED.

[67] Normalmente utilizando métodos mecânicos e métodos explosivos.

Nas sessões de parelha são empregues um a dois controladores, dependendo da necessidade, enquanto que nas sessões de UES e UEP podem ser utilizados até quatro a cinco, dependendo das tarefas a serem realizadas. Os controladores, nas sessões de parelha com a tarefa de limpeza de compartimentos, deslocam-se imediatamente à retaguarda da parelha que está a executar, controlam o movimento de cada um dos elementos da parelha, não permitem que as armas sejam apontadas em determinadas direcções, certificam-se que as armas estão em segurança e controlam as operações de segurança no final de cada sessão de tiro.

Uma questão a ter em atenção é o tipo de alvos a colocar nas sessões de tiro. Em algumas das sessões realizadas foram utilizados: alvos em silhueta com dimensões reduzidas e junto a paredes, alvos com balões, alvos móveis através de um sistema de roldanas ou colocados no fosso da carreira de tiro e alvos na forma de manequins vestidos com fardas antigas ou roupas velhas.

Figura 11 – Sessão de tiro de Secção em – assalto e limpeza de edifício

A figura 12 apresenta um esquema de uma sessão de tiro de Escalão Secção com as seguintes instruções:

1. TAREFA

   Assaltar e executar a limpeza de edifícios.

2. CONDIÇÕES

   a. De dia;

   b. Em carreira de tiro;

   c. Em condições de precisão:

      (1) Possibilidade de presença de não combatentes;

      (2) As ROE não permitem o uso se granadas de mão;

      (3) As ROE não permitem a execução de fogos de supressão para alvos.

   d. Usando o armamento orgânico de uma SecAt com:

      (1) 12 Munições 7,62mm (N) por atirador, distribuídas por dois carregadores (7+5), tendo o atirador que contar as munições para trocar de carregador sem puxar o manobrador à retaguarda;

(2) Não são distribuídas munições para o seguinte armamento:

- ML HK-21;
- LG 40mm HK-79.

e. Segundo a seguinte Ordem Parcelar:

Força opositora --- silhuetas verde / preto

Povoação de ERVIDEIRA:

Pessoal:

» Vive na povoação uma família com um efectivo não fixo de 05 a 07 pessoas, não tendo sido referenciadas crianças.

» Edifícios: 3 Edifícios (1 a 3).

Situação

Foram referenciados vários elementos das milícias ELKAIN nos edifícios 01 e 02, pertencentes a uma célula em que o seu Cmdt tem atitudes radicais.

Possuem armamento ligeiro (espingardas automáticas e metralhadoras ligeiras).

Foram referenciados não combatentes na região.

Junto aos edifícios foram referenciados alguns obstáculos de arame farpado.

Considere-se Cmdt da 1ª SecAt / 1ºPelAt. A sua SecAt está dentro do edifício 3.

O seu PelAt recebeu a missão de limpar a região de ERVIDEIRA, já limpou os edifícios 3 e começou a ser batido por fogos de armas ligeiras a partir dos edifícios 1 e 2.

Este exercício inicia-se quando o Cmdt receber a Ordem Parcelar e termina quando a SecAt consolidar e reorganizar.

Missão

Assaltar e limpar os edifícios 1 e 2 de forma a permitir a limpeza da área edificada pelo 1º PelAt.

Execução

A 2ª SecAt ocupa uma posição de apoio pelo fogo / sobreapoio na parte Sul do edifício 3 (fictício). A 3ª SecAt é a reserva do 1ºPelAt e à ordem ultrapassa e continua o assalto da 1ª SecAt.

A 1ª SecAt assalta e limpa os edifícios 01 e 02.

Ultrapassar o obstáculo de arame farpado entre os edifícios 1 e 3, assaltar e limpar edifício 01 e 02.

Dispõe de 40’ para executar a missão sendo 10’ para a preparação da mesma.

Actuar de acordo com ROE, utilizar técnicas de precisão.

Técnica de entrada em edifícios: método mecânico.

Ponto de entrada: porta na face NW do edifício 1.

Itinerário de assalto: itinerário entre os edifícios 1 e 3 através do obstáculo de arame farpado.

Técnica de ultrapassagem de obstáculos: métodos não explosivos

SITREP após consolidação.

Apoio de Serviços

Rn feridos e PG do 1º PelAt no edifício 03

Comando e Transmissões

ITTM em vigor

f. Tiro executado para Silhuetas Combate colocadas no espaldão.

3. Nível

a. Edifícios limpos

b. Todas as silhuetas (combatentes) foram batidas (pelo menos um balão)

c. Os não combatentes não foram atingidos

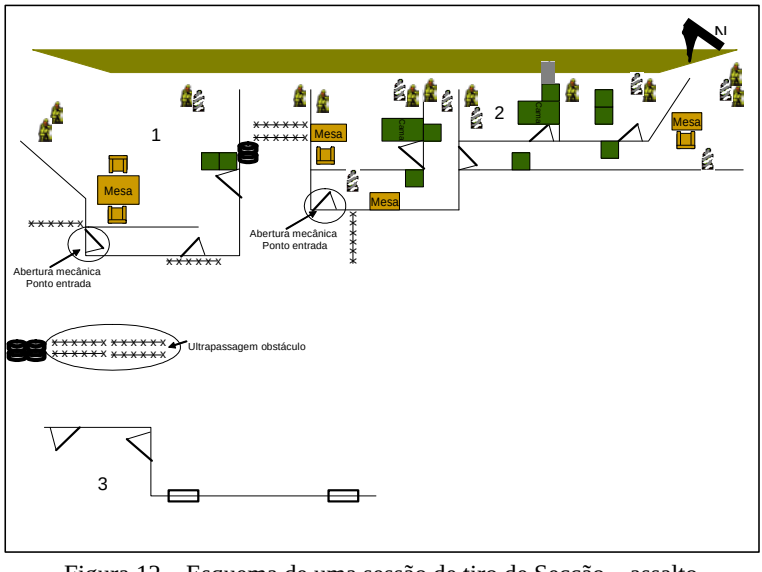


Figura 12 – Esquema de uma sessão de tiro de Secção – assalto e limpeza de edifícios

A figura 13 apresenta um esquema de uma sessão de tiro de Escalão Secção com as seguintes instruções:

1. TAREFA

   Executar uma patrulha montada.

2. CONDIÇÕES

   a. De dia;

   b. Em carreira de tiro;

   c. Usando o armamento orgânico de uma SecAt com:

      (1) 12 Munições 7,62mm (N) por atirador, distribuídas por dois carregadores (7+5), tendo o atirador que contar as munições para trocar de carregador sem puxar o manobrador à retaguarda;

      (2) 40 Munições 7,62 (N) para a ML HK-21;

      (3) 08 Munições 9mm para a pistola (condutor);

      (4) 01 GMão fumos cinzento para a SecAt;

      (5) Não são distribuídas munições para LG 40mm HK-79.

   d. Segundo a seguinte Ordem Parcelar:

      Situação

      Considere-se Cmdt da 1ª SecAt / 1ºPelAt.

      Tem havido flagelação de colunas militares na região de ERVIDEIRA.

      Este exercício inicia-se quando o Cmdt receber a Ordem Parcelar e termina quando a SecAt consolidar e reorganizar.

      Missão

      Executar patrulha montada entre PR 01 e PR 02

      Execução

      Dispões de 40’ para executar a missão sendo 10’ para a preparação da mesma.

      A SecAt deve estar preparada para reagir à flagelação por armas ligeiras e para ultrapassar obstáculos no itinerário.

      Apoio de Serviços

      Comando e Transmissões

      ITTM em vigor

      Tiro executado para Silhuetas Combate colocadas no espaldão.

3. NÍVEL
   a. A SecAt responde ao fogo, desembarca e reduz obstáculo;
   b. A SecAt sai da ZMorte;
   c. Todos os alvos são batidos (balões).

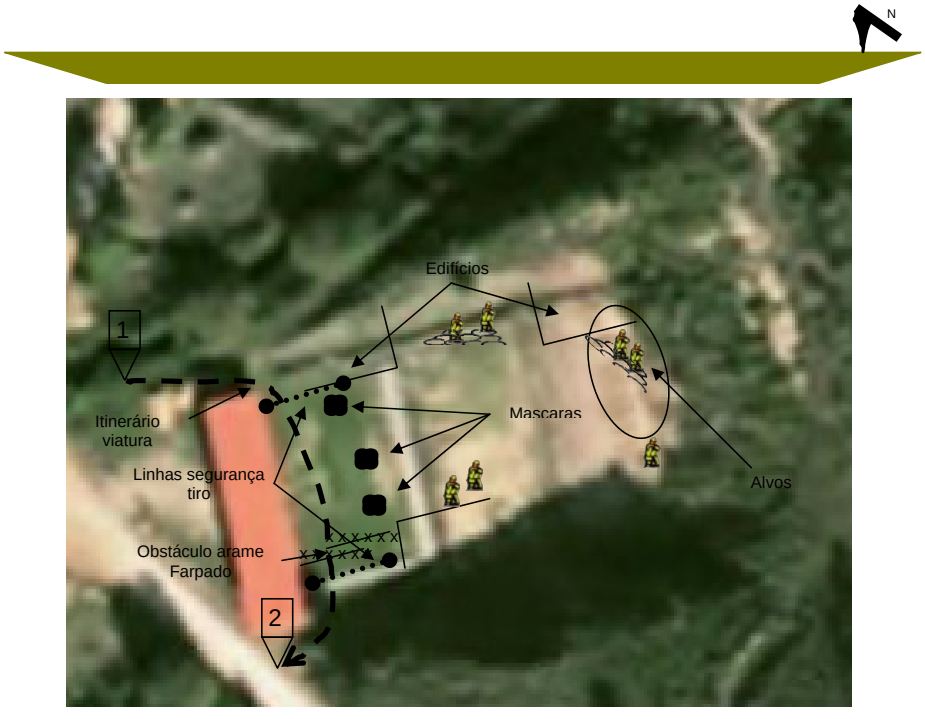


Figura 13 – Esquema de uma sessão de tiro de Secção – Execução de Patrulha Montada (reacção a emboscada)

A execução de sessões de tiro em ambiente urbano, revelou ser um dos treinos mais proveitosos. Permitiram um aumento exponencial da confiança[68], primeiro em si próprio, na execução das diversas tarefas com fogo real e em segundo lugar confiança nas capacidades dos camaradas. Nas primeiras sessões, notava-se uma certa apreensão e nervosismo imediatamente antes de executar a sessão, que nos primeiros compartimentos parecia que era a primeira vez que estavam a realizar aquele tipo de tarefa, mas que após a realização de diversas sessões a confiança aumentava exponencialmente.

[68] Considerado o "ingrediente" mais importante no tiro instintivo.

Revelou-se que, por mais sessões de treino que se façam com munições de salva, nada substitui as sessões com fogo real, por uma simples razão de confiança mental. Assistiu-se também nas sessões de escalão secção e pelotão, a uma maior preocupação de todos, antes da sessão, em atribuir tarefas, explicar os procedimentos e tirar dúvidas, e durante a sessão em comunicarem uns com os outros e auxiliarem o movimento e a realização das tarefas.

4.4.3.3. Prestar os primeiros socorros e evacuar baixas

Há dois factos indiscutíveis, especialmente no combate em áreas edificadas: primeiro, que podemos ter baixas e segundo, que o número de socorristas é insuficiente[69]. Em termos doutrinários, deve existir um socorrista por cada Pelotão de Atiradores, o que é manifestamente insuficiente se a probabilidade de ocorrerem baixas for grande.

De forma a colmatar o número reduzido de elementos do serviço de saúde, todos os militares devem ter noções de suporte básico de vida, pelo menos avaliar funções vitais, desobstruir vias aéreas, aplicar um garrote, etc…

O treino de evacuação de baixas, sempre que possível, deve ser treinado, visto que proporciona sempre o dilema de optar por socorrer o militar ou continuar a suprimir a ameaça. Na Companhia, durante os exercícios tipo STX, os controladores injectavam acções em que se simulavam baixas e por forma a tornar mais real, colocavam na vítima uma fotografia do ferimento, ao que a força e os elementos do serviço de saúde tinham que responder.

4.4.3.4. TTP de pequenas unidades

Como já foi enunciado as tarefas de CAE têm uma componente técnica bastante elevada e na maior parte dos casos requerem que o militar tenha uma grande flexibilidade mental, face à multiplicidade de situações em que é colocado. Um ponto de entrada diferente, a presença de mobília, a presença de não combatentes e a possibilidade de encontrar compartimentos sem luz, fazem de cada compartimento e corredor, uma incógnita e um desafio diferente para os militares. As decisões têm de ser tomadas ao mais baixo escalão, muitas vezes sem possibilidade de supervisão pelo líder directo[70]. Só um militar confiante e mentalmente ágil e flexível, tem capacidade para entrar num compartimento e tomar decisões instantâneas que muitas vezes implicam a vida ou morte, enfrentando uma ameaça irregular e adaptando-se às mais diferentes situações.

[69] Tradução livre --- *MOUT Training: 75th Ranger Regiment.*
[70] Tradução livre --- Cross, Michael, *Training adaptive leaders for full spectrum operations: an outcomes based approach.*

Assim, caso não se treine regularmente, o nível de proficiência decresce rapidamente. De forma a contrariar esse facto, as Companhias, sempre que possível, devem em cada período de seis meses dedicar uma a três semanas seguidas do treino para tarefas de CAE, além de mensalmente, não deixarem de treinar pelo menos dois a três dias tarefas de CAE.

Um aspecto a ter em conta é que as operações em ambiente urbano não se devem dissociar das restantes, mas sim devem ser um complemento ou vice versa, assim como o treino de tarefas complementares: tiro, topografia, sapadores, técnicas de transposição de obstáculos e socorrismo. Sempre que possível, a partir do treino intermédio, o treino deve incluir: tiro instintivo em ambiente urbano, em especial a limpeza de compartimentos, a área de sapadores, normalmente associada a técnicas de ultrapassagem de obstáculos ou técnicas de entrada em edifícios. Permite assim obter um maior realismo, é motivante para quem executa e os militares ganham bastante confiança nas suas capacidades.

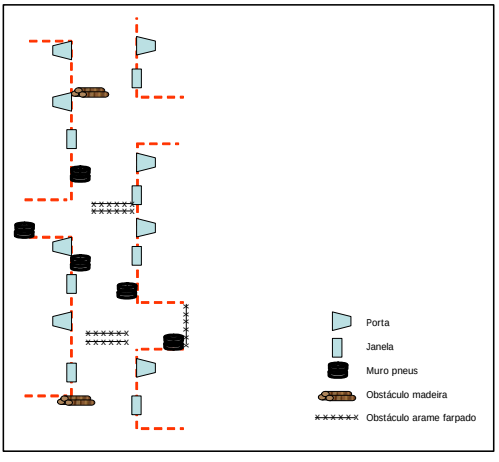


Figura 14 – Esquema de treino inicial de deslocamentos em áreas edificadas

4.4.3.4.1. Treino Inicial

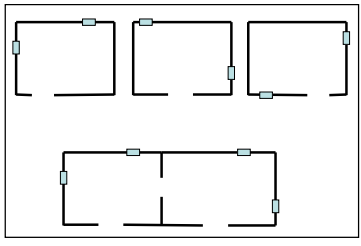
O treino inicial inclui as tarefas individuais, que em termos práticos são executadas, pelo menos, em parelha. Inclui também algumas tarefas para os líderes e o enquadramento táctico das operações em áreas edificadas. São a base que permite o treino colectivo.

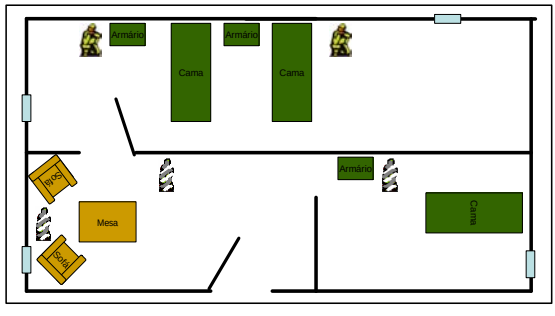
Nesta fase, dá-se atenção a técnicas que permitem a sobrevivência no campo de batalha: camuflagem, deslocar e instalar no terreno, técnicas que facilitam o comando e controlo[71]e o emprego de armamento e sistemas de armamento[72]. Inicia-se também a abordagem às técnicas de limpeza de compartimentos.

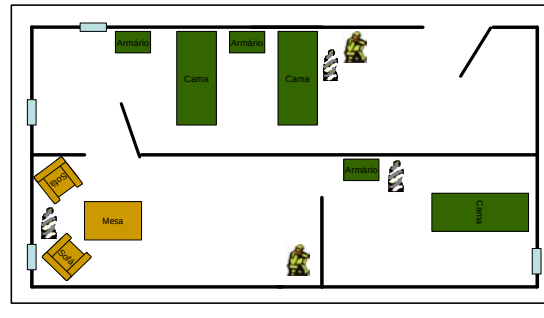
Podem-se utilizar algumas técnicas de forma a rentabilizar o treino: construir fachadas de edifícios ou mesmo edifícios com fita balizadora. Para a tarefa de limpeza de compartimentos pode-se utilizar a mesma técnica. Na 2ª CAt o esquema utilizado é o

[71] Marcações e sinais, vocabulário especifico e referenciação de objectivos.
[72] Emprego de granadas de mão e fumos e técnicas de tiro de precisão.

seguinte: quatro compartimentos separados e um edifício construído com fita balizadora.Os compartimentos distinguem-se por terem pontos de entrada em locais diferentes ou permitir o acesso a outro compartimento, o edifício tem entre três a quatro compartimentos, algumas portas e janelas e mobília diversa. Este esquema permite a explicação inicial, demonstração e treino inicial, com a correcção imediata de possíveis erros, estando os restantes militares a observar e também a aprender com os erros cometidos. De forma a evoluir um pouco, basta alterar a disposição das portas, janelas (pontos de entrada), mobília e introduzir não combatentes e uma possível ameaça. Após as técnicas estarem apreendidas, deve-se passar para os edifícios, que devem apresentar as mais diversas situações possíveis: compartimentos sem portas e janelas, compartimentos com portas e janelas, compartimentos sem luz, presença de mobília, presença de armadilhas, presença de não combatentes, presença de ameaça, múltiplos pontos de entrada (portas, janelas, buracos), presença de escadas, etc…







Figuras 15, 16 e 17 – Esquema de treino inicial de limpeza de compartimentos

4.4.3.4.2. Treino Intermédio

No treino intermédio, treinam-se tarefas individuais e algumas colectivas, associando-as a técnicas específicas: tiro instintivo, sapadores, técnicas transposição de obstáculos e topografia, entre outras.

Nesta fase, quase todas as tarefas são realizadas tendo por base a UES[73], desde a sua organização, passando pelas técnicas de entrada em edifício, ultrapassagem de obstáculos, limpeza de compartimentos, corredores e escadas até ao assalto e limpeza de um edifício.

Figuras 18, 19, 20 e 21 – Treino de sapadores

De forma a se poderem treinar algumas técnicas de ultrapassagem de obstáculos, abertura de pontos de entrada em edifícios, preparação de edifícios para defesa e reacção a

[73] Actualmente considera-se a UES o escalão chave nas operações em áreas urbanas devido ao isolamento resultante da existência de edifícios, muros e outras construções.

armadilhas, foram ministradas instruções de preparação de cargas explosivas e incendiárias, de uso específico em áreas edificadas.

O treino deste tipo de técnicas, para além de ser extremamente motivante e real, permitiu aumentar o moral e dar maior realismo aos STX realizados. Foram treinadas técnicas de detecção e neutralização de armadilhas, preparação de armadilhas e preparação de cargas explosivas e incendiárias. No entanto, a falta de locais específicos para treino, em virtude das necessidades de segurança, limita um pouco a sua utilização.

O treino de técnicas de transposição de obstáculos, embora possa parecer fora do contexto, não o é devido ao facto de uma das características das áreas edificadas ser a "terceira dimensão". Assim as estruturas podem-se apresentar como obstáculos.

Para além da componente técnica, o treino deste tipo de técnicas aumenta a motivação dos militares além de proporcionar um aumento da sua autoconfiança e capacidade de decisão.

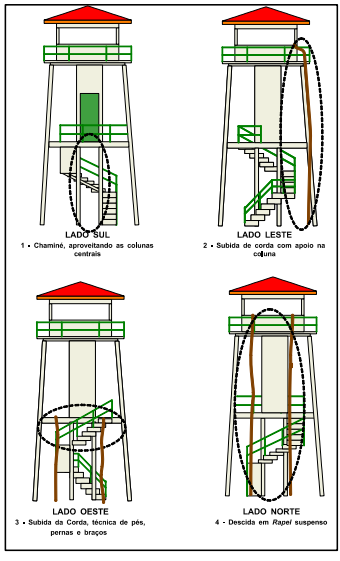

LADO SUL
1 - Chaminé, aproveitando as colunas centrais
LADO LESTE
2 - Subida de corda com apoio na coluna
LADO OESTE
3 - Subida da Corda, técnica de pés, pernas e braços
LADO NORTE
4 - Descida em *Rapel* suspenso

Figura 22 – Possibilidades da torre D. Pedro para treinar TTO

A 2ª CAt iniciou o treino utilizando a torre que existe na região de Δ D. PEDRO, que permite uma iniciação e ambientação às técnicas de transposição de obstáculos. O treino foi complementado utilizando as infra-estruturas existentes na Aldeia de Camões em Mafra, nomeadamente a torre de montanhismo e os obstáculos existentes na área edificada. Na Aldeia de Camões existem vários obstáculos que materializam situações possíveis numa área edificada no seu conjunto e associados aos edifícios, constituem uma pista de obstáculos bastante exigente. Sempre que possível, as técnicas eram utilizadas durante a realização de STX, por exemplo na realização do STX --- UES Reconhecimento de um subterrâneo, metade das secções da Companhia entraram no subterrâneo através do telhado do Convento de Mafra, tendo para isso de realizar um rappel de 40m com todo o equipamento necessário.

Mais uma vez, utilizando o desenho de edifícios no solo com fita balizadora, utilizando painéis ou mesmo pequenos edifícios, o treino é progressivo. A existência de infra-estruturas

tipo " laboratório"[74], permite uma evolução bastante grande e bastante rápida, fruto da possibilidade de visualização e correcção imediata das actividades de treino.

Figura 23 – Edifício tipo "laboratório" em Mafra

Figura 24 – Treino de CAE na Sanguinheira

É extremamente importante intercalar com as actividades de treino várias sessões de tiro instintivo. Inicialmente sessões individuais e depois sessões de parelha, que visam sobretudo duas tarefas: deslocar numa rua ou dentro de um edifício e a limpeza de compartimentos.

Também nesta fase se inicia o treino ao escalão Pelotão, que na prática resulta no treino das Secções, pois sempre que se está a treinar ao escalão Pelotão, as Secções também o estão, mas com um melhor enquadramento. A partir do escalão Pelotão, deve-se começar a utilizar as viaturas orgânicas dos mesmos ou viaturas de rodas, embora as limitações do CMSM restrinja bastante os possíveis locais de treino. Complementar ao treino com as viaturas orgânicas é o treino com Carros de Combate, mas devido às características dos mesmos e às grandes limitações do CMSM, poucos são os locais em que é possível treinar o seu emprego. Embora seja discutível a presença e o uso de Carros de Combate em áreas urbanas, a forma de actuar da ameaça em pequenos grupos de 5 a 8 elementos, montando emboscadas complexas, combinando obstáculos com IED[75] e flagelações de fogos directos, alguns dos quais provenientes de snipers[76], levantaram a

Figura 25 – Utilização de VBTP na Sanguinheira

[74] Estrutura de treino preparada de forma a proporcionar uma multiplicidade de situações e a visualização das acções de treino a partir de um plano superior.

necessidade de as forças militares terem protecção, mobilidade e um grande poder de fogo para poderem responder de forma eficaz. Assim, é de assumir uma constante presença em áreas urbanas de forças de Infantaria mecanizada, apoiadas por Carros de Combate[77].

Na 2ª CAt o treino com Carros de Combate foi iniciado ao escalão Pelotão, devido ao facto de na organização da Companhia, enquanto SubAgrupamento, os Pelotões poderem ter sob o seu comando, Secções de Carros de Combate.

Os treinos foram efectuados na região da Valeira Alta, inicialmente foi feita a apresentação do Carro de Combate aos militares da Companhia, demonstrando-se algumas capacidades e limitações, sempre com a vertente do seu emprego numa área urbana. O treino em si foi conduzido através da realização de diversos STX: deslocamento e protecção imediata a Carros de Combate, deslocamento e protecção de Carros de Combate à Infantaria, guiamento e destruição de um ponto forte, apoio na ultrapassagem de um obstáculo. Em todos os STX foi utilizado um Pelotão de Atiradores ao qual foi atribuído uma Secção de Carros de Combate.

Figura 26 – Treino de emprego Carros Combate na Valeira Alta

[75] IED – Improvised Explosive Device.
[76] Tradução livre --- Kilgore, Daniel, *Battle of Fallujah.*
[77] Os Carros de Combate funcionam como multiplicadores de potencial de combate que auxiliam as forças de infantaria a cumprir as suas missões com um menor número de baixas.

4.4.3.4.3. Treino Avançado

O treino avançado compreende a realização de STX nos escalões Secção, Pelotão e Companhia, com múltiplas tarefas e de crescente dificuldade, alguns dos quais na modalidade LFX.

Também os diversos exercícios de escalão Batalhão e Brigada representam uma oportunidade para executar algumas técnicas e testar o emprego de forças, no entanto, o treino de amas combinadas, não deve ficar pelos exercícios.

Figura 27 – STX Cerco e Busca com utilização de Equipa Cinotècnica

Figura 28 – Treino com gás lacrimogéneo

Nos diversos exercícios de Batalhão e Brigada, em que a 2ª CAt participou por diversas vezes o cenário determinava a execução de acções em áreas urbanas. Num dos exercícios, o Sub – Agrupamento B[78] recebeu a missão de limpar a povoação de VALEIRA ALTA de milícias[79]. Para realizar esta missão, o Sub - Agrupamento foi reorganizado em: elemento de assalto com uma UEP (03 SecAt + 01 SecCC[80]), a SecCC era liderada pelo Sargento de Pelotão do Pelotão de Carros de Combate, elemento de apoio com uma UEP (02 SecAt) e a

[78] A 2ª CAt tinha sido reforçada com um Pelotão de Carros de Combate e normalmente adoptava a designação de SubAgr B.

[79] O cenário dos exercícios incluía uma ameaça diversificada, forces regulares, milícias e grupos terroristas.

[80] A SecCC é controlada pelo Cmdt do PelAt. É bastante eficaz em manter o mesmo ritmo de progressão entre infantaria e Carros de Combate, mas é necessário realizar vários treinos de forma a familiarizar tanto a Infantaria como as tripulações dos Carros de Combate com as tarefas de atribuídas a cada um. É importante que o Cmdt de PelAt tenha conhecimento das técnicas para controlar o movimento dos Carros de Combate.

SecMortM da 2ª CAt[81] e uma reserva com uma UEP (1 SecCC + 1 SecAt) liderada pelo Cmdt do Pelotão de Carros de Combate. O facto de ter uma reserva com Carros de Combate e atiradores, permitiu ter uma reserva bastante flexível que podia ser empregue para: assumir a tarefa de reforçar ou assumir o papel do elemento de assalto, garantir segurança a um flanco ou retaguarda do elemento de assalto, limpar uma posição ultrapassada, executar sobreapoio / apoio pelo fogo se necessário. Ao elemento de apoio, em particular à SecMortM, foram atribuídas tarefas de segurança (PC SubAgr, trens, PG, etc), reabastecimento e evacuação de baixas para os trens do Agrupamento.

Em outro exercício, novamente como Sub – Agrupamento, os Pelotões executaram patrulhas montadas, durante as quais executam reconhecimentos de itinerário e zona, montavam POs, reconheciam áreas edificadas, montavam VCP[82]e executavam patrulhas apeadas. Frequentemente, essas patrulhas eram executadas combinando Infantaria mecanizada e Carros de Combate.

Figura 29 – STX Cerco e busca

4.5. Conclusões

O treino de tarefas de CAE é essencial e cada vez mais actual e exigente, oferecendo vários desafios tácticos: áreas de operações não contíguas, ameaças simétricas e assimétricas, integração de força letal e não letal, presença dos média no campo de batalha, necessidade de minimizar efeitos colaterais e uma constante transição entre operações de combate e

[81] A SecMortM, devido ao facto de as ROE não permitirem o uso de fogos indirectos na área do objectivo e o Sub – Agrupamento ainda contar com o apoio de fogos do PelMortP do Agrupamento, foi reorganizada para actuar como uma unidade de atiradores de escalão secção com duas VBTP M113.

[82] VCP – Vehicle Check Point (Posto de Controlo com viatura).

operações de estabilização[83]. Há assim a necessidade de mudar algumas mentalidades, ainda agarradas às actividades de treino do século passado, compreender a necessidade do treino ser realizado de uma forma contínua e progressiva, não podendo estar uma força de escalão Pelotão, Companhia mais de dois meses sem treinar, visto os níveis de proficiência baixarem bastante. Terá de ser visto não como um tipo de combate específico da Infantaria mas que envolve unidades de Carros de Combate em forças combinadas, apoiadas por um apoio de combate e apoio de serviços eficaz.

Embora com bastantes limitações de infra-estruturas, é possível realizar um treino de qualidade no CMSM, bastando para isso ter vontade e alguma imaginação. No entanto, face às actuais possibilidades de treino do CMSM, é importante deslocar as subunidades às instalações da EPI em Mafra. Face aos meios e recursos envolvidos[84], a projecção de UEC para a área de treino de CAE em Mafra, deve ser feita após um período de treino individual e de escalão Secção e Pelotão, utilizando as infra-estruturas de treino do CMSM, de forma a não se ir treinar aquilo que no CMSM se pode treinar. Como as infra-estruturas de treino proporcionam bastantes opções de treino diferenciadas, sempre que possível as UEC devem permanecer mais do que o período de uma semana.

Nas actividades de treino devem ser introduzidas outras áreas, como a área dos sapadores, técnicas de transposição de obstáculos e topografia.

O treino aos escalões Secção, Pelotão e Companhia, deve ter por base exercícios tipo STX, o que permite um enquadramento quase permanente das acções de treino, para além de obrigar ao treino de tarefas específicas ou sob condições específicas. Sempre que possível, os STX devem ser na modalidade LFX, para que os militares executem um treino mais real, para além de contribuir para a adopção de uma postura mais correcta.

A formação dos diversos lideres aos escalões Secção e Pelotão é bastante importante, sendo de realçar a frequência do CECAE[85] – EPI, Escolas Preparatórias de Quadros ou simplesmente reuniões para uniformização de procedimentos.

Resta-me lembrar que para se conseguir obter bons resultados, é necessário os Comandantes de Companhia terem liberdade de acção que lhes permita, por iniciativa própria, realizar actividades de treino, tiro, etc, de uma forma não standard, pois infelizmente os acontecimentos e necessidades de treino aparecem mais rápido do que é possível inclui-los em planos de treino consolidados.

[83] Apresentação US Army Urban Operations Doctrine Training.
[84] De tempo e financeiros.
[85] Curso Elementar Combate Áreas Edificadas, ministrado na Escola Prática de Infantaria.

Cap Inf Alexandre Capote

Bibliografia

Documentos oficiais:

- FM 3-90.01. (2003). *Tank and Mechanized Infantry Company Team.*
- FM 3-21.71. (2002). *Mechanized Infantry Platoon and Squad (Bradley).*
- FM 3-21.11. (2003). *The SBCT Infantry Rifle Company.*
- FM 3-21.09. (2002). *The SBCT Infantry Rifle Platoon and Squad.*
- FM 3-20.15. (2001). *Tank Platoon*
- FM 3-06.11 (2002) *Combined Arms Operations in Urban Terrain.*
- CALL Newsletter 99-16 (1999) *Urban Combat Operations.*
- CALL Newsletter 98-10 (1998) *Fight Light and Heavy in a Restricted Terrain.*
- TC 90-1 (2002) *Training for Urban Operations.*
- FM 7-0 (2008) *Training for Full Sprectrum Operations.*
- AFM Vol IV – (1998) Part 5 *Operations in Buit Up Areas.*
- NATO FIBUA Instructors Course Lesson Plans,1996.
- ITC 350-1-2 *Close Range Marksmanship SOP.*
- RC Operações. (2005) – *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: EME.
- *Manual de Combate Áreas Edificadas*, Escola Pratica Infantaria, 1996.
- Directiva Nº 01-08 / AgrMec / NRF 12.

Apresentações:

- MOUT Training: 75th Ranger Regiment.
- Physical Readiness Training for Urban Operations.
- 3th Infantry Division, Operation Iraqui Freedom Lessons Learned.
- Infantry Conference 2003, 10th Mountain Division, OEF Lessons Learned.
- 101th Air Assault Division in Operation Iraqui Freedom.
- Operation Continue Hope II, Mogadishu – Somalia.

- 82th Airborne Division, Close Quarters Combat.

Artigos:

- LEGAULT, Dr Roch, *The Urban Battlefield and the Army: changes and doctrines*.
- LESLIE, Major Mark S., *Real battle-focused PT: Physical training tailored for the fight.*
- DIMARCO, Tenente Coronel Lou, *Attacking the Heart and Guts: Urban Operations through the Ages.*
- EIKENBERRY, Tenente Coronel Karl W., *Improving MOUT and battle focused training.*
- DAVID, Tenente Coronel William C., *Preparing a Battalion for Combat: Physical Fitness and Mental Toughness.*
- DAVID, Tenente Coronel William C., *Preparing a Battalion for Combat: Marksmanship.*
- DAVID, Tenente Coronel William C., *Preparing a Battalion for Combat: Maneuver live-fire training.*
- BOATNER, Tenente Coronel Michael E. *Advanced Infantry marksmanship: shooting better day and night.*
- POPPEL, Capitão Bret Van, PAGANINI, Capitão John, RYNBRANDT, Capitão Jeffrey A., *Close Quarters Marksmanship, training for conventional infantry units.*
- BOATNER, Tenente Coronel Michael E., *Advanced Infantry Marksmanship, shooting better day and night.*
- CHANG, Tao-Hung, *The battle of Fallujah: Lessons Learned on Military Operations on Urbanized Terrain (MOUT) in the 21st Century.*
- CROSS, Michael, *Training adaptive leaders for full spectrum operations: an outcomes based approach.*
- KILGORE, Daniel, *Battle of Fallujah.*
- STEWART, Douglas, *MOUT battle drills for infantry and tanks.*

Outros:

- Proposta SecInfo 2º BIMec / Treino TTO adaptado ao CAE de 29Out07.
- 5th Battalion MOUT SOP.

Anexos:

Anexo A (PLANO TREINO DE TAREFAS DE CAE) ao artigo Treino de Combate Áreas Edificadas na 2ª CAt / 1º BIMec

Bloco	Tarefa
01	- Treino de quadros • Caracterizar o CAE • Enunciar princípios e limitações do CAE • Identificar as capacidades e limitações do emprego de armas, CC e artilharia em AE • Caracterizar operações em subterrâneos • Princípios e fases do ataque em AE • Princípios e fases da defesa em AE • Pedir e regular fogos indirectos • Desenvolvimento de Nep
02	- Técnica Individual / Parelha • Condições de actuação • Marcação e sinais • Vocabulário no CAE • Referenciação de objectivos • Camuflar em AE • Progredir em AE (exterior / interior edifícios) • Instalar sem preparação terreno • Emprego de granadas de mão • Emprego de fumos • Instalar com preparação do terreno • Limpeza de compartimentos • Pista de técnica individual combate (Mafra) • STX[86] Individual / Parelha (Diversos)
03	- UES[87] • Organização da SecAt para assalto a um edifício • Técnicas de entrada em edifícios • Técnicas de ultrapassagem de obstáculos • Deslocamento em AE • Assaltar um edifício • Limpeza de corredores e escadas • Revista e busca a um edifício • Reconhecimento de uma AE • Preparação interna e externa de edifícios para defesa • Reacção a um atirador especial • Controlar fogos de uma UES • Executar busca deliberada • STX UES (Diversos)

[86] Do inglês "Situational Training Exercise".

04	- Operações em subterrâneos • Executar reconhecimento a um Subterrâneo • STX UES – Reconhecimento subterrâneo
05	- UEP[88] • Organizar o PelAt para o ataque em AE • Deslocamentos em AE • Assalta e limpar um edifício (escalão Pelotão) • PelAt no ataque a uma AE, integrado numa CAt • Emprego de Carros Combate em AE • Executar busca a um edifício • Executar cerco num cerco e busca • Defesa de um Ponto Sensível • Executar patrulhas • Montar e operar um Posto Controlo Móvel • Controlo de multidões e tumultos • Executar uma escolta • Executar operação de junção em AE • Estabelecer ZA/ZL[89] • Executar uma negociação • Executar operação “Harvest” • Estabelecer ligação com forças locais / autoridades civis • Conduzir operações de reabastecimento • Tratar e evacuar baixas • Processar PG e material capturados • TEWT[90] UEP (Diversos) • STX UEP (Diversos)
06	- UEC[91] • Atacar e limpar uma AE • Executar reconhecimento a uma AE • Executar cerco e busca em AE • Defender uma AE • Defesa de um Ponto Sensível • Evacuar não combatentes • Conduzir operações de reabastecimento • TEWT UEC (Diversos) • STX UEC (Diversos)
07	- Tiro • Técnicas de tiro precisão • Técnicas de tiro instintivo • Técnicas de tiro instintivo em ambiente urbano • STX LFX[92] Parelha (Diversos)

[87] Unidade Escalão Secção.
[88] Unidade Escalão Pelotão.
[89] Zona aterragem / Zona lançamento.
[90] Tactical Exercise Without Troops.
[91] Unidade Escalão Companhia.
[92] Live Fire Exercise.

	• STX LFX UES (Diversos)
08	- Sapadores • Técnicas de detecção e neutralização de armadilhas • Preparação de armadilhas • Preparar e utilizar cargas incendiárias • Preparar e utilizar cargas explosivas
09	- Técnicas de Transposição Obstáculos: • Rappel Apoiado: o Americano o Australiano o Transporte ferido ao dorso o Transporte ferido em maca • Rappel Suspenso: o Americano sem mochila o Australiano sem arma • Rapel Apoiado: o Entrada em janelas • Subida por amarra • Slide • Teleférico • Funicular • Punhos Ascensores • Pista de cordas o Paralelas verticais oblíquas o Paralelas verticais o Paralelas horizontais o Ventral • Pista de obstáculos de áreas edificadas (Mafra)
10	- Topografia • Topográfica em áreas edificadas o Diurno (Carta / Bússola / GPS) o Diurno (Fotografia aérea) o Diurno (Memorização) o Nocturno o Em Subterrâneo

5. O Emprego dos Carros de Combate em Áreas Urbanas

5.1. Introdução

Os Carros de Combate, conforme os conhecemos actualmente, como sistemas de armas dotados de um grande poder de fogo, mobilidade e protecção blindada, surgiram em meados da 1ª Guerra Mundial como uma das tentativas aliadas para pôr cobro ao impasse e ultrapassar as impenetráveis linhas defensivas alemãs na frente ocidental, perante o elevado desgaste e devastação provocados pela imobilidade da guerra de trincheiras. Apesar de terem sido concebidos inicialmente para o apoio à Infantaria durante o seu avanço na terra de ninguém, estes Carros proporcionavam a protecção blindada e o poder de fogo necessários contra as metralhadoras inimigas e a mobilidade suficiente, por meio de propulsão sobre lagartas, para vencer e ultrapassar os obstáculos de arame farpado, crateras e sistemas de trincheiras. Foram empregues pela primeira vez pelos ingleses em 1916, apanhando os alemães desprevenidos, mas face ao reduzido número utilizado, não obtiveram resultados decisivos. A 20 de Novembro de 1917, seis divisões de Infantaria apoiadas pelo avanço de quatrocentos Carros de Combate, numa frente de dez quilómetros, romperam a linha Hindemburgo próximo de Cambrai, capturando ou aniquilando os postos avançados alemães e abrindo centenas de aberturas para a Infantaria nas três filas de arame farpado, o que permitiu ultrapassar as linhas inimigas. Embora não se tenham atingido todos os objectivos perseguidos pelos aliados, ficou demonstrada a utilidade dos Carros de Combate, desde que empregues correctamente e num terreno adequado.

Com o advento da 2ª Guerra Mundial foi reequacionada a utilização dos Carros de Combate pelos estrategas militares alemães, dando origem à BlitzKrieg ou guerra relâmpago, na qual os Carros de Combate foram empregues em grandes unidades blindadas, as PanzerDivisionen. Estas unidades formavam a ponta de lança da ofensiva alemã e com o apoio coordenado da força aérea penetravam em pontos específicos da defesa adversária onde o seu esmagador potencial de combate, devido ao uso maciço de meios blindados, avançava para a retaguarda do dispositivo inimigo cortando as suas linhas de comunicação e possibilidade de reforço, deixando para a Infantaria a tarefa de capturar as forças ultrapassadas e aprisionadas. Esta medida do uso dos blindados permitiu aos alemães conquistar parte da Europa e da União Soviética em muito pouco tempo e com um número reduzido de baixas em comparação com o anterior conflito mundial. Tornou-se, de certa forma, como referência da utilização e doutrina de emprego dos Carros de Combate, quer a nível da táctica, quer a nível da constituição e articulação destas unidades pelos principais

exércitos ao longo de toda a 2ª Guerra Mundial subsistindo até aos dias de hoje. As unidades blindadas são empregues em formações constituídas de armas combinadas como pontas de lança das Operações Ofensivas ou como principal núcleo da resistência e contraataque nas Operações Defensivas.

Actualmente, o ambiente em que as operações militares decorrem é complexo e com uma multiplicidade de participantes, especialmente em cenários de ambiente urbano, onde acontecem os actuais conflitos, levando a que as forças militares, especialmente as forças Mecanizadas, tenham de se adaptar a esta nova realidade.

Desde o início da sua utilização que os Carros de Combate se mostraram o factor de decisão no combate, sendo especialmente eficazes quando integrados em unidades de armas combinadas. No entanto, o local onde são utilizados condiciona o seu emprego.

Ao longo deste artigo pretende-se estudar a utilização do Carro de Combate em Áreas Urbanas, especificando as vantagens e a forma do seu emprego.

5.2. A Utilização de Unidades Blindadas em Áreas Urbanas

Os Carros de Combate são sistemas de armas originalmente concebidos para operarem em grandes espaços abertos onde, sobre terreno adequado e com o devido apoio da Infantaria Mecanizada, proporcionam aos Comandantes um potencial de combate decisivo, dando-lhes superioridade de manobra (poder de fogo, protecção blindada e movimento) em duas dimensões do campo de batalha (largura e profundidade), sendo os principais sistemas de armas terrestres dos arsenais dos exércitos modernos contra outros Carros de Combate. Como tal, historicamente, as unidades de Carros de Combate não foram pensadas para serem utilizadas, tirando partido das suas máximas capacidades em zonas urbanas. Os espaços fechados, os campos de tiro curtos e a tridimensionalidade do combate, aliados às limitações de aquisição de alvos e do uso dos sistemas de armas do Carro de Combate, tornam-nos muito vulneráveis ao combate a curtas distâncias. A infinidade de

obstáculos artificiais resultantes da estrutura urbana, reduz consideravelmente duas das suas principais características: a mobilidade e a aquisição de alvos, com as respectivas consequências na limitação do poder de fogo. De referir que, todos os componentes integrantes do sistema de armas que é um Carro de Combate, são principalmente concebidos para fazer face e resistir a outros Carros de Combate, sendo o seu armamento principal rentabilizado a longas distâncias contra alvos blindados. Deste modo, têm que dispor permanentemente de apoio próximo proporcionado por tropas apeadas em terreno urbano, por ser extremamente vulnerável aos sistemas de armas anticarro da Infantaria, inimiga a curtas distâncias.

A batalha de Estalinegrado, travada entre Setembro de 1942 e Fevereiro de 1943, foi considerada o evento que originou a derrota da Whermacht na frente Leste, a partir da qual os mestres no emprego dos Carros de Combate, praticamente perderam a iniciativa em todos os teatros, passando a partir dali à defesa. Esta batalha é recordada como a maior batalha travada numa zona urbana, que foi transformada num bastião defensivo pelo Exército Vermelho e defendida obstinadamente até à exaustão. O Sexto Exército e parte do 4º Exército Panzer, (as melhores e mais bem equipadas unidades alemãs para a guerra de movimento) foram travados pelos russos nos arredores da cidade, tendo sido obrigados a deixar as tácticas usuais do uso de blindados devido aos escombros resultantes do massivo bombardeamento. A cidade foi conquistada casa a casa, quarto a quarto, perdendo dezenas de milhar de soldados diariamente, tendo as unidades sido forçadas a adoptar tácticas especiais no uso de blindados em apoio às forças da Infantaria. Estas tiveram um papel fundamental na estratégia alemã de conquista da cidade. Até ao final da Guerra praticamente não houve mais nenhuma batalha decisiva àquela escala pela posse de nenhuma cidade. O grau de destruição, o elevado número de baixas e o sofrimento infligido aos civis e aos militares, levaram a que, quer os aliados quer os alemães, decretassem as principais cidades europeias como cidades abertas, tal como Roma ou Paris, evitando a morte e a destruição sem paralelo. Após a Segunda Guerra Mundial e mesmo durante toda a Guerra Fria, o treino e a preparação das forças blindadas centrou-se fundamentalmente nos grandes confrontos entre formações militares ao estilo da última grande guerra, onde os Carros de Combate formavam a espinha dorsal dos exércitos para uma guerra de movimento. Sendo as zonas urbanas de grandes dimensões e consideradas como áreas restritivas para blindados, as forças não se preparavam de uma forma geral para o confronto nestas zonas. Um dos exemplos de má utilização dos Carros de Combate no teatro europeu no período da guerra fria, deu-se em 1956 durante a

revolta húngara contra a opressão soviética, em que como repressão, o exército vermelho avançou sobre Budapeste com centenas de Carros de Combate praticamente sem apoio da Infantaria, tendo dezenas deles sido destruídos nas ruas estreitas pelos combatentes húngaros, que recorram, simplesmente, ao uso de "*cocktails molotov*".

Outro exemplo da má utilização dos Carros de Combate em cenários urbanos, decorreu mais recentemente em 1994 e 1995 com a intervenção russa na Chechénia. A total falta de treino e de preparação das forças russas para combater em ambiente urbano originou que, as primeiras unidades russas a entrar na cidade de Grozny, fizeram-no com Carros de Combate T-72 à frente das colunas de Infantaria Mecanizada equipadas com BMP. Como resultado, as forças russas sofreram perto de 70% de baixas nos primeiros três dias de combates, tendo perdido 26 Carros de Combate, 120 BMP e 6 ZSU 23-4. Os soldados russos provenientes de conscrição, simplesmente recusavam-se a sair das BMP e morriam sem disparar um único tiro. A Infantaria de elite obtinha melhores resultados, mas havia uma grande descoordenação com as viaturas blindadas. Os T-72 eram alcunhados de "dead meat", devido à grande vulnerabilidade, à pouca agilidade, fraca visibilidade e deficiente protecção a curtas distâncias em terreno urbano. Os Chechenos utilizavam grupos de 15 a 20 combatentes equipados com armas sniper e RPG 7, atacando as colunas blindadas em emboscadas do tipo "hit and run", misturando-se frequentemente com a população civil. Os russos recorriam em grande escala ao uso de fogos indirectos e ao apoio aéreo, para arrasarem quarteirões inteiros antes de avançarem, originando assim destruição e baixas civis em grande escala.

Actualmente o ambiente operacional onde podem operar, o espectro e a tipologia das operações atribuídas às NATO Response Forces (NRF), estas devem estar treinadas e articuladas para cumprir as missões que lhe forem atribuídas, quer no âmbito do art.º. 5º ou do não art.º. 5º do Tratado do Atlântico Norte. Assim, devem estar capacitadas para combater em qualquer cenário recorrendo ao uso de Carros de Combate, que são um dos principais sistemas de armas das forças mecanizadas, mesmo em terreno densamente urbanizado. Tomando a título de exemplo alguns conflitos recentes, tal como a invasão do Iraque em

2003, a ponta de lança da ofensiva terrestre Americana foram os Carros de Combate M1 Abrams e cujo objectivo final foi a entrada e ocupação de Bagdad. Também no actual conflito que opõe Israel ao Herzebollah e ao Hamas, quer em 2006 com a invasão do sul do Líbano, quer recentemente com a invasão da faixa de Gaza, os Carros de Combate Merkava Israelitas estiveram sempre presentes, constituindo o mais importante sistema de armas da invasão terrestre, conjuntamente com o apoio da Infantaria Mecanizada e de meios aéreos, para concretizar a ofensiva numa região de elevada densidade populacional, como é a cidade de Gaza.

5.3. A Organização para o Combate e Emprego dos Carros de Combate em Áreas Urbanas

As unidades de Carros de Combate, tendo em conta as limitações do seu uso em zonas urbanas, quando combinadas com unidades de Infantaria Mecanizada e de Engenharia, continuam a ser um sistema de armas com um papel bastante importante no apoio que pode prestar às unidades apeadas. Estes Carros proporcionam um apoio efectivo e imediato com fogos directos, quer de peça quer das metralhadoras contra obstáculos, barricadas, abrigos e posições de armas Anti-Carro, podendo conferir protecção blindada contra armas ligeiras; no entanto, necessitam do apoio próximo da Infantaria para garantirem a segurança local, pois são extremamente vulneráveis a ataques apeados. Podem ser empregues em apoio à Infantaria no lançamento de uma ofensiva numa zona urbana, na abertura de entradas expeditas em edifícios, na destruição de barricadas, funcionar como elemento de apoio de fogos directos em cobertura ao assalto apeado e bater itinerários de retirada e pontos fortes do inimigo. Podem ainda ser utilizados como reserva móvel ou bater objectivos indicados pela Infantaria já que possuem capacidade através da protecção blindada para estabelecer barricadas ou bloquear ruas, protegendo o avanço da Infantaria. Para o cabal cumprimento destas missões é necessário haver uma estreita ligação entre os Carros de Combate e a Infantaria, tendo esta última a incumbência da protecção imediata aos Carros e de os guiar até onde estes são necessários, indicando-lhes quais os alvos que devem de ser batidos, tendo esta última também a missão de suprimir e destruir as armas Anti-Carro inimigas, quando fora do alcance do armamento orgânico dos Carros, com armas de tiro tenso e de tiro curvo. De referir que as viaturas blindadas podem servir para o transporte de apoio logístico de reabastecimento adicional para a Infantaria, especialmente munições e água. Deve, no

entanto, ter-se especial atenção do pesado apoio logístico que os Carros de Combate necessitam, tais como combustíveis, munições e manutenção.

Com o objectivo de maximizar o uso combinado de unidades de Carros de Combate e Infantaria Mecanizada, estes devem ser organizados desde os mais baixos escalões até ao nível pelotão ou secção, podendo um pelotão de Carros de Combate ser empregue como um todo, sob controlo do Comandante de SubAgrupamento que lhe atribui as missões. Um pelotão de Carros de Combate poderá ceder uma secção, normalmente o Sargento de Pelotão, a um pelotão de atiradores, ficando este sob controlo do comandante de pelotão. Também poderá receber uma ou duas secções de atiradores e ficarem sob controlo do pelotão de Carros de Combate, usando-se esta última situação normalmente quando este elemento constitui reserva do SubAgrupamento. Em todo o caso, quer na situação em que uma secção de Carros é cedida a um pelotão de atiradores, quer na situação em que uma ou mais secções de atiradores ficam sob controlo do pelotão de Carros de Combate ou quando o pelotão fica sob controlo do SubAgrupamento, em zonas urbanas os Carros de Combate são sempre acompanhados pela Infantaria que os guiam e fazem a protecção imediata, normalmente à razão de uma esquadra de atiradores por Carro de Combate. Resumindo, em áreas urbanas normalmente é a Infantaria que lidera o ataque, cabendo aos Carros de Combate o papel de a apoiar, excepto quando os Carros são empregues como reserva de contra-ataque. Mesmo

nestes casos os Carros são acompanhados de perto pela Infantaria, que lhes confere protecção. A separação de um pelotão de Carros de Combate quando é efectuada com o objectivo de prestar um apoio efectivo mais eficaz à Infantaria, acarreta a grande desvantagem de retirar ao pelotão a capacidade de manobra entre as duas secções de Carros, relegando estes para um papel de apoio, não se tirando partido da máxima capacidade dos Carros: fogo, movimento e protecção blindada. Refira-se, no entanto, que a separação de um pelotão de Carros de Combate não deve descer abaixo do escalão secção, sendo este o nível mínimo aceitável para que uma subunidade de Carros possa operar, para que se possa

manter o apoio mútuo entre Carros e para não desmembrar excessivamente a estrutura de Comando e Controlo que qualquer unidade militar possui. Veja-se, por exemplo, o caso do Carro de Combate do Comandante de Pelotão ficar sob controlo de uma secção de atiradores, tendo neste caso um oficial sob as ordens de um Sargento, o que não parece muito consensual, tendo nestes casos de imperar o bom senso do Comandante. Refira-se também que ao nível das Técnicas Tácticas e Procedimentos (TTP), todas as acções são efectuadas ao nível da secção de Carros de Combate com o apoio da Infantaria, sendo que por exemplo quando um Carro de Combate efectua a travessia de uma rua ou de uma esquina, o faz de acordo com os mesmos princípios que o das tropas apeadas (enquanto um avança o outro monta segurança) acompanhados pelas respectivas tropas de protecção imediata, que também tomam posição. Tal como na Infantaria não existe um combatente isolado, estes actuam sempre no mínimo em parelha para garantirem o apoio mútuo. Também assim deverão os Carros de Combate actuar.

Nas áreas urbanas os Carros de Combate também podem ser empregues em Operações de Resposta a Crises. Neste caso, o princípio de emprego dos Carros de Combate e a organização para o combate, pode ser semelhante ao empregue em operações convencionais nas zonas urbanas, para a execução das missões típicas das Operações de Apoio à Paz, tal como para a execução de patrulhamentos, Check Points, Operações de Cerco e Busca, defesa de pontos sensíveis ou efectuar escoltas num ambiente muito pouco permissivo, em que é necessário maximizar a protecção da Força e/ou efectuar demonstração de força, onde a protecção blindada e o poder de fogo dos Carros de Combate contribuem para a dissuasão da ocorrência de um ataque. As unidades de Carros de Combate poderão ainda constituir uma reserva móvel conjuntamente com unidades de Infantaria sob seu controlo.

5.4. Conclusões

As actuais estruturas militares foram organizadas principalmente para fazer face a ameaças simétricas, sendo dimensionadas para se opor a outras estruturas militares semelhantes, com idêntica organização e com formas e regras de actuação similares.

O actual ambiente operacional, em que a ameaça existente pode apresentar-se em qualquer cenário e actuar de forma assimétrica, exige que estas estruturas militares tenham de possuir a flexibilidade de emprego necessária e suficiente para terem a capacidade de actuarem em todos os tipos de cenários, incluindo as grandes estruturas urbanas, e contra todo o tipo de ameaças, quer sejam exércitos regulares, quer sejam organizações terroristas

ou insurgentes dentro de um quadro legal de guerra declarada ou em Operações de Resposta a Crises.

Os Carros de Combate actualmente são desenvolvidos e projectados para serem o principal sistema de armas do campo de batalha terrestre, possuindo uma grande mobilidade de forma a percorrer grandes distâncias rapidamente e possuir capacidade de reacção muito curta, tendo um elevado poder de fogo (principalmente contra outros Carros de Combate) e uma protecção blindada eficaz contra a grande panóplia de ameaças no actual campo de batalha, especialmente contra outros blindados. Assim, sendo a maioria dos actuais Carros de Combate desenvolvidos principalmente para serem empregues em Operações Convencionais, especialmente quando haja movimento, podem, no entanto, ser utilizados em proveito das forças Mecanizadas em zonas urbanas, conferindo-lhes uma inigualável capacidade de apoio de fogos directos e de protecção da força, continuando a ser um elemento fundamental do Potencial de Combate. São muito eficazes em terreno apropriado com bons campos de tiro às longas distâncias, mesmo em áreas urbanas onde correctamente utilizados e combinados com a Infantaria Mecanizada, continuam a ser, tal como no passado, o factor de decisão no Combate.

Cap Cav Jorge Marques

Bibliografia

BECKETT, I.; GODFREY, F.A.; JANKE, P.; MORRIS, E.; PIMLOT, J.; REES, D.; ORR, M.; WILLMOTT, H.P. **(1983)**. A Guerra no Mundo; *Editorial Verbo*; 1ª Edição; Lisboa/São Paulo.

DP – 103 **(1982)**. O Sub-Agrupamento, Infantaria Mecanizada – Carros de Combate; *Escola Prática de Cavalaria*; Santarém.

FM – 3 – 06.11 **(2002)**. Combined Arms Operations in Urban Terrain; Headquarters, Department of the Army; Washington DC.

FM – 3 – 20.15 **(2001)**. Tank Platoon; Headquarters, Department of the Army; Washington DC.

ME – 20 – 51 – 00 **(1989)**. O Agrupamento, Infantaria Mecanizada – Carros de Combate; *Instituto de Altos Estudos Militares*; Lisboa.

PIMENTE, L.M.; VAQUERIZO, C.D.; CARDONA, R.R.; MARHUENDA, J.L.M.; PINERO, A.G. **(2005)**. Os mais Extraordinários Carros de Combate; *Ediciones Altaya, S.A.*; 1ª Edição; Barcelona.

RC – 130 **(2005)**. Regulamento de Campanha, Operações, 1º volume; *Instituto de Altos Estudos Militares*; Lisboa.

TOWNSON, W.D. **(1982)**. História Universal Ilustrada – O Mundo Moderno; *Editorial Verbo*; 1ª Edição; Lisboa/São Paulo.

The Battle for Grozny-Russian Army Lessons Learned – Marine Corps Infantry Officer Course.

Urban Warfare-Lessons from the Russian Experience in Chechnya 1994-1995.

Notes from Russian and Chechen Lessons Learned – MAWTS-1, ACE MOUT Manual

6. Operações de Cerco e Busca

6.1. Introdução

O emprego da força militar não é exclusivo das situações de guerra, podendo ser aplicado como resposta a crises emergentes ou em desenvolvimento e ainda cumprimento de missões de interesse público[93]. As operações de resposta a crises estão integradas num ambiente operacional complexo e bastante exigente, em que os militares de uma Companhia são confrontados com elementos com um telemóvel numa mão, um RPG-7 na outra e um ódio extremo no interior do seu coração[94]. Os militares têm de ser capazes de dominar um conjunto de tarefas que vão desde o efectuar uma negociação ao estabelecer postos de controlo, postos de observação, passando pela execução de escoltas a colunas de viaturas[95] e operações de Cerco e Busca.

Uma operação de Cerco e Busca baseia-se em informações e pretende ser uma acção não violenta em que se isola (cerco) uma área e que pode ser orientada para pessoas, material, edifícios ou terreno[96] com a finalidade de deter um determinado indivíduo ou apreender materiais chave, que podem incluir: armamento, munições, explosivos, contrabando, provas ou informação[97]. Pode ainda ter a finalidade de ser uma demonstração de força para a população.

De facto, tornou-se numa das operações mais comuns em Teatros de Operações (TO), como o Iraque e Afeganistão, visto ser um método eficaz de privar a ameaça de materiais chave ou deter elementos[98]. Representa ainda uma forma de controlar a população e os seus recursos.

A 2ª CAt, durante o período da NRF[99] 12, treinou por diversas vezes esta tarefa táctica, desenvolvendo e aplicando várias tácticas, técnicas e procedimentos, fruto da experiência dos seus militares e dos ensinamentos recolhidos durante os treinos. O presente artigo apresenta alguns dos ensinamentos retirados desses treinos.

O artigo está dividido em duas partes. Numa primeira, abordam-se alguns aspectos do planeamento e da organização de uma UEC para uma operação de Cerco e Busca. Na

[93] *RC Operações, 2005.*
[94] Tradução livre, Holden, LCol Christopher M.: *CALL Newsletter 04-16 (2004) Cordon and Search.*
[95] Tradução livre: *FM 3-21.11 The SBCT Infantry Rifle Company.*
[96] Tradução livre: *FM 3-06.11Combined Arms Operations in Urban Terrain.*
[97] Baillergeon, Rick and Sutherland, John: *Cordon and Search Operations.*
[98] Baillergeon, Rick and Sutherland, John: *Cordon and Search Operations.*
[99] NRF: Nato Response Force.

segunda parte, são apresentadas as tarefas dos vários elementos que intervêm na operação e considerações relativas ao treino desta tarefa táctica.

6.2. Planeamento e Organização

Existem dois métodos de abordagem a uma operação de Cerco e Busca: pode ser realizada com consentimento[100], em que o risco é reduzido e a probabilidade de fuga ou resistência à detenção é baixa ou nula, ou sem consentimento[101], em que o risco é elevado e a probabilidade de fuga ou resistência à detenção é alta.

O primeiro método é utilizado quando se pretende uma abordagem que permite estabelecer uma relação / reacção não agressiva. Neste caso a velocidade e a necessidade de obter surpresa são secundários em detrimento da legitimidade. O segundo método é utilizado quando é necessário velocidade para obter surpresa de forma a conseguir dominar a situação. O cerco é rapidamente montado e o elemento de busca entra no (s) edifício(s) a inicia a busca de pessoas e material designados, mantendo a iniciativa sobre forças desconhecidas na área de busca. É necessário ter em consideração que possíveis ganhos em segurança, utilizando este método, podem significar a perda em relação a outros aspectos, tais como: risco para não combatentes presentes na área, danos colaterais nas infra-estruturas, opinião e entendimento por parte da população, risco para as tropas, efeitos em futuras buscas deliberadas[102], etc.

Com consentimento (Permissivo)				Sem consentimento (Não permissivo)			
Convidado a entrar	Pergunta	Impõe	Exige	Entrada sem Permissão	Ordena	Disparos	Rebentamentos
→	Nível de escalar da violência						→

Figura 1 – Comparação dos métodos de Cerco e Busca[103]

6.2.1. Princípios

A execução de uma operação de cerco e busca deve obedecer a alguns princípios, tais como:

[100] Tradução livre do inglês "Cordon and Knock", FM 3-24.02 *Tactics in Counterinsurgency.*
[101] Tradução livre do inglês "Cordon and Enter", FM 3-24.02 *Tactics in Counterinsurgency.*
[102] Tradução livre: FM 3-24.02 *Tactics in Counterinsurgency.*
[103] Tradução livre: FM 3-24.02 Tactics in Counterinsurgency

- ✓ Surpresa, de forma a evitar que um possível alvo fuja, que determinados materiais sejam escondidos ou que se prepare uma reacção eficaz contra a força que executa a operação, protegendo-a;
- ✓ Velocidade, é um princípio relativo, pois é necessária para evitar uma reacção por parte de uma possível ameaça, no entanto as tarefas de busca requerem algum tempo, de modo a serem realizadas de uma forma sequencial e metódica.

6.2.2. Aspectos a ter em consideração durante o planeamento

Existem diversos aspectos a ter em consideração durante a fase de planeamento:

- ✓ Determinar e delimitar correctamente a área de busca, de acordo com a área, determinar o efectivo a utilizar. Dependendo do método de abordagem, da situação da ameaça, das dimensões do objectivo e do risco a assumir, o efectivo é variável, podendo ir de uma Secção à utilização de toda a Companhia. Em situações particulares, a Companhia pode ser apenas um dos elementos dentro de uma operação de uma UEB. Mas no mínimo o efectivo não deve ser inferior a uma Secção;

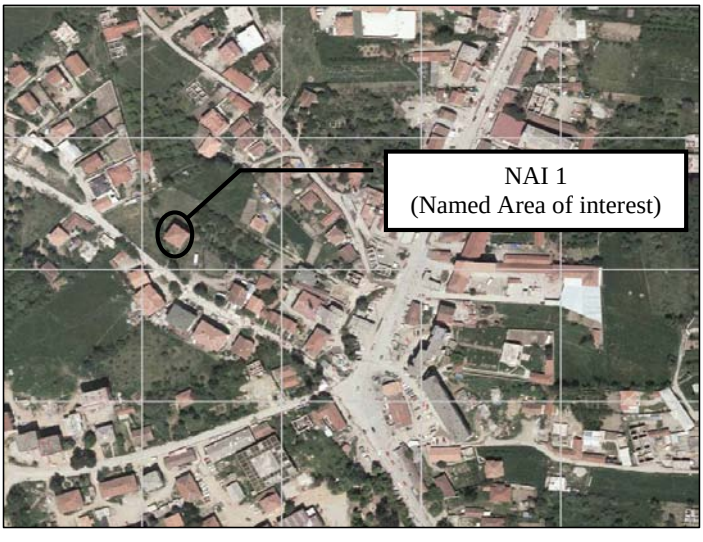


Figura 2 – Delimitação da área de busca

- ✓ Determinar o tipo de equipamento a utilizar em função do grau de perigosidade da busca;

- ✓ Procurar obter o maior número possível de informações sobre o local: plantas do edifício, fotografias, fotografias aéreas[104], quantitativo de pessoas que se espera no(s) edifício(s), presença de população e possíveis reacções por parte dos ocupantes dentro do edifício e possível população envolvente;
- ✓ Levantar as limitações e obrigações legais, tais como ROE[105], necessidade de mandato de busca e / ou detenção, autorização para detenção de pessoas, autorização para confiscação de materiais e se estes podem ser confiscados pela força, entre outros;
- ✓ Determinar a necessidade e confirmar a disponibilidade de meios e valências adicionais, que proporcionem um aumento das capacidades da força que executa a busca, por exemplo: equipas de evacuação, equipas de transporte[106], equipas de intérpretes[107], equipas de assuntos civis, equipas EOD[108], equipas de polícia local e criminal[109], equipas cinotécnicas[110], equipas de operações psicológicas / negociação[111] e equipas de vigilância / atiradores especiais[112]. É necessário o comandante ou líder da subunidade que vai realizar a operação, compreender as relações de comando, as capacidades e limitações de cada uma das equipas, assim como o seu modo de emprego[113];
- ✓ Determinar o período do dia em que é mais vantajoso executar a busca, de forma a obter-se o efeito surpresa, facilitar os movimentos e causar menores restrições na população. Montar um anel de segurança durante um período de visibilidade reduzida, aumenta a probabilidade de se obter surpresa, mas é mais difícil o comando e controlo, sendo sempre necessário ter em conta as restrições que vão ser colocadas à população, de forma a que esta não constitua uma ameaça.

[104] As fotografias aéreas são uma ferramenta importante para o planeamento de operações, permitindo ter uma ideia pormenorizada da área envolvente. Permite também esclarecer e actualizar as cartas topográficas. É necessário ter atenção à escala das fotografias, pois pode induzir em erro.

[105] ROE: Do inglês Rules of Engagement, regras de empenhamento.

[106] Utilizadas pela Companhia para transporte de elementos a deter, materiais apreendidos.

[107] Úteis numa situação de busca com consentimento de forma a facilitar a comunicação. É importante ter atenção à etnia ou raça da população e do interprete de forma a não se tornar um problema em vez de uma solução.

[108] EOD – Do inglês Explosive Ordnance Disposal, inactivação de engenhos explosivos.

[109] Em determinados teatros, como o do Kosovo, as forças da NATO não podem deter indivíduos por mais do que um determinado número de horas, após o qual têm de os entregar às autoridades locais, de igual forma a recolha de provas para uso em tribunal terá de ser feita por equipas especializadas.

[110] São uma valência bastante útil, no entanto é necessário ter atenção ao tipo de cão, podendo estes serem para busca de estupefacientes, armas e explosivos, pessoas ou serem cães patrulha. É também necessário compreender as limitações do animal, por norma devem ser empregues por curtos períodos de tempo, entre 20 a 30 minutos, após o que necessitam de descansar, assim surge a necessidade definir uma prioridade de busca.

[111] Normalmente empregues em buscas com consentimento de forma a permitir a execução da busca de forma pacífica. Têm necessidade de segurança.

[112] Na Companhia, sempre que possível e que a situação o justificasse, eram organizadas equipas de vigilância que também possuíam a capacidade de efectuar fogos de precisão até uma distância de 300 / 400m.

[113] Este ponto é especialmente importante quando se está a operar num ambiente multinacional em que os procedimentos das equipas podem diferenciar dos procedimentos das equipas nacionais.

6.2.3. Organização

Para uma operação de Cerco e Busca, muito embora pudesse haver algumas variações, a 2ª CAt tinha uma organização tipo, que incluía: o comando, que para além dos elementos orgânicos integrava os meios adicionais e algumas equipas que eram organizadas a partir dos elementos de um dos Pelotões, por exemplo equipas de vigilância e atiradores especiais, sendo responsável pelo comando e controlo da operação, um elemento de segurança que tinha tarefas associadas ao isolamento da área do objectivo, um elemento de busca responsável pelas tarefas associadas a encontrar uma determinada pessoa ou material, um elemento de detenção responsável pelas tarefas de processamento de pessoal e material e uma reserva de forma a poder reagir a situações inesperadas.

6.3. Tarefas

6.3.1. Comando

Numa operação de Cerco e Busca, um comando e controlo efectivo de todas as acções é essencial e é necessário ter atenção à sua dimensão e constituição, de forma a conseguir a coordenação e sincronização das tarefas de segurança, busca e detenção. A localização do elemento de comando é um aspecto importante a detalhar. Tendo em conta que o esforço é realizado pelo elemento de busca, é junto deste que se deve posicionar o elemento de comando. Na 2ª CAt, o Cmdt de Companhia e um operador de rádio, apeavam e estavam junto ao elemento de busca, ficando o Oficial Adjunto na sua viatura, garantido as comunicações e relato das acções para o escalão superior e o controlo dos trens da Companhia, assim como do seu emprego.

6.3.2. Elemento de segurança

O elemento de segurança monta um anel de segurança exterior, que tem por finalidade: bloquear, controlar, alertar a entrada de viaturas e / ou pessoal na área do objectivo e evitar possíveis ameaças para o elemento de busca. As tarefas tácticas associadas são: montagem de postos de controlo, posições de bloqueio, postos de observação e patrulhas de segurança nos principais itinerários de acesso ao objectivo e / ou nas áreas entre eles, sendo necessário dar detalhes, como: que viaturas / pessoas devem ser revistadas e com que detalhe, em que circunstâncias as viaturas / pessoas são revistadas e apreendidas / detidas, se estas instruções se aplicam a tráfego que circula de fora para dentro e de dentro para fora e que tráfego é autorizado a circular e em que circunstâncias.

As posições podem ser ocupadas antes do movimento do elemento de busca, se a situação o permitir e deve-se equacionar a necessidade de deixar viaturas afastadas de forma a assegurar a surpresa, ou em simultâneo com este[114]. Deve-se ter atenção à identificação de viaturas e elementos que podem ou não entrar e / ou sair da área do objectivo e a hora / acontecimento a partir da qual o cerco tem de ser efectivo, como por exemplo: montado a partir de GDH XXX, activo após início da busca e a possibilidade de postos de controlo passarem a posições de bloqueio.

Um dos erros que é comum cometer-se é posicionar o anel de segurança externo muito próximo do edifício alvo, de forma a não ser capaz de alertar a aproximação de uma ameaça em tempo e proteger o elemento de busca.

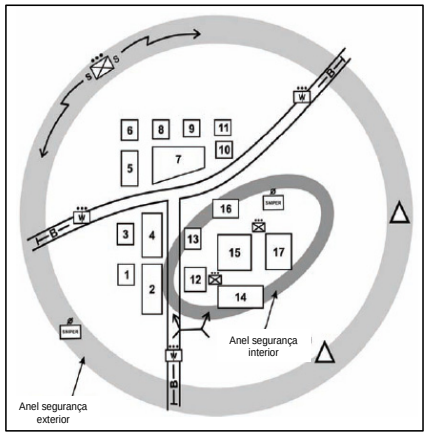


Figura 3 – Anéis de segurança

É também necessário prever a utilização de meios de controlo de tumultos para este elemento, de forma a fazer face a possíveis manifestantes provenientes da população envolvente. Um aspecto importante a ter em conta diz respeito aos materiais disponíveis, o elemento de segurança deve ter disponível materiais que permitam bloquear itinerários, por exemplo concertinas se arame farpado e "ouriços".

6.3.3. Elemento de busca

O elemento de busca, monta um anel e segurança interior, que tem por finalidade evitar

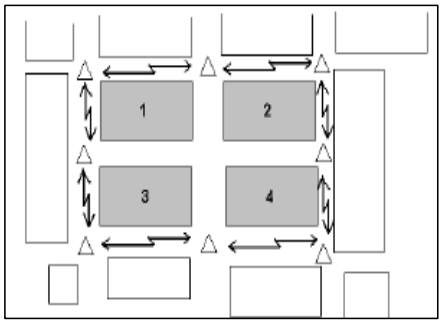


Figura 4 – Anel de segurança interior

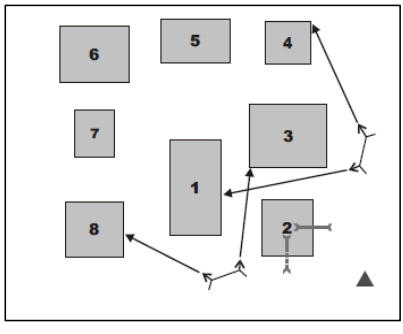


Figura 5 – Posições de apoio pelo fogo / sobreapoio

[114] Normalmente, se o objectivo se encontra dentro de uma área edificada com vários edifícios e população em volta, a opção será ocupar as posições em simultâneo com o movimento do elemento de busca, visto que de outra forma a surpresa é quebrada.

a fuga de viaturas ou pessoas da área do objectivo, proporcionar segurança aos elementos que executam as buscas na área do objectivo. As tarefas associadas são: montagem de posições de combate, postos de controlo e postos de observação e a execução de buscas. Um dos factores fundamentais a ter em consideração numa busca, é o factor segurança, isto porque os militares envolvidos na busca estão num meio que lhes é desfavorável, ao passo que os residentes no local onde é efectuada a busca, conhecem em pormenor o local, pelo que poderão utilizar o meio contra os militares. Assim é de equacionar, em algumas situações em que o risco associado á busca é elevado, por exemplo, quando a busca é sem consentimento, o anel de segurança interior poder ser substituído por posições de sobreapoio / apoio pelo fogo de forma a dar liberdade de acção ao elemento de busca. Nesta situação, algumas tarefas do anel interior poderão passar para o anel exterior de segurança.

Na 2ª CAt, o elemento de busca da Companhia[115], de uma forma geral, dividia-se em: busca, segurança, detenção e reserva. A tarefa de busca podia ser atribuída a uma ou mais Secções[116] e tinha como princípios de actuação: evitar, sempre que possível danos na propriedade alheia, evitar danificar possíveis provas criminais, procurar primariamente aquilo que é o objecto da busca, deixando no local os que não o eram.

Figura 6 – STX Cerco e Busca com utilização de Equipa Cinotècnica

Um dos aspectos a ter atenção é o método de entrada a utilizar[117]: "hardy entry", executado de forma rápida e violenta, de forma a não comprometer a busca e a não causar baixas desnecessárias, utilizando métodos mecânicos, explosivos ou balísticos. É utilizado quando o risco é elevado e a probabilidade de fuga ou resistência à detenção é alta - busca sem consentimento, "Soft Entry", utilizado quando o risco é reduzido e a probabilidade de fuga ou resistência à detenção é baixa ou nula - busca com consentimento, permite dar ao suspeito a oportunidade de colaborar, é a que é preferível se houver um baixo risco e evita uma escalada de violência. As

[115] Normalmente a tarefa era atribuída a um Pelotão, que para algumas missões podia receber uma Secção adicional.
[116] Dependia das dimensões da área a efectuar a busca, se incluía busca no interior e exterior dos edifícios e se incluía a realização de uma busca deliberada.
[117] Independentemente do tipo de busca e do método de entrada utilizado os elementos que vão efectuar a busca devem estar prontos a reagir a uma ameaça com armas de fogo, passando a utilizar técnicas de precisão de limpeza de compartimentos.

buscas não se restringiam apenas ao interior dos edifícios, mas também ao exterior dos mesmos, fazendo-se uso de meios que a auxiliassem, por exemplo, detectores de metais.

Se possível, as buscas devem ser realizadas com consentimento, tendo papel importante neste aspecto, a capacidade do comandante da força em negociar com o líder da povoação ou dono da casa, a entrada e execução da busca. Neste caso, a capacidade de estabelecer uma relação de cooperação, tornando a busca legítima e aceite pela população, é mais importante do que a velocidade e surpresa.[118] Um dos aspectos a ter em atenção é o que fazer com os não combatentes, podendo ser empregues os seguintes métodos: reunir num local central fora das casas, restringir os habitantes às sua casas ou controlar a "cabeça" de cada casa.

Figura 7 – Abertura mecânica de ponto de entrada num edifício

Em determinadas situações, eram conduzidas buscas deliberadas[119], sendo esta realizada, após o local de busca estar seguro. A tarefa era, normalmente, atribuída a uma Secção[120] que se organizava em comando e equipas de busca, construída cada uma por uma parelha. O número de equipas variava de acordo com o efectivo disponível e as dimensões da área do objectivo, no mínimo havia duas equipas, uma para o interior e outra para o exterior do(s) edifício(s), a equipa do exterior era também responsável pela área envolvente, o que incluía possíveis viaturas. Durante a busca, era efectuado um esboço detalhado da área da busca, o qual constituía um anexo do relatório efectuado.

Objectivo TIGRE – Edif 1

Local – (coordenadas)

Morada – (se possível na região de __, ou junto a um ponto de referência)

[118] Baillergeon, Rick and Sutherland, John: *Cordon and Search Operations.*

[119] Tradução livre do inglês "Tactical Exploitation", FM 3-24.02 *Tactics in Counterinsurgency*. Pretende ser a acção sistemática, executada com os meus adequados, de forma a assegurar que pessoal, documentos, informação electrónica e outro material encontrado é identificado, recolhido e protegido de forma a permitir obter informações e apoiar acções futuras.

[120] Se a área fosse de grandes dimensões ou a quantidade de material e pessoal a processar fosse elevada podia ser atribuída a duas Secções.

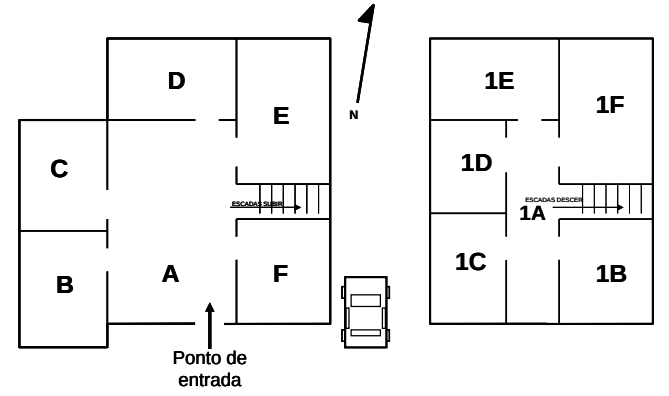


Figura 8 – Esboço resultante de uma busca deliberada

Durante a realização da busca, cada compartimento era fotografado antes de começar a busca, fazia-se um estudo do compartimento e procurava-se artigos óbvios com interesse. A

Figura 9, 10, 11 e 12 – Manuseamento de material durante uma busca deliberada

busca era efectuada de uma forma sistemática, começava no centro do compartimento, de forma a libertar o espaço para artigos sem interesse e depois, a partir do ponto de entrada, de

baixo para cima, deslocando-se em sentidos opostos, sendo os materiais em excesso, sem interesse, colocados no centro. Eram tiradas fotografias aos artigos com interesse, antes de lhes mexer. Sendo que estes eram fotografados no local, manuseados com luvas látex, colocados em sacos transparentes / Ziplock, etiquetados, registados no inventário de artigos capturados e transportados para o local de reunião no compartimento e depois entregue ao elemento de detenção.

Figura 13 – Processamento de pessoas

As pessoas eram revistadas e fotografadas com uma placa de informação detalhada. No exterior dos edifícios, era efectuada uma busca no perímetro dos edifícios, tendo em atenção os artigos enterrados ou escondidos em objectos. Às viaturas, era efectuada uma busca inicial procurando possíveis armadilhas, eram tiradas fotografias e documentada a informação retirada.

Figuras 14 – Processamento de viaturas

Para executar este tipo de busca, foi criado um Kit, que era transportado em mochiletes de mochila.

Mochilete 01 – Cmdt de Secção

Mochilete Nº1
* 01 Mochilete
* 01 Bloco apontamentos + caneta
* 01 Lanterna Maglight
* 02 Sacos Ziplock
* 02 Pares luvas latex
* Fita balizadora

Mochilete 02 – Adjunto

Mochilete Nº2
* 01 Mochilete
* 02 Pares luvas latex
* 01 Bloco apontamentos A4 quadriculado + caneta
* Fita balizadora
* 01 Lanterna

Mochilete 03 – Equipas de busca

Mochilete Nº3
* 01 Mochilete
* Fita balizadora
* 10 Braçadeiras plástico
* 06 Algemas de fio WD-1/TT
* 01 Lanterna Maglight
* 02 Conjuntos de 3m fio
* 01 Maquina fotográfica
* 10 Sacos plásticos transparentes (vários tamanhos)
* Etiquetas material capturado
* 06 Sacos Ziplock
* 01 Rolo fita cola
* 03 Pares luvas latex
* 01 Conjunto paus giz
* 01 Marcador tinta permanente
* 01 Detector metais (se necessário)

A segurança, dependendo do tipo de busca e das características da área de busca, ocupava posições de apoio pelo fogo / sobreapoio, ou montava um anel de segurança interior, tendo como finalidade proteger o elemento de busca ou elementos que efectuavam uma possível negociação e evitar a fuga da área do objectivo[121].

6.3.4. Elemento de detenção

De forma a libertar o elemento de busca das tarefas de processamento de pessoal e material[122], estas eram atribuídas a um elemento em separado, que se organizava em: comando[123], equipa de ligação, equipa de segurança e equipas de detenção. A equipa de

[121] Em situações específicas em que são ocupadas posições de sobreapoio / apoio pelo fogo e que o terreno seja restritivo, a força pode não ter capacidade de evitar a fuga de elementos da área do objectivo, passando esta tarefa para o anel de segurança exterior.

[122] O material incluía apenas aquele que poderia causar uma ameaça imediata, por exemplo: armas, munições e explosivos, caso contrário era deixado onde fora encontrado.

[123] Na 2ª CAt esta tarefa era normalmente atribuída a um Pelotão.

ligação era responsável pela ligação ao elemento de busca, recebendo deste as pessoas e materiais, possuindo uma equipa de evacuação que transportava eventuais feridos. A equipa de segurança garantia a segurança próxima às equipas de detenção e ligação. As equipas de detenção organizam espaços para colocar: elementos procurados, não combatentes, feridos, mortos e material. Integrando as equipas de detenção, estava um a dois socorristas que prestavam os primeiros socorros iniciais e executavam uma primeira triagem. Os locais podiam ser organizados junto à área do objectivo, protegido das vistas e numa fase subsequente, ser transferido para o interior de um edifício.

6.3.5. Reserva

Este elemento proporciona ao Comandante, flexibilidade e capacidade de fazer face a uma situação inesperada. Deve estar preparada para reforçar os elementos de cerco, busca ou detenção, podendo receber tarefas como: controlar distúrbios civis, reforçar o anel exterior, controlar detidos, entre outras.

6.3.6. Uso de Equipas de vigilância / atiradores especiais

A 2ª CAt, de uma forma regular, organizou e empregou equipas de vigilância / atiradores especiais. Não possuíam uma organização fixa, mas de uma forma geral eram constituídas por duas equipas de dois elementos cada, liderada por um quinto elemento, um Sargento. Cada equipa possuía um militar com uma Espingarda Automática G-3 com Alça Trilux ou a Luneta AN/PVS-4 e um segundo militar com equipamento de vigilância diurna e nocturna, para além dos meios de comunicação. Normalmente, se a situação o permitisse[124], eram colocados na área do objectivo com algumas horas de antecedência, colocavam olhos no objectivo e actualizavam a situação. Durante a

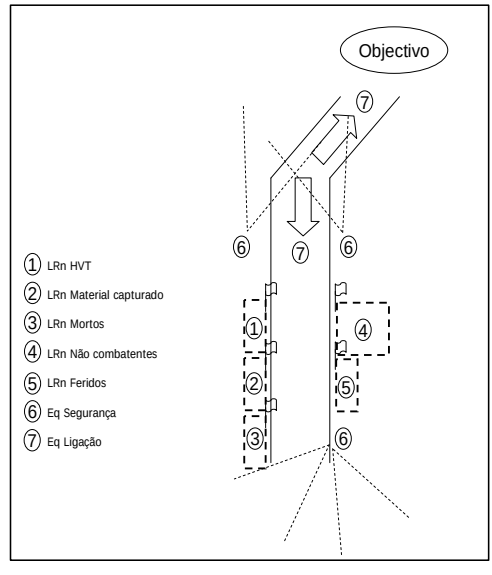


Figura 15 – Esquema de colocação do elemento de detenção

[124] Quando o objectivo se encontrava no meio de uma área arborizada ou aberta e não houvesse uma ameaça era possível colocar olhos no objectivo algumas horas antes, se o objectivo se encontrava dentro de uma área edificada e houvesse uma ameaça, ocupavam as posições em simultâneo com a aproximação do elemento de busca.

aproximação do elemento de busca, actualizavam a situação e guiavam a força para o objectivo. Durante a acção no objectivo, permaneciam nas posições, alertando para eventuais movimentos na área do objectivo e nas imediações, além de proporcionarem a capacidade de efectuar fogos de precisão até uma distância de 300 / 400m. Quando eram empregues duas equipas, uma ficava responsável pelo objectivo propriamente dito e a segunda pela área envolvente. As comunicações eram efectuadas na rede de comando e operações da Companhia, e durante a fase de planeamento eram definidas medidas de controlo de fogos e medidas de coordenação.

6.4. Conclusões

A tarefa de Cerco e Busca é uma das tarefas mais comuns em operações de resposta a crises. No entanto, não se apresenta como sendo uma tarefa fácil de treinar e executar, visto ser uma tarefa que possui um enquadramento específico, sobretudo legal, e apresenta um sem número de tarefas associadas, algumas delas bastante técnicas e de uma forma geral as unidades não estão rotinadas a executá-las, e naturalmente os resultados apresentam-se pouco satisfatórios, pois frequentemente ignoram cartas com transparentes, fotografias, esquemas, frequências de rádios, telemóveis, etc.

Todo o treino deve estar enquadrado, em particular pelas considerações legais implicadas e ser progressivo. Deve-se treinar as tarefas associadas em separado e depois integrar as tarefas em diversos pequenos exercícios tipo STX. De uma forma natural, esta tarefa táctica realiza-se em ambiente urbano, estando assim o seu treino associado ao treino de tarefas de combate em áreas edificadas.

Cap Inf Alexandre Capote

Bibliografia

Documentos oficiais:

- FM 3-21.11 (2003) *The SBCT Infantry Rifle Company.*
- FM 3-90.05 (2005) *The HBCT Combined Arms Battalion.*
- FM 3-24.02 (2009) *Tactics in Counterinsurgency.*
- FM 3-06.11 (2002) *Combined Arms Operations in Urban Terrain.*
- CALL Newsletter 04-16 (2004) *Cordon and Search.*
- GTA 90-01-2008 *Tactical Site Exploitation.*
- RC Operações. (2005) – *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: EME.
- *Manual de Operações Apoio à Paz – Tácticas, Técnicas e Procedimentos*, EPI, 2008.
- Directiva Nº 01-08 / AgrMec / NRF 12.

Apresentações:

- 3rd BCT / 3rd Infantry Division, Cordon and Search.
- 3-502nd / 82nd Airborne Division, Cordon & Search Vignette.
- B Coy / SWECOY, Concept of Search Operations.

Artigos:

- BAILLERGEON, Rick and SUTHERLAND, John: *Cordon and Search Operations.*
- HUGHES, Major Christopher and ZIEK, Major Thomas G., *Cordon and Search Operations.*
- STANTON, Major martin N., *Cordon and Search Operations – Lessons Learned in Somalia.*

7. Secção de Segurança, Porquê?

7.1. Introdução

Recuando alguns anos, iríamos encontrar na estrutura orgânica do Grupo de Carros de Combate, mais concretamente nos Esquadrões de Carros, uma Secção de Segurança (SecSeg) que se encontrava na dependência directa do comando dos mesmos.

Esta Secção contava nas suas fileiras com um total de dez homens: um sargento no comando (Fur/2Sar); duas Esquadras de Atiradores comandadas por dois Cabos (2Cab/1Cab), com quatro e três homens respectivamente, e ainda uma Esquadrada de viatura, com condutor e apontador.

A sua mobilidade estava-lhe conferida pela excelente VBTP M113 e a sua cobertura de fogos pela fiável .50 Browning.

Com esta formação, a SecSeg era essencialmente utilizada na segurança ao PC, ajudando também à sua montagem, e nas tarefas de apoio de serviços do ECC, procedendo assim à distribuição da alimentação e ao reabastecimento das diversas classes, onde tacticamente as suas funções se esgotavam no "apear" e no "montar" dos pequenos e dos grandes altos, ficando por vezes conotada como mais um órgão de apoio aos reabastecimentos do ECC, do que propriamente uma unidade de combate.

Posteriormente, com a nova reestruturação dos quadros orgânicos a que o GCC não ficou imune, esta Secção desaparece mercê do seu desaproveitamento e fraca utilização.

Mas felizmente em 2004, com a formação AgrMec do NRF 5 no seio da Brigada Mecanizada Independente de então, e com um ECC na sua constituição, resolveu-se, voltar à orgânica antiga, onde a SecSeg passou a perfilar novamente na sua constituição, bem como outras funções anteriormente extintas.

Talvez fruto do reconhecimento, tal orgânica não é suficiente e não dá as respostas necessárias às solicitações do combate.

O balanço deste renascimento da Sec Seg no seio de um ECC foi francamente positivo, pois em 2007, com a missão de levantar um AgrMec de resposta rápida da NATO, NRF 12, (agora, na mais pequena Brigada Mecanizada, que perdeu bastante com a nova reestruturação orgânica) a SecSeg volta a aparecer na constituição do ECC que integra o AgrMec.

Desta vez, tal mudança colocou-se positivamente na vida do AgrMec, e também na minha, pois surgiu-me a oportunidade inegável de poder comandar uma Secção que padece de uma estranha forma de vida, e que corre o risco de não mais existir.

Quando em Outubro de 2007 começaram os preparativos do levantamento do AgrMec, urgiu voltar a repensar toda a funcionalidade da SecSeg e seus propósitos. Comecei por analisar toda a informação existente do antecedente, mas os esforços pecaram por resultados escassos, onde, quer em planeamento de ICOL, quer em NEP´s de Esquadrão e de Grupo, apenas surgiam referências curtas e pouco claras quanto às atribuições da SecSeg. Procurei informar-me junto de quem me antecedeu mas as respostas não foram tão conclusivas quanto esperava.

Estava assim lançado o desafio de encontrar a razão existencial, que levou os egrégios desenhadores da táctica a criarem esta Secção de características e potencial tão diversificado. Como Secção de carácter elementar, bastante semelhante às Secções de Atiradores da arma irmã de Infantaria, procurei no modus operandi destas secções, toda a instrução e preparação individual que os elementos da Sec Seg deveriam de possuir.

Quanto à atribuição táctica, o desafio foi bem mais elaborado e rebuscado, onde a luta constante de procurar tornar esta Secção um braço de apoio ao comando de qualquer ECC/SubAgr, sem ferir a táctica convencionada, se revelou tenaz e bastante frutífero.

7.2. Desenvolvimento

Assim, vou começar por responder à pergunta que intitula este artigo.

6.2.1 No enquadramento geral, a principal missão da SecSeg é a de providenciar a segurança ao PC do ECC/SubAgr e à sua área de apoio de serviços, quer em deslocamentos, quer em actividades estáticas tal como as Zonas de Reunião, Posições de Combate, Passagens de Linha, e outras. Esta segurança materializar-se-á através de equipas de sentinelas fixas às instalações do PC, equipas de patrulhamento lançadas na área adjacente ao PC, no lançamento de obstáculos e sensores de movimento, e também da montagem e operação de posições estáticas de Metralhadoras Ligeiras que cubram eventuais zonas mortas ou pontos e eixos de aproximação IN.

6.2.2 As suas capacidades podem ser utilizadas logo nas Operações em Aquartelamento do ECC/SubAgr onde esta SecSeg auxilia todos os abastecimentos das diversas classes pelos pelotões de manobra.

6.2.3 Quando a Secção de Quartéis estiver activa, a Sec Seg fornecerá a segurança próxima aos deslocamentos e reconhecimentos a serem efectuados na área da futura ocupação, através da cedência de uma esquadra, ou do empenhamento de toda a SecSeg. O apoio também será efectivado através da atribuição de um atirador que ficará responsável pela marcação e balizagem das áreas do PC e respectiva VBTP da SecSeg e que mantém a operabilidade, traficabilidade e segurança da área até á sua ocupação.

6.2.4 Nos deslocamentos gerais do ECC/SubAgr, a SecSeg deslocar-se-á nos trens de combate junto da VBTP PC, imediatamente à retaguarda para assim poder actuar como escudo próximo ao PC, desempenhando a viatura PC de alguma ameaça que surja no decorrer da operação. Também, aquando dos pequenos e dos grandes altos, a SecSeg apeará e actuará como força de intervalo e ocupação, através de patrulhamentos curtos na área adjacente ao PC, até à traseira dos Pelotões. Na eventualidade da VBTP PC ficar INOP a VBTP SecSeg albergará os elementos do PC, passando esta VBTP a assumir as duas tarefas.

6.2.5 Nas Zonas de Reunião a SecSeg será empregue nas situações de:

- Entrada em posição;
- Manutenção da segurança local (periférica);
- Execução de operações de apoio de serviços.

6.2.6 Nas Passagens de Linha, ou agora denominadas Operações de Transição, muito pela sua capacidade numérica no seio do ECC/SubAgr, é a SecSeg a equipa por excelência a empenhar na montagem, manutenção e operação das PassLin, empenhando para o efeito uma esquadra, permanecendo a outra esquadra em protecção ao PC, e a sua VBTP será empenhada em apoio próximo aos elementos que estabelecem contacto com as UN em marcha ou estacionadas, consoante o tipo de PassLin a efectuar, ou para a frente, para retaguarda ou como UN estacionada no ataque ou na defesa.

6.2.7 No Combate em Áreas Edificadas, quer pelo efectivo quer pelas características de uma Sec At, a SecSeg é um instrumento útil à disposição do Cmdt ECC para desenvolver tarefas de reconhecimento e limpeza de pontos de resistência, tais como casamatas, ruínas ou até mesmo integrando equipas de limpeza para objectivos de maior escala. Esta missão, embora seja atribuída ao PelAt do ECC/SubAgr em primeira estância, a Sec Seg tem capacidade para auxiliar nestas acções ou poder realizar outras de menor envergadura.

6.2.8 Nas operações Ofensivas, esta Secção também pode ser bastante útil. No ataque do ECC/SubAgr, a SecSeg não deve actuar isoladamente, mas será um óptimo instrumento do Cmdt podendo ser utilizada para optimizar os recursos disponíveis.

Assim poderá ser empregue de acordo com a seguinte matriz:

- Fornecer sobreapoio
- Assalto → **Reconhecer**, **Estabelecer Contacto**, **Pedir apoio de fogos**
- Consolidar
- Reorganizar

6.2.8.1 A Fornecer sobreapoio

A Secção pode ser empenhada para neutralizar todas as ameaças ligeiras (IN apeado), quer no movimento para o assalto, quer mesmo no assalto. A mobilidade da Secção deve ser empenhada ao máximo.

6.2.8.2 No Assalto

A mobilidade e a mínima exposição podem ser factores influentes que levem esta Secção a ser empenhada na execução de reconhecimentos específicos. Assim a recolha de Informação não levará à exposição do esquadrão.

No decorrer desses reconhecimentos, a Secção, quer montada numa primeira fase, quer apeada, pode e deve iniciar o fogo (Reconhecimento pelo Fogo) se assim for determinado, evitando o desgaste por parte dos PelCC, dando tempo de resposta aos mesmos.

No decorrer da Op pode ainda pedir e regular fogos indirectos que estejam em apoio directo.

6.2.8.3 Consolidação

Nesta fase o apoio da SecSeg é preponderante pois a sua mobilidade irá permitir-lhe ocupar fisicamente a área de resistência. Embora esta tarefa caiba aos PelCC, a SecSeg pelas suas características, deve sempre auxiliar os Pel CC nesta manobra, e se a missão o exigir, a SecSeg poderá sozinha empenhar-se num Ponto Importante, (Casamata, Ruínas, Trincheira, etc.), tarefa normalmente atribuída ao Pel At do SubAgr.

6.2.8.4 Reorganização

A SecSeg nesta fase deve servir de apoio aos Pel CC e proceder ao processamento dos PG´s, Armamento e documentos IN. A SecSeg organizará sempre que necessário, 3 equipas de processamento:

- Equipa de Processamento de PG´s

  -Cmdt Sec Seg Nº1

  -At Gran 1ª esq Nº3

  -At lig 2º esq Nº8

- Equipa de Processamento de Armamento IN

  -Cmdt 1ª esq Nº2

  -At ML 1ª esq Nº4

  -At Lig 1ª esq Nº5

- 3. Equipa de Busca de Documentos IN

  -Cmdt 2ª esq Nº6

  -At Gran 2ª Nº7

6.2.9 Na Defensiva a SecSeg também pode ser extremamente útil no reconhecimento a possíveis zonas de retardamento e posições de combate, caso seja intenção do Cmdt.

Outra das actividades a imputar na Sec Seg é a de ajudar a preparar um sector para defesa (Obstáculos). Assim a Sec Seg poderá ser uma ferramenta de apoio em:

- Reconhecer Posições de Retardamento/Posições de Combate
- Ocupação e operação de Posições de Combate
- Reconhecer e Preparar um Sector para defesa
- Executar Passagens de Linha
- Reorganizar (Fonte de Recompletamento)

6.2.9.1 Reconhecer Posições de Retardamento/PosComb

A SecSeg pode ser utilizada como força de reconhecimento do ECC ou SubAgr, quer antes da sua ocupação como elemento de reconhecimento, quer mesmo após a ocupação, caso haja a necessidade de reconhecer pormenorizadamente algum ponto crítico/importante.

6.2.9.2 Posições de Combate

A SecSeg pode ser empregue no dispositivo da PosComb e fazer uso das suas armas anti-carro orgânicas. O efectivo a colocar no dispositivo inserido conjuntamente com os Pel CC, nunca será superior a uma esquadra, reservando a restante Esquadra para a tarefa principal, a segurança ao PC. A Sec Seg deverá auxiliar os Pel CC no lançamento de obstáculos e deverá executar os seus na área do PC.

6.2.9.3 Reconhecer e preparar um sector para defesa

Da mesma forma do que nas Posições de Combate, os recursos da Sec Seg devem ser solicitados ao máximo, quer como parte integrante da Secção de Quartéis nos seus reconhecimentos, quer na execução de obstáculos.

6.2.9.4 Passagens de Linha para a retaguarda

Em todo o tipo de PassLin, a Sec Seg apresenta-se como uma força com efectivo e mobilidade essenciais para a execução das mesmas. São características únicas no seio de um ECC ou Sub Agrupamento.

6.2.9.5 Reorganizar

A Sec Seg pode e deve ser utilizada como principal fonte de recompletamento do ECC ou Sub Agrupamento, carecendo para isso que na sua constituição apresente elementos com formação em guarnição de CC, que só conferem capacidade e multi aplicabilidade.

Nesta fase, todo o processamento de PG´s e material capturado, deve ser processado para o escalão superior através da Sec Seg.

7.3. Conclusões

Assim e em tom de conclusão, creio que a versatilidade e mobilidade desta SecSeg são de facto uma mais-valia, para não cair na arrogância de dizer que é imprescindível ao seu escalão superior. Não é uma afirmação infundada, pois esta assunção ficou patente nos exercícios e actividades desenroladas durante esta fase de aprontamento da força NRF 12, ao longo de 2008 e início de 2009, sendo constantemente solicitada, onde respondeu com inabalável prontidão e capacidade, concretizando-se como uma força multidisciplinar e multifuncional.

Se não for a Secção de Segurança a executar este tipo de tarefas, quem as executará?

Espero que o conhecimento não morra, e ainda não perdi o desejo de ver novamente esta Secção de Segurança a figurar no Quadro Orgânico dos futuros Esquadrões de Carros ou SubAgr, ficando o apelo a quem esta mensagem chegar.

2Sar Cav Hugo Albuquerque

8. O Fluxo dos Recursos Humanos na EOP do AgrMec/ NRF12 e a Transferência de Treino para a Formação.

8.1. Introdução

Os recursos humanos são sempre escassos, daí a necessidade de os garantir, formar e fazer actuar em proveito da força constituída, maximizando a sua eficiência. A estabilidade destes recursos melhora as condições do treino, enquanto que a renovação dos mesmos empenha-nos mais em formar, quando a prioridade deveria ser o treino.

Veremos como o efectivo evoluiu ao longo de um ano de aprontamento, as dificuldades encontradas em manter esses militares na Unidade e os principais motivos que poderão ter contribuído para essas mesmas dificuldades.

Pretende-se aludir para a forma de eliminar restrições num ambiente de treino por via da falta de formação, com que os recursos humanos se encontram no início desse mesmo treino. Foi principalmente devido à dificuldade de manutenção do efectivo em unidades que realizam treino operacional, não tendo estas, tempo suficiente de adquirir competências que lhes permitam encarar o treino sem dificuldades acrescidas e, sendo estas forças obrigadas a acumular treino com formação, hipotecando assim tempo em tarefas basilares, que deveriam ser adquiridas em contexto formativo.

8.2. Levantar e manter a EOP do AgrMec/NRF12

A experiência vivida pelo 1ºBIMec dois anos antes, que resultou do aprontamento do AgrMec NRF5[125], perspectivava dificuldades no preenchimento da EOP[126] desta força. As implicações aos mais variados níveis, das matérias validadas no treino, anteviam como um dos principais desafios no levantamento do AgrMec/NRF12[127].

Quando foi nomeada para levantar e treinar o AgrMec NRF12 (PO), a Brigada Mecanizada atribuiu a missão ao 1BIMec, reforçado com um ECC do GCC/BrigMec.

O 1BIMec encontrava-se organizado em finais de 2007 com Cmd Batalhão e CCS, duas CAtMec e uma CAC, com o efectivo constantes do quadro seguinte:

[125] AgrMec NRF5 - Agrupamento Mecanizado NATO RESPONSE FORCE 5. NRF: Força altamente treinada e tecnologicamente evoluída que os Países oferecem à aliança para ser rapidamente projectada em qualquer parte do mundo e em todo o espectro de operações.
[126] EOP - Estrutura Operacional de Pessoal
[127] AgrMec NRF12 - Agrupamento Mecanizado NATO RESPONSE FORCE 12

DEC 2007	EOP 1BIMec QO 24.0.01	EOP (-1CAtMec)	Dez-07	%
Oficiais	34	28	28	100%
Sargentos	129	105	54	51%
Praças	512	405	329	81%
TOTAL	**675**	**538**	**411**	**76%**

Quadro 1- Efectivo 1ºBIMec Dezembro 2007

O GCC cede o seu 1ºECC reforçado com pessoal do Quartel da Cavalaria, ficando este, logo de início, acima de 90% do seu efectivo da EOP, atingindo rapidamente os 95%.

Refira-se que as directivas das NRF não permitem que as suas EOP baixem dos 95%, sob pena de não obterem certificação ou virem a perdê-la.

Iniciada a fase de um ano de aprontamento em 11JAN08, acautelados alguns aspectos mais relevantes da pretérita NRF5, garantida que foi alguma prioridade na colocação de pessoal e juntando o efectivo do 1ºECC, o efectivo atingiu 2/3 da força. Nessa altura sentimos que as dificuldades se voltaram para o deficiente preenchimento dos 697 militares, com 240 militares em falta, cerca de 34% da EOP. Para além da falta de praças, as dificuldades eram notórias ao nível dos mais baixos escalões de comando, nomeadamente em comandantes de secção. Ainda faltavam mais de metade dos sargentos previstos na EOP.

Agr Mec NRF12	EOP NRF12	JAN08	%
Oficiais	44	34	77%
Sargentos	150	73	49%
Praças	503	353	70%
TOTAL	**697**	**460**	**66%**

Quadro 2 - Efectivo NRF12 em Janeiro 2008

Numa primeira fase, a BrigMec fez um esforço interno e colocou cerca de 40 graduados, ficando, já nessa altura, nove graduados somente inscritos em OB. Estes militares vieram do QA, 2ºBIMec, ERec e BAS, sabendo que os esperava uma missão de 18 meses, sendo 12 de aprontamento e certificação e 6 meses de "Stand By". Nesta fase, já a BrigMec não poderia espoliar mais o efectivo das suas sub-unidades sob pena de as tornar inoperantes, colocando, então, a questão do efectivo NRF ao Exército.

O Comando de pessoal após ponderar várias hipóteses, coloca em ABR08, 20 Sargentos oriundos, na sua maioria, de unidades da BrigInt. Nessa ocasião, ainda era a classe onde as faltas mais se faziam sentir, com cabos a comandar secções e mesmo estes, também em número reduzido, após uma fase em que vários Cabos saíram da unidade. Uma das limitações da categoria de sargentos prendia-se com a falta de comandantes de secção (2SAR/FUR) pois tinham sido colocados muitos 1ºSargentos, tendo, muitos deles, mais de 10 anos de antiguidade no posto.

Nesta fase e em ABR08 o efectivo era o que demonstra o seguinte quadro. Foi com este panorama da EOP que, em 17ABR08, fomos sujeitos a uma CREVAL da IGE.

Agr Mec NRF12	**EOP NRF12**	**JAN08**	**%**	**Fev08**	**%**	**Mar08**	**%**	**Abr08**	**%**
Oficiais	**44**	34	77%	39	89%	42	95%	**43**	98%
Sargentos	**150**	73	49%	100	67%	116	77%	**129**	86%
Praças	**503**	353	70%	401	80%	417	83%	**405**	81%
TOTAL	**697**	**460**	**66%**	**540**	**77%**	**575**	**82%**	**577**	**83%**

Quadro 3 – Efectivo na CREVAL de Abril 2008

Analisado o relatório da inspecção, ressaltam as seguintes faltas como as mais prementes:

- ✓ Falta de graduados do serviço de saúde, nomeadamente ao nível do médico e enfermeiro. Por outro lado, recomenda-se uma alteração, passando para dois enfermeiros, até porque os sargentos socorristas já não se formam no Exército;
- ✓ Parte da formação necessária ao desempenho de determinadas funções, que embora prevista e solicitada em PFA, ainda não havia sido adquirida, muito por falta de preenchimento da EOP com o pessoal que a deveria adquirir;

Por fim, o principal problema que reforça a decisão de não validar a CREVAL, como veio a acontecer, foi o facto de faltarem, ainda, mais de cem militares para que a EOP atingisse os 95% necessários à certificação.

Embora prematura, esta CREVAL aparece quando a força estava com três meses e meio de treino, permitindo corrigir falhas, alertar para as necessidades da força ao mais alto nível do Exército e criar condições para que uma nova CREVAL, em Julho, pudesse ser bem sucedida, como viria a acontecer. Como aspecto menos positivo, saliente-se um plano de férias da força que se concentrou no mês de Agosto e onde, a maioria do pessoal não

consegue gozar todas as férias que tinha direito, obrigando, nesta situação, a transportar muitas férias para 2009.

No final de Abril 2008, após a CREVAL, faltavam ainda 120 militares e o Exército não tinha conseguido colocar o efectivo necessário, agravado pela taxa de saídas mensal, apesar das transferências terem sido bloqueadas até final da NRF12, data em que se iriam fazer sentir fortemente. Foi então que a BrigMec tomou a decisão de colocar pessoal em Ordem de Batalha (OB). Nesta fase foram atribuídos à NRF12, cerca de 100 elementos em OB, passando o seu efectivo, pela primeira vez, a ser superior a 95% e só com recurso a esta medida se atingiu a percentagem de 95% exigidos pelos critérios NRF. Como se sabe, apesar de existirem os militares na BrigMec e poderem ser disponibilizados sempre que o Comando do AgrMec NRF12 assim o entendesse, estes nunca treinaram com a força – Excepção para um dia de treino do plano de carregamento da força.

Agr Mec NRF12	**EOP NRF12**	**Mai08**	**%**	**Jun08**	**%**	**Jul 08**	**%**	**Ago08**	**%**
Oficiais	**44**	42	95%	43	98%	43	98%	**43**	98%
Sargentos	**150**	127	85%	147	98%	143	95%	**138**	92%
Praças	**503**	427	85%	486	97%	474	94%	**479**	95%
TOTAL	**697**	**596**	**86%**	**676**	**97%**	**660**	**95%**	**660**	**95%**

Quadro 4 – Efectivo na 2ª CREVAL de Julho 2008

Em Julho 2008 fomos avaliados pela segunda vez pela IGE do Exército para a certificação da força ao nível Nacional, conforme o que estava previsto para o primeiro semestre de treino. Desta vez, tendo mais algumas soluções encontradas na área do pessoal e encontrando-se o efectivo acima de 95%, já tínhamos a trabalhar com a força, o médico e o enfermeiro, passando o plano de saúde a dar finalmente, os primeiros passos.

Com bastante formação já realizada pelos quadros do AgrMec NRF12 nas mais diversas áreas de interesse, nesta fase, pouco foi apontado pelos avaliadores, a este nível. Praticamente só a formação ao nível sanitário estava um pouco atrasada, devido à falta de quadros nesta área, como foi salientado anteriormente.

A nível da EOP e nos restantes níveis, os avaliadores ficaram satisfeitos, tendo a força sido certificada, a nível Nacional.

Durante o segundo semestre, período de treino previsto para a certificação Internacional, foi visível um fraco investimento na colocação de pessoal no AgrMec NRF12

pelo Comando do Exército, principalmente a nível das praças, onde foi, notoriamente, impossível de atribuir prioridade na colocação.

O pessoal foi saindo do Agrupamento à razão de 15 a 20 por mês, apesar de um rigoroso controlo nas rescisões, que mais tarde se transformaram em não renovações e adiamento das transferências para outras Unidades, a pedido do próprio, conforme previsto nas normas de colocação, e mais sentida ainda, ao nível dos contratados. Nem as rotações de Outubro trouxeram os Quadros suficientes à força, que se debatia desde início com a falta de sargentos e muitos destes já com muita antiguidade de 1ºSargento, dificultando a sua colocação como Comandante de Secção.

Aquando dos exercícios de certificação em Espanha e Alemanha, exercício de postos de comando, ocorridos durante o mês de Outubro 2008, a BrigMec teve necessidade de reforçar o efectivo em OB **com mais 40 novas praças** para atingir novamente a meta dos 95% exigidos pelos critérios NRF, como se verifica no seguinte quadro.

Agr Mec NRF12 (PO)	EOP NRF12	Set 08	%	Out 08	%	Nov 08	%	Dez 08	%
Oficiais	**44**	43	98%	44	100%	44	100%	**44**	100%
Sargentos	**150**	140	93%	133	89%	131	87%	**128**	84%
Praças	**503**	464	92%	499	99%	482	96%	**475**	95%
TOTAL	**697**	**645**	**93%**	**675**	**97%**	**656**	**94%**	**646**	**93%**

Quadro 5 – Evolução do efectivo no período de certificação internacional, 2008

Entretanto, o efectivo foi caindo em percentagem e à entrada da terceira fase, período de "stand by", em 11Jan2009, esta cifrava-se em 93%. Sem entrada de pessoal, a BrigMec viu-se obrigada a fazer nova colocação de pessoal em OB, desta feita, com mais 15 praças.

8.3. Formação ministrada com vista à certificação do AgrMec/NRF12

Importa referir que uma força mecanizada desta natureza, pelas suas características de mobilidade e tipologia das suas viaturas, tem necessidade de possuir, em permanência, mais de 100 condutores de viaturas blindadas e carros de combate, pelo menos 70 condutores de rodas, na sua maioria habilitados com carta de condução de pesados (CAT C e C+E) e 70 militares com formação na área da manutenção. Só aqui, nestas três vertentes técnicas, está 1/3 de toda a força e é onde a formação de base, dada pela especialidade do militar, agora apelidada de área funcional, mais dificuldades apresenta por ser insuficiente ou por

inexplicavelmente não existir, como no caso dos mecânicos. No caso dos condutores, a sua dupla formação adicionada à sua especialidade, pressupõe a existência de carta de condução civil, sendo mais uma limitação à sua formação e que, beneficiando de conhecimentos adquiridos em contexto exterior ao Exército, chega, por vezes, a não ser suficiente o pessoal que possui esta valência. Concretizando, se em Janeiro 2009 fosse dada a possibilidade de habilitar militares para preencher as vagas de condutores em falta ao Agrupamento e a única condição fosse ter carta de condução civil, verificávamos não possuir universo seleccionável suficiente, sabendo que existem sempre outros critérios a ter em conta como a antiguidade (previsto na legislação que regula o retorno do investimento), as características do militar, o seu desempenho psicotécnico, etc, mais entraves se colocavam à sua certificação.

Durante o aprontamento desta força, foram frequentados, pelos seus militares, cerca de 300 cursos de formação nas diversas entidades formadoras do Exército e INEM[128]. 60 cursos de promoção, nomeadamente a cabo, área onde foi muito difícil obter pré-requisitos dada a alteração às normas de selecção, que selecciona o pessoal por nota de qualificação quando este filtro já é colocado na colocação inicial. Logo, as unidades com mais pessoal deslocado são preteridas nesta formação. Por outro lado e de repente, os soldados de formação anterior a 2005, foi-lhes negada a possibilidade de ascender a cabo. Problema só ultrapassado com a solicitação/proposta de cursos extraordinários.

Foi também ministrada formação no cargo, na Unidade e na BrigMec, a cerca de 100 militares com vista a desempenhar o seu cargo ou a poder obter qualificação para um novo cargo. Importa salientar que este tipo de formação só tem vindo a ser feita uma vez por ano, sendo manifestamente insuficiente, até porque existem oito turnos de formação por ano e a qualificação para o desempenho de um cargo é de frequência obrigatória, durante o primeiro ano de serviço.

8.4. Entradas e saídas de pessoal durante o ano de 2008. Que implicações?

Como facilmente se percebe pelos quadros atrás apresentados, uma grande limitação ao treino foi a dificuldade em colocar a totalidade dos militares no AgrMec NRF12. Uma das dificuldades mais sentidas foi a falta de sargentos, só colmatada em finais de Março 08, com a colocação de sargentos oriundos de 14 Unidades diferentes do Exército.

No que se refere às praças, a sua insuficiente colocação durante os primeiros meses de treino, teve como principal consequência, a não convergência para a primeira CREVAL de

[128] INEM – Instituto nacional de emergência médica

certificação Nacional em Abril 08 e a necessidade de realizar uma segunda CREVAL em Julho 08.

Durante o ano de 2008, saíram da Unidade 209 militares que foram substituídos nas suas funções por militares que, entretanto, se apresentaram na Unidade, embora em número inferior, ficando aqui bem patente que 1/3 do efectivo, não chegou ao período de "Stand by" e igual número, que entretanto veio substituir este, também não adquiriu todas as competências previstas no plano de treino desta força, por já terem chegado com atraso. Saliente-se que o efectivo colocado, só para efeitos de preenchimento da EOP e que não fizeram treino com o AgrMec, começou por ser cerca de um cento em Junho 08, reforçado com mais 40 elementos em Outubro 08 e mais 15 militares já durante o período de stand by. Este dado prova que as saídas de pessoal ultrapassaram as entradas durante o 2ºsemestre de 2008.

Será então justo afirmar, que só 1/3 do efectivo do agrupamento, carimbou, na sua caderneta de competências, todo o treino efectuado pelo agrupamento? Numa primeira análise pode dizer-se que sim, mas também sabemos que há ciclos de treino que se repetem e outros que se consolidam mais adiante, podendo nestas fases, alguns dos atrasados, apanhar a carruagem.

Se, por um lado, conseguiu-se congelar as transferências e a maioria das rescisões, o mesmo não aconteceu com os concursos públicos internos e externos e as não renovações de contrato, que não permitiram parar o fluxo de saídas de pessoal do Agrupamento. Como consequência directa da resistência colocada às rescisões e transferências, aumentaram as não renovações de contrato, dando um carácter temporário a este esforço, para evitar a saída de pessoal. Este problema não passa por soluções ao nível das Unidades mas sim, por medidas estruturais ao nível das normas de colocação do pessoal, dos incentivos, dos equipamentos e fardamentos, do apoio social prestado aos militares, etc.

SAIDAS POR MESES								
2008	**OFICIAIS**			**SARGENTOS**			**PRAÇAS**	**TOTAL SAÍDAS**
	QP	**RC**	**TOTAL**	**QP**	**RC**	**TOTAL**		
JANEIRO	0	0	**0**	2	0	**2**	**19**	**21**
FEVEREIRO	0	1	**1**	1	1	**2**	**18**	**21**
MARÇO	0	0	**0**	0	2	**2**	**21**	**23**
ABRIL	0	0	**0**	0	2	**2**	**14**	**16**
MAIO	1	2	**3**	1	0	**1**	**12**	**16**
JUNHO	0	0	**0**	0	1	**1**	**3**	**4**
JULHO	0	0	**0**	1	2	**3**	**12**	**15**
AGOSTO	0	0	**0**	0	4	**4**	**14**	**18**
SETEMBRO	0	2	**2**	3	7	**10**	**14**	**26**
OUTUBRO	0	0	**0**	5	2	**7**	**15**	**22**
NOVEMBRO	0	0	**0**	1	1	**2**	**17**	**19**
DEZEMBRO	0	0	**0**	0	3	**3**	**5**	**8**
Total			**6**			**39**	**164**	**209**

Quadro 6 – Evolução das saídas durante 2008

Vários factores contribuem para a necessidade de colocação de pessoal e consequente dificuldade em satisfazer essa mesma necessidade:

- ✓ Desde logo, a BrigMec não é uma Unidade receptora de pessoal como o são as Unidades situadas em zonas urbanas. Os militares, regra geral, vêm para a BrigMec e procuram ao fim do tempo previsto na lei (2 a 3 anos), ser colocados nas zonas urbanas onde residem ou procuram estudar;
- ✓ A região possui várias Unidades militares que também captam muitos recursos humanos;
- ✓ A BrigMec não faz captação de pessoal e tem como agravante, o facto de existir outra grande unidade na região que o faz com bons resultados, captando parte do recrutamento disponível na zona;
- ✓ Apesar do índice de desemprego do País, o Exército tem falta de pessoal e não consegue atrair o universo de desempregados em idade de prestar serviço militar;
- ✓ Durante o SMO/SEN[129] era conhecida a data da passagem à disponibilidade de cada militar e era possível fazer um planeamento dos recursos humanos, bem como do treino a efectuar com números concretos. Hoje, não é possível saber se durante uma determinada fase de treino de uma força, parte dos militares rescindem contrato ou se são colocados noutras Unidades a meio de uma etapa de treino da força;
- ✓ Em algumas formações específicas, tivemos dificuldades de formação por falta de universo seleccionável, de acordo com os requisitos necessários;

[129] SMO - Serviço Militar Obrigatório e SEN - Serviço Efectivo Normal

- ✓ Muitos soldados tinham fracas notas de formação inicial e eram preteridos para Cabo, originando uma grande falta de militares com esta graduação na força, até que, de forma extra, foi possível formar mais alguns e minimizar este problema, onde só soldados com boas notas de formação, que por tal motivo já foram colocados perto de casa, podiam ascender a Cabo;
- ✓ Também, para se ser condutor e já vimos que esta força precisa de muitos, é necessário ter carta de condução civil. Acontece que, por estranho que pareça, também aqui já houve melhores dias e por vezes, não foi possível propor mais militares para a frequência de condutor (rodas ou lagartas) por falta deste título civil. No que diz respeito aos mecânicos, a não formação de base e a longa duração dos cursos existentes, desencoraja o investimento neste tipo de especialidade que muita falta faz a este tipo de força e que só foi possível superar com a colocação de militares de outras especialidades na área oficinal, começando estes a aprender em contexto de trabalho. Em suma, passámos um grande período de tempo a formar o pessoal, quando este deveria já possuir as competências e estar apto a aplicar esses conhecimentos no treino da força.

8.5. Conclusões

As normas de nomeação e colocação de pessoal afectaram a permanência do efectivo ao longo de todo o aprontamento, desde as fases de certificação (1º e 2º semestre) e o período de "stand by", nomeadamente ao nível da categoria de praças. Esta situação potencia o aparecimento constante de pessoal novo, com limitações de formação que é imperioso colmatar, em contexto de treino operacional.

A redução do efectivo do Exército, aliado ao fraco investimento social na região de Santa Margarida, tem levado os militares a optarem por rapidamente agarrarem as oportunidades de colocação em unidades que se encontram junto dos maiores centros urbanos e profissionais.

Era previsível que a dificuldade de captação de pessoal (contratados) pelo Exército, diminuísse com o aumento do desemprego. Mas, aparentemente, o ingresso e a permanência nas fileiras, não atingiram a realidade que inicialmente se desejaria. Este problema só terá solução, quando a formação militar for de qualidade, indubitavelmente reconhecida no mercado de trabalho e que leve as empresas a preferirem um funcionário formado pelo Exército, em detrimento de outros, com outras formações, vindos de diferentes sectores

profissionais. Nessa altura, se for mais acautelada a continuidade profissional dos nossos militares, provavelmente, não teremos falta de militares nas fileiras.

Particularizando a questão da Brigada Mecanizada, surge à cabeça, a falta de uma entidade de recrutamento local, agravada pela existência de muitas Unidades militares na mesma área geográfica e por uma GU que faz campanhas de divulgação e sorve parte dos potenciais candidatos ao serviço militar desta região. A aposta na captação local, se bem conduzida, seria bem vinda e poderia contribuir para a solução deste problema.

Uma Unidade que conduz treino operacional, tem necessidade de fixar militares que lhe garantam uma permanência tal, que lhes permita o retorno operacional do investimento aplicado na sua formação e treino. Este nunca deverá ser inferior a 30 meses para os RC, sendo os seis primeiros com prioridade para formar e os 24 seguintes para que essa formação seja rentabilizada em treino operacional. Neste período (30 meses) cada militar contratado só adquiriria formação ligada ao desempenho da sua função, podendo no período seguinte ser colocado onde mais desejasse e/ou recebesse formação cuja qualidade tivesse em vista à integração no mercado de trabalho.

A questão ou desafio que neste momento se coloca, é a seguinte: qual o caminho a percorrer, para ser possível a transferência dos recursos humanos e materiais empregues em captação de pessoal para o Exército, numa aposta em qualificação de excelência para que, desta forma, sejam as empresas e instituições civis a desejar receber um trabalhador formado pelo Exército, o qual, no final do seu contrato, possa ser devolvido ao meio civil com as melhores competências do mercado.

Maj Inf José Leitão

Bibliografia

Directiva Nº29/COp, 2008

Directiva Nº60/BrigMec, 2008

Nato Response Force. Disponível na Internet em http://www.nato.int/issues/nrf/practice.html, consultado em 14 de Fevereiro de 2009;

Nato Response Force. Disponível na Internet em http://www.nato.int/issues/exercises/index.html , consultado em 14 de Fevereiro de 2009;

9. A Logística no Agrupamento Mecanizado NRF12

9.1. Introdução

Este artigo terá como objectivo clarificar todas as pessoas que o lerem, como e que dificuldades foram encontradas no âmbito logístico, encerrando um período de aprontamento e stand-by que no seu total durou um ano e meio.

Não será pertinência nossa dizer que o objectivo foi atingido plenamente. Foi exigente, trabalhoso e calculado.

Exigente, porque muitas tarefas foram completamente novas, quer para a equipa que trabalhou na área logística, quer mesmo em tarefas nunca realizadas neste tipo de aprontamento.

Trabalhoso, pois todas as tarefas realizadas durante um ano e meio foram a um ritmo que consideramos fora do normal, sendo cabalmente cumpridos todos os pedidos efectuados só possível com uma equipe de grande profissionalismo.

Calculado, porque os empenhamentos efectuados ao longo do aprontamento, levou a uma a necessária previsão de gastos. Estes foram executados sem derrapagens, existindo um rigoroso controlo de custos, conseguindo-se assim o cumprimento financeiro exemplar, contribuindo para o sucesso das operações.

9.2. Conceito (PDE-4-00 LOGÍSTICA)

"O Exército, no cumprimento das suas missões, necessita de incluir no apoio logístico alguns apoios dos níveis operacional e estratégico-militar, garantido a projecção de forças para um determinado TO e a sua sustentação, a grandes distâncias, com extensas e limitadas linhas de comunicações."[130] Tem ao nível táctico, a responsabilidade de incrementar e suportar o máximo de potencial de combate. A Logística está, desta forma, relacionada com os seguintes aspectos das operações militares, conforme vem descrito no PDE 4-00 LOGÍSTICA:

[130] PDE 4-00, LOGÍSTICA, AGOSTO 2007; PÁG. 2-2, 4º parágrafo E 2-3 1º E 2º parágrafo

- Concepção e desenvolvimento, obtenção, recepção, armazenagem, movimentos, distribuição, manutenção, evacuação e alimentação de materiais e abastecimentos.
- Transporte de Pessoal e material.
- Construção, conservação, operação e disposição de instalações.
- Sustentação e fornecimento de serviços.
- Apoio sanitário.

De uma forma sucinta, diz-se que a logística se relaciona com um conjunto de actividades:

- Ao nível estratégico;
- Ao nível operacional;
- Ao nível táctico.

"A Logística, ao nível táctico, inclui um conjunto de actividades relacionadas com a sustentação de unidades tácticas no cumprimento das suas missões, mais especificamente com um conjunto de actividades doutrinariamente relacionadas com as diferentes funções logísticas."[131]

O conceito de Logística definido pelo Operational Logistic Directive for NRF11 & 12, refere que, para um determinado tipo de operação, o conceito logístico deve basear-se num apoio eficiente, flexível e eficaz, utilizando unicamente o estritamente necessário tendo em conta a especificidade de cada tipo de operação. A redução do apoio logístico é um objectivo a conquistar, pois, desta forma, garante ao comando operacional mais flexibilidade na manobra, para além de garantir também um efectivo controlo de custos e de recursos.

9.3. Organização

O AgrMec NRF12 é constituído por 697 militares que estiveram organizados e prontos para serem empenhados durante o período de 12 Jan09 a 30 Jun09, com categoria 2 (5 dias Notice To Move (NTM)). É responsabilidade deste Agrupamento Mecanizado coordenar o transporte, de e para o Teatro de Operações (TO), e sustentar todas as operações inseridas no mesmo.

Estão atribuídos alguns requisitos a este Agrupamento Mecanizado, mencionados no PLANO ADMINISTRATIVO-LOGÍSTICO "LAGARTA" NATO Response Force (NRF) 12[132], que influenciam o apoio Logístico e que se passam a enunciar:

[131] PDE 4-00, LOGÍSTICA, AGOSTO 2007; PÁG. 2-2, 2º parágrafo
[132] Plano Administrativo-Logístico "LAGARTA" NATO Response Force (NRF)12, pág. 7; parágrafo 1. Situação

- *Prontidão de 5 dias (categoria 2);*
- *Pessoal e equipamento a 95%;*
- *Auto-sustentável por um período de 30 dias (podendo actuar por períodos superiores a 30 dias com capacidades logísticas adicionais);*
- *Projectável e inter-operável;*
- *Uma vez atribuída, durante os períodos de treino conjunto e de Stand-By, não deverá integrar nenhum outro compromisso (dupla atribuição);*
- *Uma estrutura de comando flexível.*

Com o intuito de suportar e de garantir estes requisitos foi necessário definir um conceito de apoio logístico exarado no Plano Administrativo-Logístico "LAGARTA". O apoio logístico a ser suportado pelo Agrupamento Mecanizado NRF12 está organizado através de uma Secção Logística, constituída por um Oficial de Logística (S4), Adjunto do Oficial de Logística, Oficial de Manutenção, Sargento de Logística, Sargento de Reabastecimentos e Sargento de Munições.

9.4. O Apoio Logístico vs Treino Operacional.

"A Logística integrada deve constituir, de uma forma flexível, capacidades conjuntas e combinadas para cumprir a sua missão, possibilitando que as Forças projectadas sejam sustentadas a grandes distâncias e durante um período de tempo, em todo o espectro de conflitos".[133]

Durante o período de aprontamento deste Agrupamento Mecanizado NRF12, o apoio logístico realizou-se com limitações orçamentais, perante as quais se teve de adequar o treino operacional. Tendo em consideração o calendário de actividades a que esta Força foi sujeita, as subunidades efectuaram pedidos de apoio à Secção Logística que foi satisfazendo de acordo com as determinações superiores.

Tendo como farol os "PRINCÍPIOS LOGÍSTICOS" que o Exército Português considera, (Integração; Unidade de Comando; Interdependência com a Manobra; Provisão e Suficiência; Economia; Flexibilidade; Simplicidade; visibilidade e Transparência; e Sinergia), estes foram a base de trabalho da equipa de apoio logístico do Agrupamento Mecanizado.

Através de sincronização das operações logísticas com outras actividades do Exército e muito especialmente com a Brigada Mecanizada, conseguiu-se conjugar esforços com o

[133] PDE 4-00 Logística, Agosto 2007; pág. 3-1, 4º parágrafo

intuito de obter vantagens no apoio logístico, assegurando que as prioridades da Força fossem consideradas em primeiro lugar.

A Secção de Logística envidou todos os esforços para que o princípio da unidade de comando fosse respeitado no máximo. Tendo sempre a visão da conjugação da manobra com o apoio logístico, tentou-se ultrapassar todos os demais obstáculos para garantir o desenvolvimento adequado e oportuno do apoio à manobra e ao treino da mesma. Esta conjugação obriga a uma constante coordenação entre as Operações e Logística, com uma supervisão do Comandante do Agrupamento Mecanizado, garantido os principais interesses de ambas, mas acautelando que a Logística deve adaptar-se permanentemente à manobra Operacional, estabelecendo uma efectiva e clara cadeia de comando e de coordenação das operações, cumprindo a interdependência com a manobra.

O princípio da Provisão e Suficiência foi por vezes difícil de concretizar, por dificuldade de obtenção de recursos externos ao Agrupamento Mecanizado, que deveriam ser suficientes para permitir atingir o desejado estado de prontidão, sustentação e mobilidade, providenciando as necessárias capacidades militares. Por vezes não foi possível planear o apoio logístico com a previsão necessária, tornando-o assim oportuno, avaliando a eficiência do modelo de planeamento, bem como as necessidades efectivamente ocorridas e satisfeitas.

No aspecto financeiro, durante o aprontamento houve sempre a preocupação de cumprir a dotação atribuída para o mesmo e ajustar o treino conforme as possibilidades, contrariando um pouco o princípio da integração. Devido à limitação orçamental, foram-se empenhando os recursos humanos e materiais de forma a optimizar os objectivos a cumprir. O cuidado de dosear as necessidades conforme as prioridades estabelecidas, bem como a satisfação das requisições por grau de importância, pautou o desempenho da Secção logística no apoio às subunidades do Agrupamento Mecanizado, controlando com rigor a dotação atribuída mas sempre com a intenção de satisfazer com celeridade e oportunidade as solicitações recebidas. Por vezes, verificou-se que os pedidos de apoio não planeados dificultavam as tarefas

logísticas, pelo que através de cooperação e pró actividade, conseguiu-se solucionar problemas, fazendo chegar os artigos não planeados em tempo oportuno, demonstrando assim flexibilidade e adaptação a situações inopinadas.

A intenção da Secção Logística para o apoio ao Agrupamento Mecanizado, visava um planeamento atempado, rigoroso e de accionamento eficiente e eficaz. Este foi o farol que guiou a secção, mas nem sempre os objectivos foram cumpridos na íntegra e com o rigor desejado. Sempre que foi possível planear e gerir, fomos confrontados com sucesso, pois estes processos foram executados com simplicidade permitindo optimizar os meios disponíveis.

Através de uma rede informática interna, estão ao dispor do Comando do Agrupamento Mecanizado, todos os elementos necessários para o acompanhamento atempado das acções logísticas e dos relatórios, mapas e documentação resultante das acções, criando uma imagem transparente e disponibilizando informação útil à tomada da decisão do Comandante.

9.5. Funções Logísticas

De acordo com o PDE 4-00, as funções logísticas[134] existentes são as seguintes: Reabastecimento; Movimentos e transportes; Manutenção; Apoio Sanitário; Infra-estruturas; Aquisição, Contratação e Alienação; e Serviços.

Das funções logísticas existentes, vamo-nos debruçar mais sobre Reabastecimento, pois é aquela que mais relevância teve no cumprimento da nossa missão.

O Reabastecimento é o garante da sustentação da Força, de modo a que esteja devidamente preparada para fazer actuar as tropas. O Reabastecimento é, na sua essência, o fornecimento de abastecimentos em local e tempo oportuno e em quantia estritamente necessária. Para que as tarefas intrínsecas ao Reabastecimento sejam cumpridas de forma rigorosa, a sua estrutura deve conter pessoal que planeie e coordene as tarefas de reabastecimento, bem como, a sua execução, respeitando critérios e prioridades. Toda esta informação deve chegar atempadamente aos comandantes, para que estes tenham a noção de riscos dos planos concebidos e quais as modalidades de acção que se propõem a desenvolver. Importante é, também, a existência de um sistema de requisições eficaz que, no caso específico do AgrMecNRF12, consideramos que poderia ser melhorado se o mesmo fosse efectuado de forma informática e que as partes intervenientes pudessem ter acesso à

[134] PDE 4-00 Logística, Agosto 2007; pág. 4-1

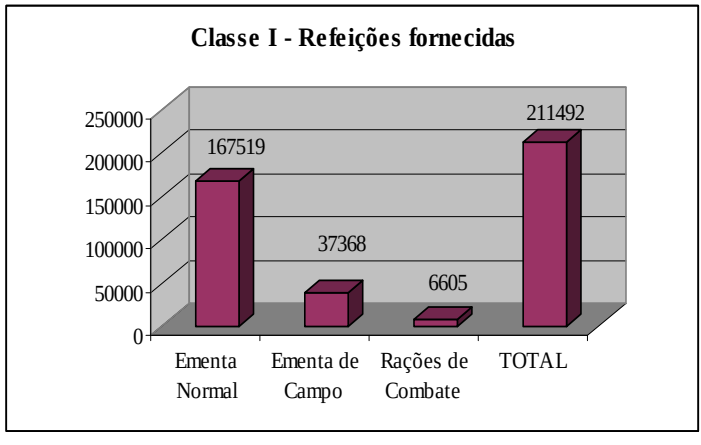
informação em tempo real. O sistema de requisições deve proporcionar, quer a quem pede como a quem fornece, a informação atempada para que as tarefas sejam cumpridas mediante o planeamento previsto. A eficácia do sistema de requisições materializa-se da seguinte forma: a subunidade solicita abastecimentos com tempo adequado para que a Secção Logística possa executar as tarefas (tempo para planeamento). Por outro lado a Secção Logística deve disponibilizar a informação dos artigos que podem ou não ser fornecidos e a data de entrega dos mesmos, de forma a facilitar a revisão do planeamento das subunidades.

A Secção Logística ao deter a informação sobre as necessidades das subunidades, deve efectuar um controlo que forneça informação, o mais próximo do tempo real. Esta informação torna-se preciosa, para a promoção do equilíbrio entre as necessidades correntes e previstas e os recursos existentes, garantindo um criterioso destino aos abastecimentos.

Os Abastecimentos estão classificados por classes de abastecimentos, das quais nos iremos debruçar sobre as que tiveram maior relevância no processo de apoio logístico ao AgrMecNRF12. Em conformidade com as afinidades de utilização, os abastecimentos são divididos por dez classes[135] das quais distinguimos três:

Classe I (Víveres e artigos de higiene e bem-estar, fornecidos gratuitamente aos militares);

- IC- Rações de combate;
- W- Água



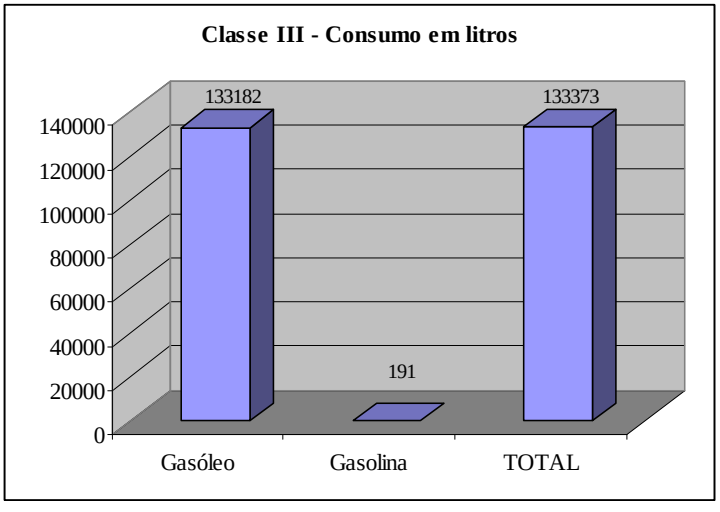
De acordo com o mapa em anexo podemos referir que o apoio logístico de artigos da classe I foi de 167.519 refeições de ementa normal e em exercícios foram servidas 37.368 refeições de ementa especial de campo e 6.605 rações de combate, o que evidência um empenhamento elevado em treino operacional.

- Classe III (Combustíveis, óleos e lubrificantes)

  G – Combustíveis a granel

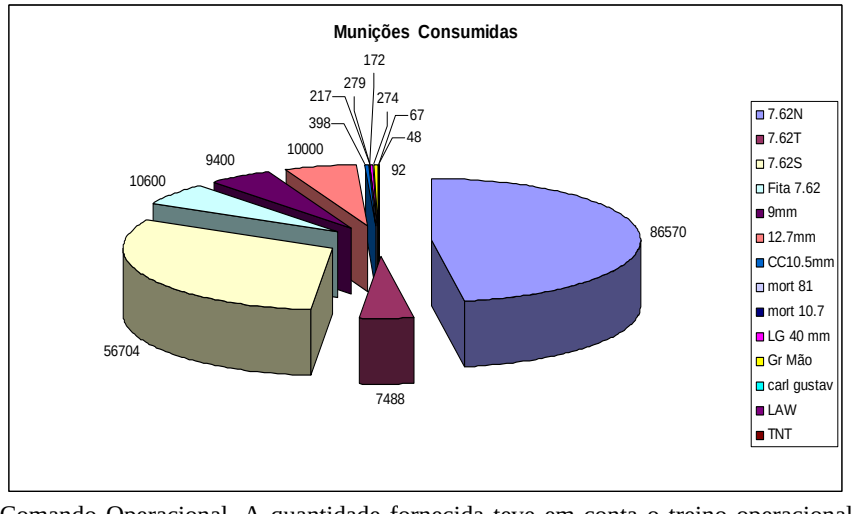
[135] PDE 4-00 Logística, Agosto 2007; pág. 5-3

O abastecimento de combustíveis e lubrificantes foi uma prioridade do plano de apoio às subunidades do AgrMec, envolvendo quantidades volumosas e que exigiram um controlo rigoroso. O consumo anual deste foi de 183.048.80€, que se traduzem em 133.182 litros de gasóleo e 191 litros de gasolina, demonstrando o resultado de treino operacional do Agrupamento Mecanizado, efectuado ao longo de um ano e que foi suportado com planeamentos sustentados e minuciosos.



- Classe V (Munições)

A dotação de munições ao dispor do Agrupamento Mecanizado NRF 12 foi atribuída



pelo Comando Operacional. A quantidade fornecida teve em conta o treino operacional da

Força e as restrições exigentes ao nível orçamental, nomeadamente em munições de carro de combate e mísseis TOW. Foram satisfeitos todos os pedidos de apoio efectuados pelas subunidades e confirmou-se o planeamento com as acções de apoio a serem executadas em tempo oportuno e útil. A taxa de execução média dos vários tipos de munições foi de 87,76%. O Sargento de munições foi a EPR pela certificação de que os princípios da função logística Reabastecimento fossem cumpridos, tendo sempre a sensibilidade para reagir às necessidades da Força, mesmo antes de lhe serem presentes formalmente, já que muitas vezes não houve tempo suficiente para esperar que as exigências fossem formalizadas. De salientar a constante preocupação para o cumprimento das normas de segurança para este tipo de matérias, como é o caso das munições, tanto ao nível da separação e transporte bem como, no seu levantamento no paiol e distribuição às subunidades.

9.6. Integração da Logística do Agrupamento Mecanizado com o conceito logístico LCC/NRF 12

De uma forma geral e de acordo com a documentação de referência, o apoio logístico às forças NRF é uma responsabilidade dividida entre as Nações e os Comandos NATO, tentando reduzir a estrutura logística mediante o estabelecimento de soluções logísticas multinacionais.

Assim o apoio logístico às forças terrestres Land Component Command (LCC), de cada país e no caso de Portugal, é uma responsabilidade nacional que se completa com os apoios de outras Nações, se assim for requerido através de "Mutual Support Agreements" (MAS), "Technical Agreements"(TA´s) ou "Memorandums of Understanding"(MOU´s)

No caso de Portugal que participa ao nível de forças terrestres, está previsto na doutrina NATO, que as forças de escalão Batalhão ou superior, deverão ter um "Nacional Support Element" (NSE) com dimensões (estrutura e meios) adequadas para apoiar a Força no Teatro de Operações. Também está estabelecido que

as Forças multinacionais que não possuam este tipo de unidades de apoio logístico de retaguarda, deverão subscrever acordos entre as nações que participam na operação, a fim de cobrir as necessidades logísticas da Força.

No caso do Agrupamento Mecanizado, este está integrado numa Brigada Espanhola que contém meios próprios de apoio logístico (Grupo Logístico de Brigada), fornecendo apoio logístico ao nível das classes I, III, V, VI e VIII, ROLE 2 e apoios limitados em transporte e manutenção. Estes apoios previsíveis, apenas nestas classes, carecem sempre de um acordo prévio entre países ao nível ministerial.

Outro aspecto a ter em conta é a possibilidade de utilizar, quer meios, quer produtos, no mercado local da nação anfitriã "Host Nation Support"(HNS), facilitando o complexo sistema de apoio logístico às forças.

O Exército Português através dos seus comandos, (Comando Operacional e Comando Logístico), apesar de terem previsto no Plano Lagarta, como efectuar o apoio ao Agrupamento Mecanizado, pouco o desenvolveu fruto de alguns dos contratos terem de ser formalizados e consequentemente ser necessário pagar. Exemplo disso é o caso de fretar meios de transporte como navios, comboios e aviões. Outra situação é a falta de militares a trabalhar nas secções de Estado-maior dos comandos acima referidos, impedindo assim de desenvolver e aprofundar os planos já existentes.

Nas reuniões de carácter logístico onde estava presente uma delegação de cada país participante na NRF12, onde o S4 desta Força fazia parte da delegação portuguesa, verificou-se que ao nível de Portugal pouco fora feito. Apesar de experiência vivida na NRF 5 por Portugal, os ensinamentos retirados desta preparação não foram devidamente atendidos. A não existência por parte de Portugal de um NSE, não é muito aceitável, sabendo-se de antemão que para o apoio a uma Força desta dimensão e características (Mecanizada), é fundamental.

O representante do Ministro da Defesa Espanhol, manifestou "estranheza" como é que Portugal, com a sua experiência em Operações, não previu uma Força de apoio logístico

(NSE) na sua estrutura, e que, até ao momento não tinham existido contactos para serem fornecidos apoios (Dezembro 2008).

Após o término deste ciclo de conferências, foram tomadas diligências, no estabelecimento de acordos (MOU´s e TA´s), entre Portugal e Espanha.

9.7. Relação entre a Logística do Agrupamento e do Comando Operacional

De acordo com a directiva do CEME, o Exército organiza e apronta com categoria 2 (5 dias Notice to Move), um Agrupamento Mecanizado, de 12Jan09 a 30Jun09, garantindo a coordenação do seu transporte de e para o Teatro de Operações (TO), bem como, a sua sustentação no decurso de qualquer operação. A Estrutura Orgânica de Material (EOM) do Agrupamento Mecanizado foi definida tendo como base, em primeiro lugar, a implementação com os meios orgânicos da Brigada Mecanizada e em caso de insuficiência ou inexistência de alguns meios da Brigada, com recurso numa primeira fase ao Comando Operacional, que por sua vez procurará encontrar soluções dentro das Unidades do mesmo, e numa segunda fase no Comando da Logística.

De acordo com o plano Administrativo-Logístico "Lagarta", todo o apoio a prestar ao Agrupamento Mecanizado no TO é da responsabilidade do Exército, conforme está definido na directiva do CEME.

A Força Aérea Portuguesa (FAP) está disponível para prestar apoio em voos de projecção/sustentação/retracção ao AgrMec, em conformidade com as necessidades do Exército.

Serão equacionados meios comerciais contratados para prestar apoio de transporte, de acordo com a periodicidade estabelecida e/ou necessária.

Assim, o Conceito de Apoio Logístico é garantido, inicialmente, através da BrigMec, do Cmd Op e do Cmd Log, por esta ordem. Todos os assuntos relativos ao transporte de pessoal e material, de e para o TO, deverão ser encaminhados para o Cmd Op e Cmd Log. Após parecer favorável do Cmd Op, estes serão processados pelo Cmd Log. A BrigMec controla a situação administrativo-logística e financeira do AgrMec, sem prejuízo do acompanhamento da situação dos outros escalões logísticos.

Apesar de todas as relações de comando estarem salvaguardadas, houve, em determinadas situações, contactos directos com os POC´s do Cmd Op e Cmd Log, tendo como objectivo primário uma resposta rápida a situações, que só quem lida com as dificuldades saberá responder em tempo.

De referir ainda que houve uma interligação bastante próxima na área da Logística entre o Cmd Op e o Agrupamento Mecanizado, quando da elaboração do plano de projecção da força, estando sempre a Brigada Mecanizada ao seu nível informada dos contactos estabelecidos e trabalhos realizados.

9.8. Conclusões

Após um ano e meio de trabalho, sempre com a mesma equipa, podemos dizer que o trabalho realizado ao nível logístico foi elevado e de qualidade.

Tendo em conta as tarefas chamadas "normais" para este tipo de missões e ainda cumulativamente com as tarefas de uma logística tipo "Regimental", é por si só digno de registo. Como proposta, deverá de futuro prever-se uma equipa logística, apenas destinada à unidade aprontadora, ficando responsável apenas com a área do Batalhão.

Outro assunto a merecer destaque, e no futuro a ser tomado em conta, é, a implementação de um NSE, à parte da estrutura do Agrupamento Mecanizado.

Sabemos que nos modernos campos de batalha, só têm sucesso as forças com uma logística forte, organizada e calculada. Temos o factor humano que é inquestionável, mas só por si, não chega. Portugal pode fazer melhor! Organizar e ter contractos estabelecidos com empresas para projectar uma força deste tipo; estabelecer acordos com países participantes e usualmente nossos parceiros como é o caso de Espanha, são situações que poderão estar sempre previstas e serem accionadas assim que necessário.

Ter um contingente (NSE) preparado para apoiar as forças ditas combatentes, é sem dúvida uma mais valia, demonstrando um sinal evidente de modernidade e organização.

Se para os militares é a possibilidade de ter os produtos tipicamente portugueses, já para a Secção Logística do Agrupamento é a possibilidade de se dedicar apenas aos assuntos ditos de planeamento logístico e apoio operacional.

Apesar das dificuldades sentidas, a Secção Logística do Agrupamento Mecanizado, abraçou este desafio por forma a atingirmos o objectivo principal: - a certificação deste Agrupamento Mecanizado NRF12.

Certos estamos de termos podido contribuir para um melhor planeamento e preparação de uma força deste tipo.

Termino com uma frase de uma pessoa chegada, dedicando-a à Secção de Logística do Agrupamento Mecanizado NRF12, que a usava quando o trabalho era bem feito:

"… Com esta tropa vou até ao fim do mundo…"

Maj Cav João Faria

10. Planeamento e Execução de Colunas de Apoio de Serviços

10.1. Introdução

Com a necessidade permanente de apoio de serviços que as subunidades de manobra tem para levar a cabo o seu treino operacional e conduzir operações, o planeamento, preparação e execução das colunas logísticas é muitas vezes descurado, principalmente em Território Nacional e em Teatros de Operações de baixa intensidade.

As colunas de reabastecimento constituíram-se, ao longo da história dos conflitos, como alvos remuneradores para o Inimigo, influenciando decisivamente a conduta das operações. A especificidade da formação dos militares que executam o reabastecimento das diversas classes, da área da manutenção e do apoio sanitário, leva a que muitas vezes, não seja conferida prioridade ao treino individual do combatente, nem à alocação dos meios, nem do tempo necessários para conduzir o seu treino.

Durante o aprontamento do Agrupamento Mecanizado NRF12 (AgrMec NRF 12) e uma vez que a generalidade dos cenários trabalhados tinham como enquadramento geral as operações do tipo "Entrada Inicial", procurando simular os prováveis teatros de emprego de uma força deste tipo onde a ameaça é assimétrica, foram detectadas algumas lacunas. Nesse período de preparação, certificação Nacional e Internacional do AgrMec NRF 12, e motivado pela necessidade constante de apoio de serviços às subunidades de manobra na execução do treino operacional, foram aprendidas lições para o planeamento e execução de colunas logísticas.

A finalidade deste artigo não será mais do que ilustrar a importância de um planeamento detalhado e algumas preocupações que um comandante de coluna deverá ter, na preparação e execução de colunas logísticas. Na última parte, serão apresentadas as conclusões e reflexões orientadoras a um Comandante de Coluna.

10.2. Importância de um Planeamento Detalhado e elementos que contribuem para o planeamento

O conceito de movimento administrativo, nos teatros de operações em que actualmente participamos com forças, tipo Afeganistão, foi posto de parte uma vez que o contacto com o adversário poderá acontecer em qualquer local, sendo as viaturas isoladas ou desprotegidas mais facilmente batidas. O deslocamento táctico que se caracteriza por um movimento rápido para colocar unidades na zona de combate, também se aplica às colunas de apoio de serviços que permanentemente se deslocam em zona de possível combate.

As colunas logísticas são mais vulneráveis que as forças de manobra, pelo que devem ser planeadas e executadas como operações de combate. Constituindo-se como alvo remunerador para o Inimigo, a probabilidade de entrar em contacto é elevada, exigindo uma maior preparação dos meios humanos e materiais. A grande ameaça à Logística, acontece durante a execução de colunas pela exposição dos meios em terreno, que poderá não estar controlado pelas nossas forças.

A história tem testemunhado que a capacidade de protecção das unidades de apoio de serviços é inadequada e os meios colocados à disposição dos Comandantes das colunas têm sido insuficientes, para fazer face a emboscadas bem preparadas.

Numa situação de ameaça assimétrica, as forças hostis procuram bater alvos mais vulneráveis, na medida em que contribua para a sua principal finalidade que é causar o maior número de baixas no pessoal, o máximo de destruição do material e afectar o moral das nossas forças. Atacam, portanto, de surpresa qualquer ponto da coluna ou em toda a sua extensão, pelo que se devem distribuir os meios por toda a coluna, garantindo a sua segurança. Como medidas de segurança imediata, devem-se dispor os meios de forma a tirar o máximo rendimento, garantir o comando e controlo e adoptar procedimentos adequados. Assim deve-se ter em atenção os seguintes aspectos:

- Garantir ligação rádio entre todas as viaturas;
- Garantir que os intervalos entre viaturas deverão permitir a dispersão e diminuir a vulnerabilidade;
- O comando deve-se colocar no centro da coluna ou onde melhor conseguir controlar a coluna;
- A viatura do Comandante da coluna deve estar dissimulada para não permitir ser referenciada, por exemplo, pelo número de antenas que deverá ser semelhante em todas as viaturas da coluna;

- A integração de uma patrulha de reconhecimento à frente da coluna, a uma distância que permita o reconhecimento de possíveis locais de emboscada ou itinerário bloqueado e que garanta o alerta oportuno;
- Na retaguarda da coluna deve ser colocada a viatura de apoio sanitário e viaturas de desempanagem;
- Todos os militares deverão dispor de conhecimentos de Suporte Básico de Vida;
- As viaturas de transporte de munições e combustível deverão ir tão à retaguarda quanto possível, para diminuir a probabilidade de caírem em minas e armadilhas;
- A coluna deverá ser reforçada com elementos de sapadores;
- As colunas de reabastecimento deverão incluir Secções ou um Pelotão das Subunidades de manobra, para garantir uma maior protecção das mesmas colunas através do sistema de armas, e consequentemente maior poder de fogo que dispõem;
- A protecção de itinerários através da defesa fixa de pontos vitais do itinerário, a vigilância móvel entre estes pontos e o estabelecimento de postos de controlo ao longo do itinerário deverão ser executadas, quando possível;

Durante o planeamento, os comandantes das colunas deverão fazer uma análise dos factores MITM-T para a elaboração do seu planeamento. E conhecer as capacidades do In e a sua forma de actuar, conjugado com o terreno envolvente ao itinerário de deslocamento e potenciais locais para emboscadas ou ataques. Toda a coluna deverá saber a intenção do Comandante, pelo que o farol será cumprir a missão executando o apoio de serviços necessário às forças de manobra, não se empenhando decisivamente.

A coluna torna-se eficiente se, ao entrar em contacto, conseguir minimizar as baixas amigas, maximizar as inimigas, não deixar equipamento abandonado e cumprir a missão.

10.3. Conclusões

Cada vez mais o Soldado tem de ser multifuncional e a sua formação base como combatente, é fundamental, pelo que o seu treino deve ser permanente. O Soldado actual tem de ser capaz de executar tarefas específicas de apoio de serviços e combater, contribuindo para a protecção da coluna. Pela especificidade das colunas de apoio de serviços, é necessário que sejam reforçadas por elementos das forças de manobra para aumentar a capacidade de protecção.

Uma coluna executada devidamente, poderá salvar vidas e assegurar os abastecimentos necessários às forças de manobra para cumprirem a sua missão.

A coluna poderá ter de usar um itinerário alternativo, aumentar a segurança, reagir a uma emboscada e, decorrente disso, demorar mais tempo a chegar ao destino, mas o mais importante de tudo é que chegue e cumpra a sua missão.

Cap Inf Samuel Jesus

Bibliografia

O EXERCITO NA GUERRA SUBVERSIVA, *Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas*, Ministério do Exercito, Estado-Maior do Exercito, 1966

THE TANK AND MECHANIZED INFANTRY BATTALION TASK FORCE, Hedquarters, Department of the Army, Junho 2003

CAARNG, Julien H. Bond, Combat Logistics Patrol Methodology

TACTICAL CONVOY HANDBOOK, U.S. Army Transportation School

CONVOY LEADEER TRAINING HANDBOOK, 32nd Transportation Group Kuwait, Agosto 2003

11.A Manutenção do AgrMec/NRF12

11.1. Introdução

Como em todas as situações em que estão envolvidos equipamentos mecânicos, a Manutenção teve um papel muito importante para que o aprontamento do Agrupamento Mecanizado NRF12 decorresse com êxito.

11.2. Pessoal da Manutenção

Atendendo à diversidade de viaturas, armamento e outros equipamentos, a manutenção só foi possível porque houve um bom planeamento das tarefas a executar e um elevado empenhamento dos técnicos do Serviço de Material com as suas equipas. É ainda de enaltecer, o contributo dado pelo comando das Companhias, no acompanhamento dos trabalhos realizados pelas suas Secções de Manutenção.

11.3. Execução

Para que a manutenção fosse mais rápida e eficiente, descentralizou-se a Manutenção do material auto, isto é, cada companhia ficou com a sua Secção de Manutenção e trabalhou nas suas viaturas. Os resultados obtidos provaram que esta opção foi importante e acertada, uma vez que se conseguiu uma eficácia dos equipamentos a rondar os 100%, com excepção do material óptico, dos Sistemas Lançadores de Mísseis TOW2 e dos Morteiros de 81mm, situações que não foram da responsabilidade da Manutenção do Agrupamento.

Nos vários exercícios, por vezes em condições muito adversas, a Manutenção sempre que foi solicitada deu resposta cabal, quer em reparações de vários tipos, quer em recolha de viaturas e equipamentos.

Num aprontamento deste tipo, além do elevado esforço físico/técnico desenvolvido pelo pessoal, houve também uma elevada despesa financeira, na aquisição de sobressalentes e artigos de consumo, para executar as tarefas de manutenção. No entanto, verificou-se que bastante material não foi fornecido em tempo, nomeadamente, o referente às viaturas blindadas, o que fez com que o esforço desenvolvido pelas Equipas de Manutenção, por vezes, fosse duplicado.

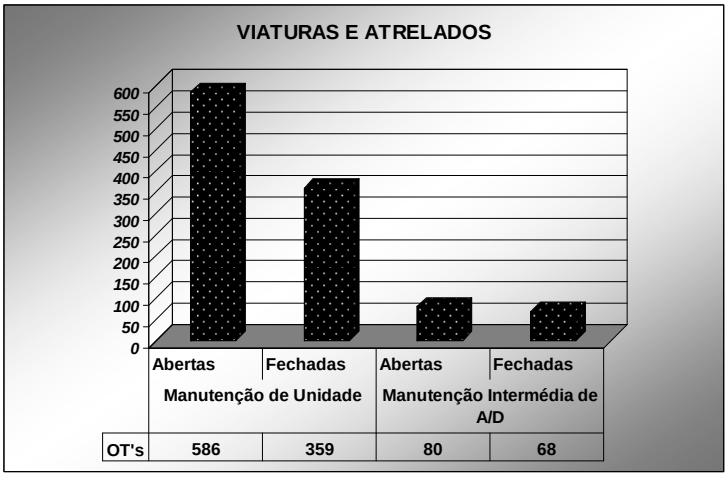
11.4. Dados Estatísticos

A seguir menciona-se alguns quadros de valor onde se pode ver mais em pormenor o que se desenvolveu no âmbito da Manutenção neste último ano (Janeiro de 2008 a Fevereiro de 2009).

11.4.1. Ordens de Trabalho

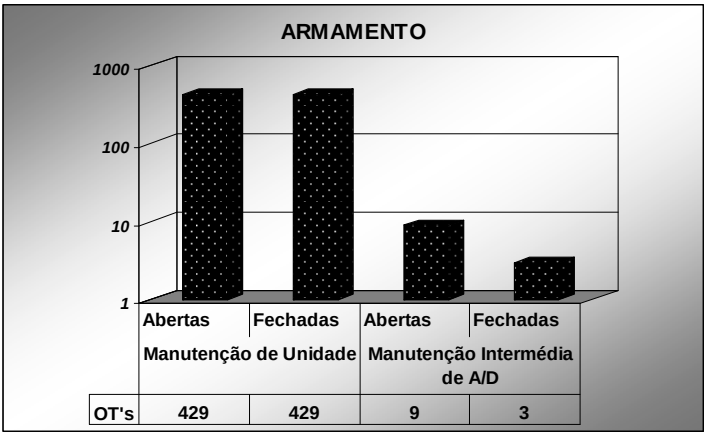
VIATURAS E ATRELADOS

Manutenção de Unidade		Manutenção Intermédia de A/D	
Abertas	**Fechadas**	**Abertas**	**Fechadas**
586	359	80	68



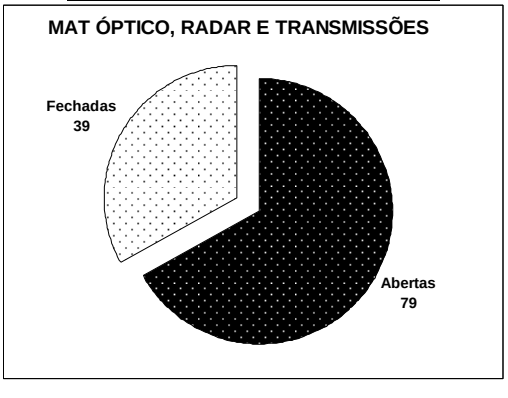
ARMAMENTO

Manutenção de Unidade		Manutenção Intermédia de A/D		Observações
Abertas	**Fechadas**	**Abertas**	**Fechadas**	
429	429	9	3	3 Armas c/ OT encerradas foram evacuadas 2 para o DGME e 1 para RMan



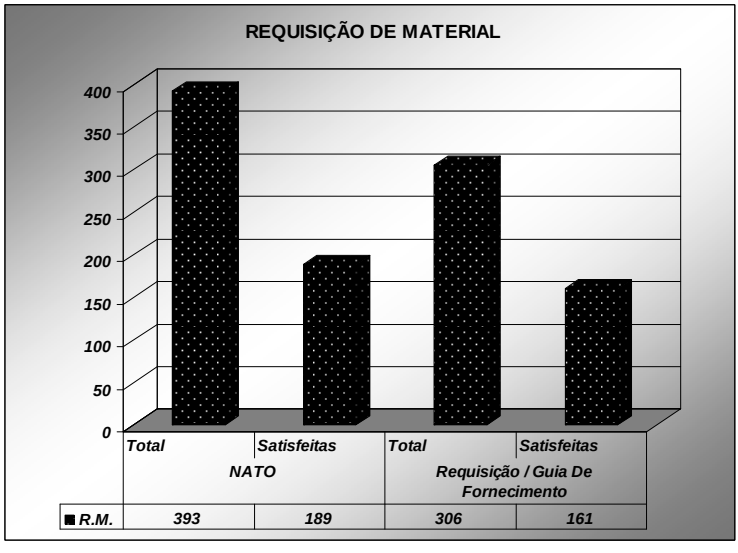
MATERIAL OPTRÓNICO, RADAR E TRANSMISSÕES

Manutenção de A/D	
Abertas	**Fechadas**
79	39



11.4.2. Requisições de Material

NATO		Requisição / Guia De Fornecimento		Observações
Total	**Satisfeitas**	**Total**	**Satisfeitas**	
393	189	306	161	



11.5. Conclusões

Os principais problemas que se podem apontar neste aprontamento, são a vinda tardia de sobressalentes para a reparação das viaturas da família M113, a falta de sobressalentes para os CC M60A2, a falta de morteiros de 81mm, a falta de Lançadores de mísseis TOW operacionais e alguns equipamentos Óptico e Optrónicos.

Cap TManMat Manuel Machado

12. Modernização do Sistema de Armas ACar no Agrupamento Mecanizado NRF

12.1. Introdução

O aparecimento das armas anti-carro tem décadas de história, mas só provavelmente no final da 1ª Guerra Mundial é que se iniciaram os esforços para a concepção de uma arma, que travasse o avanço de viaturas blindadas. As primeiras armas a serem construídas tinham um poder perfurante muito baixo, tornando-se prematuramente obsoletas contra blindagens.

A segunda Guerra Mundial foi um marco histórico no desenvolvimento e diversificação de todas as armas anti-carro que hoje se conhecem.

Actualmente, este tipo de armas, para além de destruir blindagens, constitui-se como ferramenta cirúrgica para o Comandante em diversos tipos de operações, dos quais se destacam a abertura de brechas em edifícios, e/ou itinerários, reconhecimentos, vigilância, entre outras.

12.2. As diferentes gerações de mísseis

A complexidade dos conflitos exige novas armas com características específicas, em que a precisão e a letalidade têm servido como referência de concepção, absolutamente determinante.

Actualmente conhecem-se mísseis até à quarta geração, onde até então as últimas gerações de mísseis apresentavam diversas limitações, das quais se destacam as seguintes:

- O apontador do míssil ficava exposto aos fogos directos inimigos, enquanto acompanhava a trajectória;
- A perseguição ao alvo era feita manualmente, em que a eficácia exigia muita perícia e treino por parte do apontador;
- Baixos níveis de eficácia para as longas distâncias (3750 metros).

Todas estas limitações obrigaram os blindados a desenvolver contra-medidas, havendo, necessidade de criar a 4ª geração de mísseis, que se caracteriza por um sistema de pontaria com uma câmara diurna de TV tipo CCD (Charged Coupled Device), com zoom de 10 vezes e campo de visão de 5 graus ou câmara térmica com campo de visão largo e estreito. Inicialmente, o apontador de míssil poderá não ver directamente o alvo, começando por disparar o míssil e só depois adquire o alvo através de busca automática. Assim o apontador dispõe de uma vantagem típica e exclusiva de 4ª geração, que é poder escolher o alvo

enquanto o míssil segue a sua trajectória de voo. O míssil israelita SPIKE é um bom exemplo de míssil de 4ª geração.

Geração	Período (Década)	Princípio de Operação	Exemplo
Primeira	50-60	Command Line-of-sight (CLOS)	Sagger
Segunda	60-80	Semi-Automátic Command Line-of-sight (SACLOS)	TOW, Milan
Terceira	90	Fire and forget	Spike-MR, Javelin
Quarta	90	Fire and forget and update	Spike-LR e Spike-ER

Fig 1 – Geração de Mísseis Anti-Carro

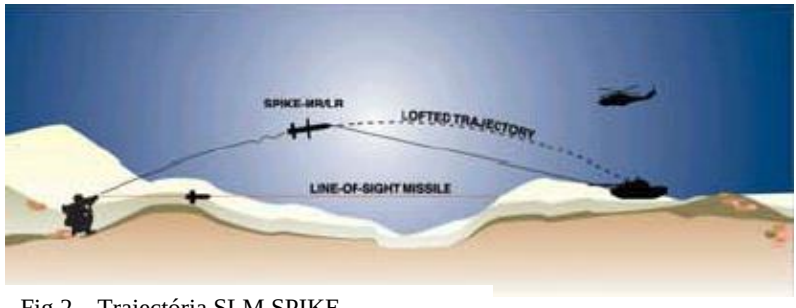


Fig 2 – Trajectória SLM SPIKE

Fig 4 – Guarnição SLM SPIKE

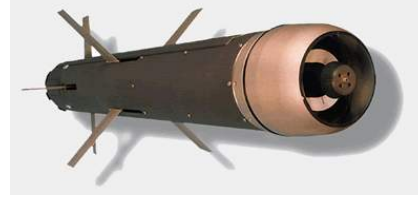


Fig 3 – Míssil SPIKE

Actualmente o Exército Português dispõe de uma diversidade de armas anti-carro que se poderão agrupar-se em 3 grupos: armas de curto, de médio e de longo alcance, respectivamente até aos 700 metros, 2500 metros e 4000 metros. De curto para longo alcance dispomos das seguintes armas / munições: LAW M72, Carl Gustav M2, MILAN e TOW.

12.3. Projecto para a aquisição de Armas ACar

Tendo por base o Plano Médio e Longo Prazo (PMLP), e as Force Proposal 2008, Blue Book, ACT (Allied Command Transformation) e Staff Element Europe, este projecto visa garantir no âmbito das Missões Específicas das Forças Armadas, os meios necessários à prontidão de forças, através da materialização de capacidades militares necessárias para actuar em qualquer parte do Espaço Estratégico de Interesse Nacional.

Neste sentido, constituiu-se um grupo de trabalho envolvendo diversas entidades do Exército, onde se procurou dar resposta às necessidades de modernização e/ou aquisição de novas armas ACar, de acordo com os quadros orgânicos em vigor.

As armas ACar deverão ser encaradas como um factor multiplicador do Potencial Relativo de Combate (PRC), garantindo desta forma uma Capacidade efectiva de Aplicação de Força em todo o espectro do conflito, dotando o nosso AgrMec NRF do necessário estado de prontidão, que permita assegurar, em tempo oportuno, o cumprimento de um conjunto variado de missões no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Este processo de aquisição de novas armas seria importante que conferisse a necessária flexibilidade às unidades Anti-Carro (ACar) orgânicas da Infantaria, facilidade de montagem, utilização, transporte e, acima de tudo, permitir a interoperabilidade com diferentes viaturas e garantir a capacidade de C4I[136]. Esta capacidade visa garantir aos comandantes em qualquer escalão, uma correcta avaliação da situação, ou seja, visa obter informação sobre a localização e a situação de forças inimigas/ameaça e amigas, e constitui um elemento fundamental para o Comandante poder tomar decisões.

12.4. Conceito Geral de Emprego das Armas ACar e Requisitos Operacionais

Os sistemas de AACar de Infantaria disponíveis, deverão ser capazes de providenciar fogos ACar (de longa, média e curta distância) contra forças blindadas e alvos que se encontrem em posições fortificadas, em apoio à manobra das forças de Infantaria, Carros de combate (CC) e Auto-Metralhadoras (AM).

Em termos de Capacidade Ofensiva, uma unidade ACar providencia inicialmente no ataque, uma base de fogos para suprimir, fixar ou destruir posições inimigas. As unidades ACar devem também ser empregues para empenhar unidades blindadas em Áreas de Empenhamento (AE) planeadas, para isolar objectivos e destruir o inimigo e/ou ameaça em

[136] C4I – Command, Control, Communications, Computers, and Intelligence

possíveis contra-ataques, ou destruí-lo em retirada. Estas unidades são também adequadas para proteger flancos, fixar unidades blindadas com a consequente destruição, ou para repelir contra-ataques através de fogos flanqueantes.

Em termos de Capacidade Defensiva, as unidades ACar podem ser posicionadas no sector defensivo, bem à frente, para participarem em operações de segurança, em operações de reconhecimento (através de dispositivos de visão ampliada e nocturnos) ou cobrir obstáculos com os seus fogos. Terão de ser capazes de canalizar as unidades blindadas para as AE, a fim de facilitar a destruição das mesmas. As unidades ACar podem ser posicionadas em toda a profundidade do sector, de forma a baterem com os seus fogos os Eixos de Aproximação (EA) mais prováveis para forças blindadas. Durante o contra-ataque, terão que ser capazes de executar fogos ACar em apoio aos elementos de manobra.

Como requisitos adicionais, dependendo do tipo de armamento, as unidades ACar deverão ser capazes de integrar os seus fogos, garantindo os mesmos capacidades de fixar, suprimir e destruir. Esta capacidade irá permitir que os diferentes sistemas ACar se adaptem rapidamente às mudanças resultantes dos factores de decisão (MITM-TC[137]), ou seja, garantir uma capacidade efectiva de aplicação da força em todo o espectro do conflito. A integração dos diferentes sistemas deverá continuar a permitir a destruição de veículos blindados, fortificações e tropas em abrigos. Por fim, qualquer dos sistemas que o Exercito Português venha a adquirir, deverá ter a capacidade para executar fogos em viatura e no solo.

Em resumo, e tendo em conta o anteriormente exposto, as AACar em termos de capacidades genéricas, letalidade, sobrevivência e sustentabilidade devem garantir:

- Elevada probabilidade de bater alvos (consequente redução de custos);
- Elevada precisão (com danos colaterais mínimos);
- Elevada cadência de fogo;
- Sobrevivência das armas e das unidades.

12.5. Conclusões

O contributo português para as forças de reacção rápidas da NATO, pelas missões que podem vir a desempenhar e pelo papel preponderante que têm como força de entrada inicial no TO, necessitam de uma arma anti-carro de médio alcance, que satisfaça os requisitos acima expostos.

Mas para o AgrMec, que valências é que esta arma traria?

[137] Missão, Inimigo, Terreno, Meios, Tempo disponível e Considerações de natureza civil

Com a aquisição de um sistema "fire and forget", permitiria a uma Secção de Atiradores fazer fogo ajustado até aos 2500 metros e com elevado nível de eficácia. Diminuía o tempo de formação dos apontadores. Aumentava substancialmente o poder de fogo da Secção de Atiradores, de 1200 metros (alcance prático da MP Browning), para 2500 metros (alcance prático de uma arma de médio alcance). Aumentava também desta forma a capacidade letal, através da precisão e elevada perfuração.

Para além de outras vantagens, estas foram armas testadas em combate e nos modernos teatros de operações.

E, como a maior certeza é sempre a incerteza, cabe-nos a nós militares nunca subvalorizar a ameaça, pois poderemos pagá-la com vidas humanas.

Cap Inf Fausto Campos

13. Os Postos de Observação

13.1. Introdução

No término do segundo aprontamento de um Agrupamento Mecanizado português, com responsabilidade directa perante a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), NATO Response Force 12 (NRF12), é hora de notar algumas considerações e aprendizagens adquiridas ao longo deste ano e meio.

O Pelotão de Reconhecimento (PelRec) é umas das subunidades do Batalhão de Infantaria Mecanizado que sofre alterações significativas quando se constitui como Agrupamento Mecanizado NRF, nomeadamente, no que respeita à sua organização para combate. Esta orgânica, quanto confrontada com a actual doutrina[138], e ainda com o possível emprego do PelRec em Operações de Resposta à Crise, verifica-se que, de facto e na prática, não é fácil seguir a referida doutrina e cumprir as missões com eficiência.

No entanto, não é o objectivo deste artigo abordar o assunto acima referido, mas sim fazer umas anotações provindas da prática de uma das tarefas mais importantes do PelRec. O Posto de Observação (PO) é sem dúvida uma tarefa que está presente em quase todas as missões do PelRec e é sobre esta tarefa que vamos de seguida tecer algumas considerações.

Portanto, o objectivo deste artigo é diferenciar os PO's em missões de reconhecimento e missões de segurança, expondo algumas das dificuldades na condução desta tarefa.

Inicialmente, será feito um enquadramento teórico, onde vamos identificar essencialmente os tipos de POs e em que operações/missões são montados e operados. De seguida, será exposta uma breve análise sobre meios materiais e dificuldades vividas durante o treino operacional. No final, em modo de conclusão, são redigidas algumas anotações onde se tenta diferenciar os procedimentos de montagem e a forma de operar os PO's nas diferentes missões.

"…the reconnaissance platoon performs its traditional mission as the "eyes and ears" of the battalion commander." [139]

13.2. Os Posto de Observação de Infantaria

13.2.1. Montar e operar um posto de Observação (PO)

[138] Manual do Pelotão de reconhecimento (2002) da Escola Prática de Infantaria (EPI). Doutrina de referência: *FM 7-92 – The Infantry Reconnaissance Platon and Squad (Airborne, Air assault, light Infantry) (1992), FM 17-98 Scout Platon (1999), FM 3-21.94 - The Stryker Brigade Combat Team Infantry Battalion Reconnaissance Platoon (2003).*

[139] Tradução livre: "…o Pelotão de Reconhecimento executa as tradicionais missões, sendo "os olhos e ouvidos" do Comandante de Batalhão" - *Field Manual (FM) 7-92 – The Infantry Reconnaissance Platon and Squad (Airborne, Air assault, light Infantry) (1992), Chapter 9, Page 6.*

O posto de observação é um local guarnecido por dois a quatro militares treinados e equipados com o material necessário para recolher informação do campo de batalha. Qualquer subunidade de infantaria pode lançar um PO, independentemente da especialidade.

O lançamento de um PO começa por o Comandante de Pelotão (CmdtPel) estabelecer a localização geral do mesmo na carta ou no terreno e atribuir os sectores de observação; de seguida o Comandante Secção (CmdtSec) elabora um reconhecimento ao local indicado pelo CmdtPel e escolhe o local exacto onde vai colocar os soldados. Após isto, o CmdtSec estabelece as comunicações entre o PO e a Secção, define como reagir ao contacto com a ameaça e determina a conduta no PO.[140]

Na escolha do efectivo, o CmdtSec tem que ter em conta os seus recursos e o quantitativo mínimo para guarnecer um PO. A guarnição de um PO pode variar entre dois a quatro militares. De qualquer forma e, independentemente do PO ser guarnecido por dois, três ou quatro homens, há tarefas que têm que ser cumpridas durante o funcionamento do PO: observar, registar, relatar e garantir a segurança. Assim sendo, veja-se de seguida as três formas de operar um PO[141]:

Número de Militares	**Tarefas**
PO com 2 Militares	1 - Observa
	2 - Regista, Relata e Monta Segurança
PO com 3 Militares	1 - Observa
	2 - Regista, Relata
	3 - Monta Segurança
PO com 4 Militares	1 - Observa
	2 - Regista
	3 - Relata
	4 - Monta Segurança

Tabela 1: Guarnição e tarefas a desenvolver no PO

13.2.2. Tipos de Postos de Observação

[140] Manual de Táctica de Secção e Pelotão de Atiradores, EPI, 1993, Capítulo II, Página 12.
[141] Idem, Página 13.

Segundo a doutrina americana, os PO's podem ser de três tipos: montados, apeados e combinados.[142]

Como é de prever, cada um destes tipos apresenta vantagens e desvantagens relativamente à mobilidade, ao factor detecção e à protecção. Os PO's montados naturalmente conferem uma maior mobilidade e protecção, mas com maior possibilidade de ser detectado pelo inimigo. Já os PO's desmontados (apeado) perdem mobilidade, mas o factor detecção é bastante reduzido relativamente aos PO's montados em viaturas. Relativamente à protecção destes PO's, depende do tipo de abrigo que possamos construir, consoante os factores de decisão[143].

Apresentamos de seguida os tipos de PO's que podem ser construídos no solo enquanto PO apeado:[144]

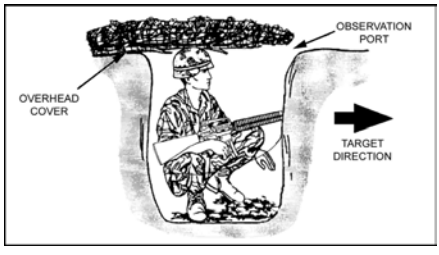


Figura 1: PO tipo toca de aranha

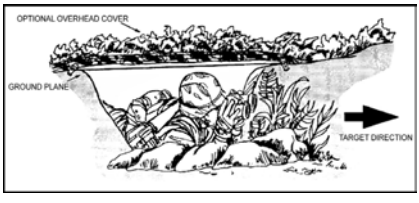


Figura 2: PO aproveitando o terreno

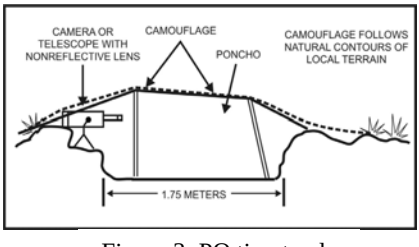


Figura 3: PO tipo tenda

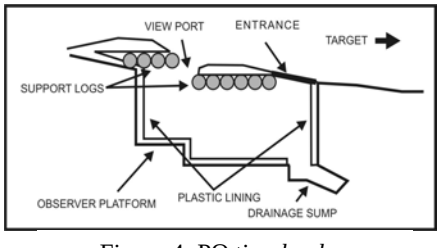


Figura 4: PO tipo *bunker*

[142] *FM 3-21.94 - The Stryker Brigade Combat Team Infantry Battalion Reconnaissance Platoon (2003), Chapter5 page 26.*
[143] Missão, Inimigo, Terreno, Meios disponíveis, Tempo disponível e considerações Civis (MITMTC).
[144] Figuras adaptadas de *FM 3-21.94 - The Stryker Brigade Combat Team Infantry Battalion Reconnaissance Platoon (2003), Chapter5 page 37,38 e 39.*

13.2.3. As missões do Pelotão de Reconhecimento

"As operações de reconhecimento executadas pelo Pelotão de Reconhecimento são geralmente conduzidas sob a supervisão de Estado-Maior (EM), do Oficial de Informações do Batalhão, em coordenação com o Oficial de Operações."[145] Em operações, a dependência operacional, como é referido em cima, é do Comandante de Batalhão sob supervisão do EM. A dependência administrativa do PelRec é da Companhia de Apoio de Combate (CAC), ou seja, do Cmdt da CAC.

"A missão do Pelotão de Reconhecimento é a de executar reconhecimentos, fornecer segurança limitada, e apoiar o controlo de movimentos do Batalhão ou dos seus elementos."[146] Tanto as missões de reconhecimento com as de segurança requerem de montagem de PO's, é esse o principal objectivo deste artigo, distinguir um "PO de reconhecimento" de um "PO de segurança".

Durante o aprontamento da NRF, o PelRec treinou e colocou em prática, em exercícios operacionais de Agrupamento e de Brigada, a maioria das suas missões. De seguida, veremos aquelas com maior relevância durante o referido treino.

- **Reconhecimento** (fornecer ao Comandante de Batalhão Informações específicas sobre uma área, zona ou itinerário):
  - Reconhecimento de área[147]
  - Reconhecimento de zona[148]
  - Reconhecimento de itinerários[149]
- **Segurança** (dar o alerta oportuno ao Batalhão sobre o inimigo e suas intenções):
  -Vigilância (fixa[150] e móvel)
- **Outras missões**
  - Actuar como elemento de manobra.[151]
  - Controlo de movimentos.[152]
  - Guiar forças de manobra.[153]

[145] Manual do Batalhão de Infantaria, EPI, Capítulo 8, página 232.
[146] Idem.
[147] Exemplo: reconhecer uma área edificada ou posição defensiva inimiga. Missão executada no exercício LINCE 083 de 2008 e outros.
[148] Reconhecimento a Zona de Reunião de Batalhão. Missão executa no exercício LINCE 084 2007.
[149] Missão executa no exercício LINCE 087 2008.
[150] Missão executa no exercício ROSA BRAVA 2008 e LFX.
[151] Missão executa no exercício ROSA BRAVA 2008.
[152] Missão executa no exercício ROSA BRAVA 2008 e outros.
[153] *FM 7-92 – The Infantry Reconnaissance Platoon and Squad (Airborne, Air assault, light Infantry) (1992), chapter 1, page 3.* Missão executada no exercício ROSA BRAVA 2008 e outros.

13.3. Análise

Versando agora sobre a experiência do treino, propomos falar inicialmente sobre transmissões. Relativamente a este assunto, pensa-se que todas as equipas de reconhecimento devem ter um rádio de curto alcance, para estabelecer uma rede de comunicações entre os PO's e os chefes de equipa, para evitar o relato de informação repetida pelos diferentes PO's. No treino operacional usámos, na maioria das vezes, o rádio PRC-77. Pensamos que este rádio é pouco táctico para operar este tipo de PO's, devido ao peso e ao modo de transporte que não facilita os deslocamentos a rastejar, assim como a antena também evidencia facilmente a posição do PO. Pensamos que um rádio do tipo P/PRC-501 facilita a execução deste tipo de reconhecimentos. As transmissões do CmdtPel com o Centro Operacional Táctico (COT) poderiam ser melhoradas com um rádio com capacidade de transmissão de dados e imagem, tipo P/PRC-525.

Na condução destas operações em visibilidade reduzida (de noite), tivemos alguma dificuldade em observar com os nossos aparelhos de visão nocturna AN/PVS-4/5 e AN/TVS-5. Sentimos a necessidade de trabalhar com um aparelho de maior alcance, como por exemplo o intensificador de imagem WILD BIF 2 – 6B[154], com capacidade de observação até aos 3000 metros.

Por sua vez, os PO's em operações de segurança – vigilância fixa, têm características diferentes dos anteriores. Por norma são PO's que permanecem durante longos períodos de tempo no terreno (24 horas ou mais), o que já requer alguma preparação do terreno e até um número de elementos por PO mais elevado, por exemplo três ou quatro elementos. Contudo, temos sempre trabalhado com dois devido ao curto efectivo do pelotão.

Estes PO's podem ser montados em viatura ou apeados, mas pensamos que o ideal é o PO apeado, com a viatura desenfiada à retaguarda. A disciplina de camuflagem deve ser a mesma dos PO's de reconhecimento, no entanto, relativamente aos movimentos, a preocupação é menor, uma vez que estes PO's não têm necessidade de se movimentarem ou alterarem a posição.

Aqui as transmissões são feitas por meios filares com o Comandante de Secção ou de Esquadra, sendo apenas por via rádio, as comunicações feitas entre os comandantes das subunidades do Pelotão e o comandante de Pelotão, devido à extensão da frente e a localização do posto de comando do pelotão.

[154] Ver ANEXO 1: Wild Bif 2 – 6B.

Relativamente aos aparelhos de visão nocturna, as necessidades são idênticas aos PO's de reconhecimento, com alguns acréscimos de aparelhos específicos de vigilância. Facilitava a vigia se o Pelotão tivesse uma câmara térmica tipo SOPHIE-R[155] e sensores de movimento tipo CLASSIC 2000[156], para substituir o "velhinho" CLASSIC.

Por fim, referimos a vigilância a objectivos específicos, que por norma é executada em áreas/objectivos anteriormente reconhecidos. É uma missão que é conduzida nas operações de Cerco e Busca ao nível de Agrupamento. Esta vigilância tem a finalidade de relatar e informar em tempo real a actividade no objectivo, ou seja, dar o "alerta oportuno" às unidades de manobra para que estas possam, em tempo, adaptar a sua forma de actuação durante a busca ou assalto ao objectivo. É por isso que classificamos esta operação nas operações de segurança – vigilância. Aqui, as dificuldades são em tudo idênticas às dificuldades encontradas nos PO's de reconhecimento.

13.4. Conclusões

> "Reconnaissance platoon soldiers are physically fit; they are expert in skills such as land navigation, communications, camouflage, individual movement, and survival."[157]

Após o breve enquadramento sobre PO's e missões do PelRec, é tempo de finalizar com a exposição do objectivo proposto – evidenciar as diferenças entre os PO's de missões de reconhecimento e PO's de missões de segurança. E também evidenciar algumas dificuldades na condução das operações.

Nas diferentes missões é pertinente falar nos PO's de reconhecimentos de área e nos PO's de vigilância fixa (em linha de vigilância), quer em operações convencionais quer em Operações de Resposta à Crise, onde se realça as operações de Cerco e Busca. São nestas últimas operações que podemos introduzir um tipo de vigilância não referido anteriormente, nem em qualquer referência doutrinária.

Os PO's de reconhecimento de área são montados e operados, por norma, num Ponto de Vigilância Dominante (PVD). Os PVD são pontos dominantes sobre a área a reconhecer. Mas, por vezes, os PO's de reconhecimento podem ser operados a partir de pontos menos

[155] Ver ANEXO 2: Câmara Térmica SOPHIE – R.
[156] Ver ANEXO 3: Sensor Remoto CLASSIC 2000.
[157] Tradução livre: "Os soldados do pelotão de reconhecimento têm boa capacidade física, são especialistas em competências tais como a navegação terrestre, transmissões, camuflagem, técnica individual de combate e sobrevivência." FM 7-92 – The Infantry Reconnaissance Platon and Squad (Airborne, Air assault, light Infantry) (1992), Capter 1 Page 1.

dominantes, mais próximos do objectivo, como por exemplo uma linha de água, que confira boa cobertura e boa visibilidade sobre o objectivo.

Este tipo de PO não requer qualquer preparação do terreno, uma vez que não é provável que se permaneça na posição durante longos períodos de tempo. Naturalmente, é um PO apeado, onde pensamos que o número ideal por equipa de reconhecimento são dois militares. Os elementos das equipas de reconhecimento têm o máximo de disciplina de camuflagem (ruídos, brilhos, movimentos, luzes, etc.) durante a aproximação e depois na posição. Durante o reconhecimento propriamente dito, as equipas preocupam-se em elaborar um esboço do objectivo[158], e também um pequeno relatório[159] de actividade da força opositora. Para completar esta tarefa essencial de recolha de informação, era importante o pelotão possuir uma máquina fotográfica com elevada resolução.

Estes PO's podem e devem mudar de posição ou fazer pequenos ajustes, sempre que for necessário. Normalmente, estes movimentos são feitos quando, da posição inicial, não se consegue levantar todos os Specific Information Request (SIR) – quesitos concretos.

Ten Inf Nuno Bento

Bibliografia

Manuais Portugueses

- Manual do Pelotão de reconhecimento (2002) da Escola Prática de Infantaria (EPI).
- Manual do Batalhão de Infantaria, EPI.

Doutrina de referência

- *FM 7-92 – The Infantry Reconnaissance Platon and Squad (Airborne, Air assault, light Infantry) (1992),*
- *FM 17-98 Scout Platon (1999),*
- *FM 3-21.94 - The Stryker Brigade Combat Team Infantry Battalion Reconnaissance Platoon (2003).*

[158] Ver ANEXO 4: Impresso para esboço de reconhecimento.
[159] Ver ANEXO 5: Impresso de relatório de reconhecimento.

Anexos

Anexo 1:

Wild Bif 2-6B

Características gerais:

• Pode operar num tripé SAD12, ou mesmo numa arma. • Passivo • Alimentação por bateria de 2.7v • Ampliação: 6.9x • Campo de visão: 7.2º • Peso: 4.9 kg • Capacidade de detecção até aos 3000m	•Destina-se à vigilância do campo de batalha às médias distâncias

FONTE: Apontamentos do TPOI 06/07.

Anexo 2:

Câmara Térmica SOPHIE – R.

Características gerais:

- Concebido para a detecção, reconhecimento e identificação do alvo pretendido, tanto de dia como de noite ou em condições atmosféricas adversas.
- Todas as funções da câmara podem estar acessíveis numa estação remota em ligação por cabo e pode ser operada de dentro da viatura (ver imagem abaixo).
- II Geração
- Funcionamento na banda dos infravermelhos dos 8 aos 12 μm
- Dimensões (cm): 31 x 25 x 11
- Peso: 2,45 Kg
- Distância Prática de Reconhecimento: 2400 m
- Campo de Visão
    - Amplo (WFOV): 8º x 6º
    - Estreito (NFOV): 4º x 3º
    - Ampliação Electrónica (MAG): 2º x 1,5º

FONTE: Palestra do Corpo de Fuzileiros ao 2º Curso de Contra-vigilância 2008, Escola prática de Engenharia.

Anexo 3:

Sensor Remoto CLASSIC 2000

Princípios gerais de funcionamento:

É um sensor que funciona por detecção sísmica, magnética e variação de temperatura. Detecta alvos em movimento e determina a direcção do seu deslocamento, normalmente é utilizado em escalão Batalhão ou Companhia.

O transdutor sísmico e o transdutor PIR (*Passive InfraRed*) convertem as ondas sísmicas e variações de temperaturas detectadas, em sinais eléctricos enviados ao sensor, que os analisa identificando-os como sendo um intruso e envia através de VHF o alarme para o monitor.

Características gerais:

- Podem ser colocados até noventa e nove sensores ligados à unidade monitor, em simultâneo.
- O Classic pode ser utilizado através de um interface ligado a um computador com cartas digitalizadas.
- Permite detecção a distâncias até aos 2 km, que podem aumentar com a opção de retransmissão.

Monitor

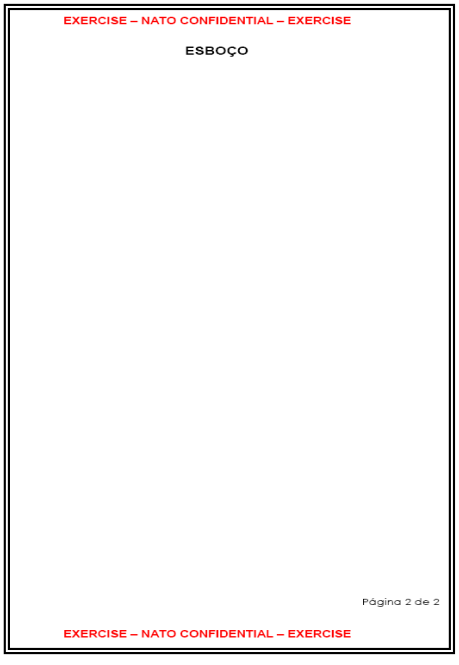
Transdutor sísmico

Transdutor PIR

FONTE: Palestra do Corpo de Fuzileiros ao 2º Curso de Contra-vigilância 2008, Escola Prática de Engenharia.

Anexo 4:

Impresso para esboço de reconhecimento



EXERCISE – NATO CONFIDENTIAL – EXERCISE

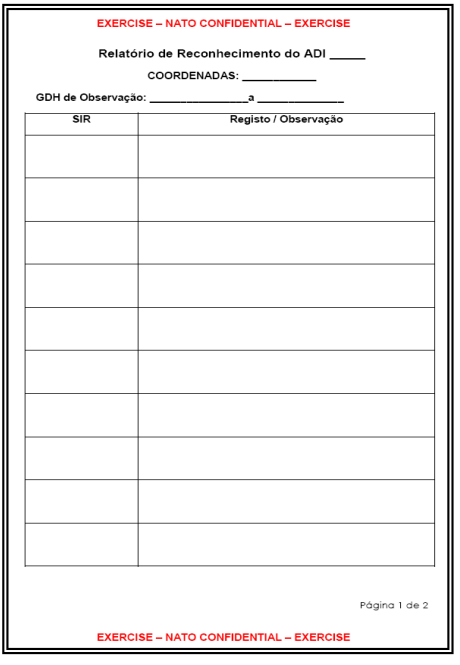
ESBOÇO

Página 2 de 2

EXERCISE – NATO CONFIDENTIAL – EXERCISE

Anexo 5:

Impresso de relatório de reconhecimento



EXERCISE – NATO CONFIDENTIAL – EXERCISE

Relatório de Reconhecimento do ADI _____

COORDENADAS: _____

GDH de Observação: _____a _____

SIR	Registo / Observação

Página 1 de 2

EXERCISE – NATO CONFIDENTIAL – EXERCISE

FONTE: Elaborado pelo CmdtPel.

14.Apoio CSI160 a um Agrupamento NRF

"The enemies of freedom have not stood still while free nations adapted to meet their threats and tactics".

Donald Rumsfeld[161]
(Ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América)

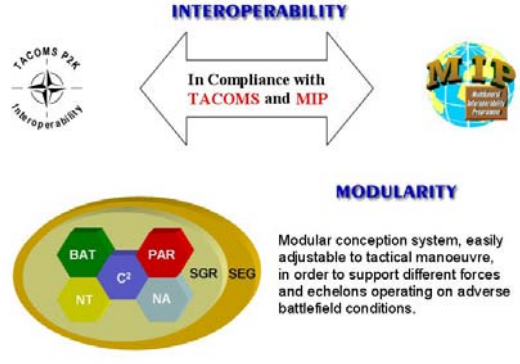
14.1. Introdução

Na Cimeira de Praga, em 2002, os Chefes de Estado anunciaram a criação da NATO Response Force (NRF). A NRF é uma força altamente preparada e tecnologicamente avançada composta pelas componentes terra, ar, mar e de forças especiais, que a Aliança pode implantar rapidamente, sempre que necessário[162].

Segundo os critérios permanentes da certificação de uma força pertencente à NRF, o apoio de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) é uma tarefa bastante complexa, visto que, para além do material CSI, requer pessoal extremamente especializado nesta área. Segundo estes critérios, o apoio CSI deve possuir as seguintes características básicas:

a. Interoperável;
b. Segurança;
c. Interligação com redes NATO (UNCLASSIFIED, MISSION SECRET, NATO SECRET);
d. Projectável.

A interoperabilidade ao nível do apoio CSI é a capacidade que um sistema de uma força tem de poder comunicar de forma transparente com o sistema de outra força (idêntico ou não). Nesta área, existe um grupo de



[160] Sigla para Comunicações e Sistemas de Informação.
[161] *Defense News*, Janeiro de 2003.
[162] Ver http://www.nato.int/issues/nrf/index.html

trabalho constituído por países NATO, do qual Portugal faz parte através da Equipa de Projecto SIC-T (Sistema de Informação e Comunicações - Táctico) e países não-NATO, designado de *TACOMS Post 2000*[163], tendo como uma das suas missões definir novos standards para a interoperabilidade de sistemas de telecomunicações emergentes e futuros.

14.2. A infra-estrutura de CSI

Como se sabe, encontra-se em desenvolvimento um projecto no Exército que se designa SIC-T. Este projecto iniciou-se em 2004 e pretende apresentar uma solução de meios de comunicações e sistemas de informação, para assegurar a interoperabilidade em operações conjuntas e/ou combinadas. Este sistema está a ser concebido por uma equipa de militares do Exército Português, e baseia-se em tecnologia *Full IP* e estrutura modular, integrando equipamentos de comunicações militares e COTS[164] *(Comercial Off The Shelf*), que mais não passam de equipamentos comerciais, que são acondicionados em estruturas que lhes conferem alguma robustez e com as vantagens inerentes da redução dos custos. A arquitectura modular do SIC-T permite uma grande flexibilidade no apoio CSI a determinada missão, assim como maior facilidade na manutenção. O SIC-T compreende os seguintes módulos sistémicos[165]: Módulo de Nó de Trânsito (TN), Módulo de Nó de Acesso (AN), Módulo de Centros de Comunicações de Batalhão (CCB) e de Companhia (CCC), Módulo de Ponto de Acesso Rádio (PAR) e Módulo de *Rear Link*. Os equipamentos existentes nos módulos do SIC-T são bastante diferenciados como equipamentos de rede (routers, switchs, servidores, *gateways*), equipamentos de cifra, sistemas de Feixes Hertzianos, rádios de banda larga, centrais telefónicas IP e outros, assim como a integração de equipamentos, como telefones analógicos em ambiente IP e centrais telefónicas convencionais. A interligação entre os módulos é efectuada através de ligações redundantes, de modo a garantir a sobrevivência do sistema recorrendo a diversas tecnologias, como a

[163] Ver http://www.tacomspost2000.org
[164] Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Commercial_off-the-shelf
[165] Ver relatório final do "Projecto Inicial de Implementação do sistema de Informação e Comunicações Táctico (SIC-T), 20 de Novembro de 2006.

fibra óptica, HDSL[166] (*High-Bit-Rate digital Subscriber Line*) e feixes hertzianos. O módulo *Rear Link* dispõe de SATCOM (*Satellite Communications*) e comunicações em HF[167] (dados e voz). Este módulo permite que uma força possua comunicações destacáveis e projectáveis, sendo cumpridos desta forma os requisitos de aprontamento da NRF.

Como está preconizado nos critérios da NRF, se a força for projectada para locais onde há deficiente cobertura de meios SATCOM poder-se-ia dotar a unidade NRF de meios TACSAT, permitindo comunicações tácticas seguras (certificadas pela NATO) de voz e dados substituindo outros meios CSI. Contudo, estes meios não fazem parte da arquitectura SIC-T.

Actualmente, a Equipa de Projecto do SIC-T encontra-se a desenvolver capacidades nos módulos do SIC-T, para que estes estejam em consonância com os padrões das redes de comunicações de dados adoptadas pela NATO. Através destes módulos, vai ser possível aceder a redes UNCLASSIFIED (UNCLASS), MISSION SECRET (MS) e NATO SECRET (NS), recorrendo a equipamentos de cifra e outros requisitos NATO. Pretende-se que até ao nível Batalhão seja possível o acesso a estas três redes, assim como a existência de um ponto de interoperabilidade com a NATO e sistemas de comunicações de outros países da Aliança. O módulo do Centro de Comunicações de Batalhão existente na arquitectura do SIC-T dispõe destas três redes. Nas companhias está somente previsto o acesso às redes MS e UNCLASS.

Na Brigada Mecanizada o sistema que serviu de suporte de comunicações ao aprontamento do Agrupamento Mecanizado NRF 12 foi baseado em ligações de feixes hertzianos utilizando os rádios multicanal FM-200 interligados com uma central telefónica digital de campanha P/CD-132 e um router Cisco 1600, disponibilizando o acesso à rede de dados do Exército e *internet*, com uma largura de banda máxima de 128 Kbps, bem como à rede telefónica. Esta capacidade encontrava-se somente disponível ao nível do comando do Agrupamento.

Devido à constituição modular do SIC-T, adaptável a cada situação e dar suporte a comunicações seguras, este deve ser o sistema de CSI utilizado por um Agrupamento NRF durante as fases de aprontamento, *stand-by* e possível projecção, devendo dotar-se o Agrupamento de um Centro de Comunicações de Batalhão e módulo de *Rear Link* e as companhias de manobra dos respectivos Centros de Comunicações de Companhia.

[166] Ver definição em http://pt.wikipedia.org/wiki/HDSL
[167] HF é a sigla para o termo inglês High Frequency (Alta Frequência) que designa a faixa de radiofrequências de 3 a 30 MHz.Sigla para Alta Frequência (*High Frequency*).

14.3. O Sistema de Comando e Controlo

Também a nível dos Sistemas de Informação para Comando e Controlo existe um grupo de trabalho que se designa de MIP[168] (*Multilateral Interoperability Program*). Este grupo de trabalho é constituído por um conjunto de países e tem como objectivo conceber Sistemas de Informação para o Comando e Controlo interoperáveis, que agilizem o Processo de Decisão Militar permitindo também conduzir simultaneamente, operações combinadas/multinacionais. O Sistema de Informação para Comando e Controlo do Exército (SICCE) é um sistema português desenvolvido no Exército, pertencendo também ao MIP como membro associado, sendo de destacar o SICCE, como um dos sistemas mais interoperáveis, tendo já participado em diversos exercícios multinacionais como o *Combined Endeavor*[169].

Durante o aprontamento do Agrupamento Mecanizado NRF 12, houve a possibilidade de trabalhar em operações com o SICCE sendo possível ao Comandante e seu Estado-Maior visualizar a *Common Operational Picture*[170], assim como a *Situation Awarness*[171], podendo tomar as suas decisões com base nesta informação disponível. Embora o Agrupamento Mecanizado NRF 12 integrasse uma Brigada Mecanizada Espanhola, não houve possibilidade de fazer este tipo de testes entre o SICCE e o homólogo espanhol (SIMACET), mesmo sabendo à partida que estes sistemas são interoperáveis, porque já foram realizados testes de interoperabilidade entre os dois pelo MIP. Contudo, seria desejável realizar a interligação entre os sistemas durante a fase de aprontamento correspondente à certificação internacional. Deveria também existir um sistema instalado em viaturas que permitisse fazer o *tracking* das mesmas, assim como a actualização em tempo real da posição de cada uma, de forma a controlar-se os movimentos e facilitar a navegação a quem se desloca nas viaturas.

[168] Ver http://www.mip-site.org/
[169] Ver https://combinedendeavor.com/index.php
[170] Ver definição em http://en.wikipedia.org/wiki/Common_operational_picture
[171] Ver definição em http://en.wikipedia.org/wiki/Situation_awareness

14.4. Os meios de comunicações VHF[172]

Um dos critérios de aprontamento de uma força NRF, refere que esta deve possuir meios capazes de operar em ambientes degradados de Guerra Electrónica. Como se sabe, a Brigada Mecanizada dispõe ainda de meios rádio americanos da família AN/VRC-12[173], para além do AN/VRC 64 e o PRC-68 (baixos escalões), assim como meios portugueses da família do P/PRC-425 e P/PRC-501 (baixos escalões). Estes meios rádio operam na banda do VHF, em frequência fixa, não permitem comunicações seguras e encontram-se por isso obsoletos. Nos meios americanos referidos anteriormente, torna-se cada vez mais difícil a sua manutenção pela escassez de sobressalentes, devido ao tempo de serviço dos mesmos. Para colmatar esta lacuna o agrupamento NRF 12 deveria ter sido dotado de meios P/GRC-525, visto que estes permitem comunicações seguras (COMSEC[174]) e através de tecnologia de *Frequency Hopping* (TRANSEC[175]) é possível continuar a operar mesmo com uma acção ofensiva de Guerra Electrónica ou em ambientes onde existem interferências electromagnéticas. Para além disso, os meios P/GRC-525 permitem comunicações de dados seguros, sendo estes uma mais-valia no campo de batalha actual.

A nível dos baixos escalões existe uma grande lacuna em termos de comunicações. Quando as forças apeiam das viaturas mão de dispõem de comunicações de forma a garantir a ligação, visto os meios de comunicações encontrarem-se instalados nas viaturas. No que concerne aos meios ao nível de secção e pelotão, os meios PRC-68, assim como os meios P/PRC-501, estão obsoletos. Os alcances disponibilizados por estes meios são reduzidos, a autonomia é diminuta e não dispõem de comunicações seguras. Actualmente, existem equipamentos para os baixos escalões compatíveis com os P/GRC-525[176] permitindo explorar todas as suas valências, como as comunicações seguras, a transmissão de dados e posicionamento através do receptor GPS[177] incorporado no equipamento.

[172] VHF é a sigla para o termo inglês Very High Frequency (Frequência Muito Alta) que designa a faixa de radiofrequências de 30 a 300 MHz.
[173] Ver http://www.columbiaelectronics.com/an_vrc_12_radio_set.htm
[174] Ver http://en.wikipedia.org/wiki/COMSEC
[175] Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Transmission_security
[176] Ver http://www2.rohde-schwarz.com/product/M3TR.html
[177] Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Global_Positioning_System

14.5. Conclusões

Desta forma, a utilização dos módulos do SIC-T no aprontamento e projecção de um Agrupamento NRF seria uma excelente opção, dadas as suas capacidades. Contudo, haveria necessidade de restruturar os Quadros Orgânicos de Pessoal, visto que era necessário dispor de um maior número de pessoal especializado na parte de manutenção/operação de sistemas e redes de dados.

Com as soluções apresentadas anteriormente, era possível aprontar um agrupamento NRF que obedecesse aos critérios de aprontamento de uma NRF, em termos de CSI.

Cap Tms Pedro Grifo

15. O Treino Físico no AgrMec/NRF 12

15.1. Introdução

O treino físico durante a NRF 12 pretendeu, de acordo com o Anexo H da Directiva N.º 01 do AgrMec/NRF 12, executar um programa motivante e adequado ao treino operacional, através de sessões sequenciais, regulares, diversificadas e de dificuldade progressiva, garantindo a aptidão física necessária para o cumprimento das diversas missões, e contribuindo para o desenvolvimento do espírito de corpo, espírito de sacrifício e disciplina, de forma a sustentar e credibilizar o treino colectivo.

O seu planeamento teve como referência o Regulamento de Educação Física do Exército, que define a Educação Física Militar como "o conjunto de actividades inseridas no Sistema de Instrução do Exército (SIE), que visam contribuir para preparar física, psíquica, social e culturalmente os militares, numa perspectiva de formação global do homem, e que, concorrendo para o fortalecimento do seu moral, tornam-nos mais aptos para o desempenho das missões que lhes possam vir a ser confiadas" (REFE, 2002:2). Procura ainda respeitar alguns dos princípios nele explanados, tais como: a progressividade, complementaridade, continuidade, adequabilidade, segurança, oportunidade e motivação, incidindo sobre dois factores de treino: a resistência e a força.

A implementação da referida directiva nasce da necessidade de sistematizar e uniformizar o treino físico semanal desta força, tendo em consideração as especificidades do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado e do 1º Esquadrão de Carros Combate, e prevê a aplicação de Treino Físico de Aplicação Militar (TFAM) e Treino Físico Geral (TFG), este último posto em prática através de um programa de "Microciclos Semanais", que será explicado mais a frente.

15.2. Treino Físico de Aplicação Militar

A sua aplicação incluiu: Ginástica de Aplicação Militar (GAM), Marcha e Corrida (MARCOR), Percursos de Aplicação Militar, Técnicas de Transposição de Obstáculos, Marcha Forçada (MARFOR), procurando-se introduzir Corrida com Botas e MARCOR com Equipamento.

No caso da GAM e da MARCOR foram usadas como referência as tabelas existentes no REFE. No âmbito dos Percursos de Aplicação Militar foram realizadas no total 5 actividades que, para além de uma grande componente física, incluíam a componente de combate e transposição de obstáculos, visando o fortalecimento dos princípios e

características do TFAM. Foram realizadas a nível de Batalhão 2 competições: RINO 07 e RINO 08, que contaram com a participação de 2 UES por companhia (1 Oficial, 1 Sargento e 5 Praças), e a nível de Companhia 3 competições.

No que se refere às técnicas de transposição, a aquisição de materiais pelo Batalhão e a introdução do treino destas técnicas no Campo Militar de Santa Margarida, utilizando a Torre de Observação do Delta D. Pedro, permitiu aumentar a frequência do mesmo e ao mesmo tempo diversificar o tipo de técnicas treinadas. Ainda neste âmbito, todas as Companhias tiveram oportunidade de se deslocar à Escola Prática de Infantaria e de forma integrada com o treino de Áreas Edificadas, aperfeiçoar as técnicas já adquiridas e praticar outras, só possíveis com as infra-estruturas disponíveis da Aldeia de Camões.

Em relação à MARFOR, pareceu-nos que o que está previsto no REFE não se adequa á exigente realidade da nossa Força. Desta forma, e tendo como premissa base que todos os militares executam a MARFOR equipados e armados, transportando na sua mochila individual todos os artigos para mais de 24h, procuraram-se implementar os valores demonstrados da Tabela 1, que fazem variar a distância percorrida com a velocidade média de execução da MARFOR.

Distância (Km)	**Velocidade (Km/h)**
1 Marcha de 12Km	Entre 4Km/h e 5Km/h
1 Marcha de 12Km	Entre 6Km/h e 7Km/h
1 Marcha de 16Km	Entre 4Km/h e 5Km/h
1 Marcha de 16Km	Entre 6Km/h e 7Km/h
1 Marcha de 20Km	Entre 4Km/h e 5Km/h
1 Marcha de 20Km	Entre 6Km/h e 7Km/h
1 Marcha de 26Km	Entre 3Km/h e 4Km/h

Tabela 1 – Quadro de Referência para execução de MARFOR da NRF 12

Fruto do empenhamento operacional e procurando respeitar o princípio da continuidade e progressividade do treino físico, a integração e sustentação do treino colectivo da força, e no sentido de facilitar a adaptação às solicitações do combate, procurou-se implementar duas novas actividades de treino, não previstas no REFE: Corrida com Botas e MARCOR com Equipamento. Podemos observar na Tabela 2 e Tabela 3 abaixo, os valores de referência utilizados.

SESSÃO	DIST. (Km)	TEMPO (min)
1	4	30’
2	5	35’
3	6	40’
4	7	45’
5	8	50’
6	9	55’
7	10	60’
8	11	65’
9	12	70’
10	13	75’

Tabela 3 – Quadro de Referência para execução de
Corrida com Botas da NRF 12

SESSÃO	DIST. (Km)	TEMPO (min)
1	6	40’
2	7	45’
3	8	50’
4	9	55’
5	10	60’
6	11	65’
7	12	70’
8	13	75’
9	14	80’
10	15	85’

Tabela 2 – Quadro de Referência para execução de
MARCOR com Equipamento da NRF 12

Por último é importante referir que foi criado um mecanismo de avaliação e controlo das alterações e implementações promovidas no planeamento e execução do TFAM da NRF 12, tendo sido desenvolvida para o efeito uma grelha de controlo das mesmas. Com este documento pretendia-se recolher dados quanto à aplicação das actividades propostas, bem como o feedback dos comandantes intervenientes e, promovendo as alterações necessárias, procurar optimizar e uniformizar o treino na NRF 12.

15.3. Treino Físico Geral – “Microciclos Semanais”

Ao servir-se do Regulamento de Educação Física do Exército como principal referência, este planeamento garante aos instrutores das sessões de treino físico mais um instrumento de consulta, que visa não só a observância de regras e princípios fundamentais de execução de cada exercício, como do ponto de vista técnico permite executá-los de forma correcta. Este facto aliado ao conhecimento das estruturas e meios disponíveis na Unidade

permite tirar o máximo partido das sessões de treino físico, conferindo às mesmas sentido de oportunidade e segurança.

Este modelo permite variar o treino com o número de dias úteis disponíveis por semana para a prática de treino físico, adaptando o objectivo e a intensidade do treino, garantindo assim a progressividade semanal. Ao mesmo tempo garante a complementaridade do treino, porque procura em sessões sucessivas alternar os grupos musculares solicitados, ou solicitando os mesmos grupos musculares, desenvolver outras capacidades musculares trabalhando a diferentes intensidades. Isto permite em primeiro lugar criar condição física de base equilibrada, e em segundo lugar o seu desenvolvimento gradual, garantindo assim a continuidade do treino e a adequabilidade.

Todos estes factores, em conjunto, evitam a monotonia das sessões de treino físico, motivando instrutores e instruendos. Ambos encaram as sessões de treino físico como um desafio: os instrutores procurando obter o máximo de participação e entrega dos instruendos, e os instruendos encarando a sessão como um desafio às suas capacidades, dando o máximo de si na execução de cada exercício.

O modelo incide sobre os factores de treino força e resistência. Estes são os dois factores de treino que permitem maior evolução com efeitos mais prolongados no tempo e são os dois factores de treino fundamentais para o desempenho da profissão militar.

Podemos observar na Tabela 4 e Tabela 5, o planeamento do treino físico para uma semana com 3 dias úteis, e para uma semana com 5 dias úteis, respectivamente:

Nº Dias	Nº Sessão	Objectivo	Intensidade	Actividade	Referência
3	1	RESISTÊNCIA	MÉDIA/BAIXA	Corrida Contínua ou MARCOR	MARCOR – R.E.F.E.
	2	FORÇA	GRADUAL	Treino em Circuito ou Ginásio (corrida entre 20 a 30min, de baixa intensidade)	T.C. – R.E.F.E.
	3	GERAL	GRADUAL	GAM	G.A.M. – R.E.F.E.
				Treino Físico Geral	T.F.G. – R.E.F.E.
				Desportos (10 a 15min de exercícios gerais)	----------

Tabela 4 – Planeamento do Treino Físico Semanal, para 3 dias úteis da NRF

Nº Dias	Nº Sessão	Objectivo	Intensidade	Actividade	Referência
5	1	RESISTÊNCIA	MÉDIA/BAIXA	Corrida Contínua ou MARCOR	MARCOR – R.E.F.E.
	2	FORÇA	GRADUAL	Treino em Circuito ou Ginásio (corrida entre 20 a 30min, de baixa intensidade antes do exercício)	T.C. – R.E.F.E.
	3	GERAL	GRADUAL	GAM	G.A.M. – R.E.F.E.
				Treino Físico Geral	T.F.G. – R.E.F.E.
				Desportos (10 a 15min de exercícios gerais antes de iniciar a prática da modalidade)	----------
	4	RESISTÊNCIA	MÉDIA/ ELEVADA	Corrida Contínua ou MARCOR	R.E.F.E.
				Séries	----------
				Fartlek	R.E.F.E.
	5	RESISTÊNCIA	MÉDIA/BAIXA	Corrida Contínua	----------
				Piscina	----------

Tabela 5 – Planeamento do Treino Físico Semanal, para 5 dias úteis da NRF 12

Nos dois exemplos apresentados, verificamos a aplicação dos princípios em anteriormente explicados. Falta contudo, apresentar o conceito de intensidade do treino, o tipo de actividades e as referências utilizadas[178].

Quanto ao conceito de intensidade do treino, este varia de acordo com o grupo de militares que o executa. O que se pretende é que o instrutor, qualquer que seja o escalão, ajuste a intensidade à condição física e nível de cansaço dos Homens que constituem a sua força, tendo em atenção a progressividade semanal (ex.: a intensidade do treino de uma secção de atiradores ministrada por um comandante de secção é diferente da intensidade do treino de uma Companhia dado pelo seu Comandante).

O tipo de actividades propostas, constam na sua maioria do manual utilizado como referência para este modelo. Para as actividades em que isto não se verifica, tornou-se necessário criar uma referência para a execução destes exercícios, como podemos observar na Tabela 6, que remete para o treino de Séries.

Objectivo	**Limiar Anaeróbio**		**Potência Aeróbia**		**Tolerância Láctica**		**Potência Láctica**
	Curta Duração I (15'' – 45'')	**Curta Duração II (45'' – 2')**	**Curta Duração I (15'' – 45'')**	**Curta Duração II (45'' – 2')**	**Curta Duração I (15'' – 45'')**	**Curta Duração II (45'' – 2')**	**Curta Duração I (15'' – 45'')**
Proporção Trabalho: Pausa	1 : 1	1 : 1/2	1 : 1	1 : 1/8	1 : 2	1 : 1/2	1 : 1
Intensidade (%)	65% - 80%	65% - 80%	65% - 80%	75% - 90%	85% - 90%	85% - 90%	+ 95%
Duração Total da sessão	(+) 30'	(+) 30'	8' a 12'/série	8' a 12'/série	6' a 8'/série	(-) 30'	(-) 20'
Séries : Repetições	1 a 3 : 30	1 a 3 : 20	3 a 5 : 12	3 a 5 : 6	3 a 5 : 6	1 a 3 : 3	1 a 3 : 3

Tabela 6 – Treino de Séries do modelo "Microciclos Semanais" da NRF 12

[178] Para um estudo mais pormenorizado deste modelo deve ser consultado o Apêndice 2 (Proposta do Treino Físico Semanal) ao Anexo H da Directiva N.º 01 do AgrMec/NRF 12

15.4. Conclusões

Fase ao exposto, parece legítimo afirmar que o Regulamento de Educação Física do Exército, sendo o único documento que regula a prática de actividade física no Exército e por isso o documento de referência nesta matéria, é desadequado à realidade da Força e pouco flexível para uma Força com estas características. Isto põe em causa a legitimidade e legalidade de algumas actividades, que podem ser consideradas fundamentais para a preparação de uma Força, como é o caso da: Corrida com Botas, da MARCOR com equipamento e da MARFOR.

Apesar destas dificuldades, as actividades apresentadas na sua maioria foram postas em prática. No entanto a informação relativa a elas perdeu-se, uma vez que não foi feita a avaliação e optimização de todo o processo.

É fundamental referir a importância que teve para a Força, a aquisição de material de técnicas de transposição, por parte da Unidade. Este facto trouxe grande autonomia à mesma nesta matéria e agilizou processos de treino, que permitiram não só utilizar novas áreas de instrução como diversificar a sua aplicação.

Após a aplicação do programa de treino "Microciclos Semanais" ao longo da NRF 12, podemos concluir que se torna essencial criar factores mensuráveis para uma real avaliação dos resultados obtidos. No entanto, segundo o feedback obtido dos intervenientes, o modelo de treino físico por "Microciclos Semanais" parece adaptar-se às especificidades da Unidade e aos militares que o originaram. Ainda assim, este modelo carece de um período de incremento mais prolongado, visto que a sua aplicação não foi generalizada.

Este modelo procurou sistematizar e uniformizar o treino físico na NRF 12, mas a sua validade não se cinge ao período da NRF 12. Espera-se que este modelo venha a servir como referência e base de trabalho para a preparação de outras Forças.

Ten Inf Marco Silva

Bibliografia

EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2002, *Regulamento de Educação Física do Exército*

PEDAGOGIA, 2007**,** *Apontamentos do Curso de Instrutores de Educação Física Militar*, CMEFD

METEDOLOGIA DO TREINO FÍSICO, 2007, *Apontamentos do Curso de Instrutores de Educação Física Militar*, CMEFD

16. Treino Físico para as Guarnições dos Carros de Combate

16.1. Introdução

O quotidiano do militar e todas as incumbências do que é ser Soldado, são fortemente carregados de uma exigência moral, de grande robustez física e de elevados padrões psíquicos. O Soldado é a base do Exército e a sua aptidão militar é o produto da interacção de qualidades psicomotoras, sociais, culturais e étnicas, que conjugadas com aspectos de natureza táctica e técnica, determinam a aptidão para as diversas tarefas que lhe podem ser confiadas (REFE-2002). Por isso, a componente física não pode, de maneira nenhuma, ser revogada para segundo plano, pois isso criaria um desequilíbrio na formação e preparação do militar.

Este artigo tem assim, por base, demonstrar o esforço despendido pelos Operadores de Carros de Combate (CC) nas tarefas diárias de manutenção e de trabalho de guarnição, demonstrando em termos genéricos todo o esforço a que cada elemento da mesma está sujeito. De seguida compararemos a realidade de treino descrito no Regulamento de Educação Física do Exército (REFE), alusivo à preparação física do comum militar, demonstrando a inadaptação à exigência física das tarefas da Guarnição de Carro de Combate. Por fim tentaremos idealizar um possível plano que se adapte ao "Carrista".

16.2. O dia-a-dia do "Carrista"

O Carro de Combate é um sistema de armas integrado, onde é possível conjugar aspectos vitais para o sucesso no Campo de Batalha como o Poder de Choque e a Protecção, aliados ao Fogo e ao Movimento. A sua conjectura exige um forte e coordenado trabalho colectivo da Guarnição, de modo a rentabilizar todas as suas capacidades.

Nós aqui queremos focar a importância do trabalho diário de uma guarnição, ou seja, o trabalho desenvolvido pelos quatro militares de um CC (Chefe de CC, Apontador, Municiador e Condutor). Não podemos, apesar de tudo, deixar de mencionar o CC M60A3TTS, visto que, todo o trabalho é executado em prol deste, e todo o esforço despendido é alusivo à utilização e manutenção deste equipamento.

Para fundamentar algumas das tarefas, cuja execução exige mais força, tomaremos por base as tarefas de manutenção executadas pelo Operador enumeradas na Lista de Verificação de Serviço de Manutenção Preventiva (LVSMP), a nível de casco, torre, armamento e transmissões. As tarefas operacionais referentes ao rendimento e proveito mais adequado do

CC, carecem também de dispêndio físico ao nível da força, nomeadamente, no municionamento do CC e da peça, no aparelhamento do CC, entre outras.

O dia-a-dia da guarnição do Carro de Combate M60 A3TTS, em tarefas de manutenção de Operador, é caracterizado por um elevado esforço físico. Estas tarefas de guarnição em Ambiente Operacional e Exercícios Tácticos, reduzem o efectivo da Guarnição para dois homens, incumbindo à restante guarnição as tarefas relacionadas com a segurança física e/ou Comando e Controlo. O dispêndio físico reflecte-se a nível aeróbio (actividade de longa duração), assim como o consumo de força pura. A força exercida não resulta apenas da força dedicada ao manuseamento de peças e ferramentas, mas também no trabalho exercido a nível de apertos, alinhamentos, em suma, a todas as actividades de acção/reacção onde a reacção tem que ser sempre superior à acção.

O CC pesa 52 toneladas, distribuídas por todos os equipamentos e peças que o compõem. De seguida vamos explanar alguns pesos de variadas ferramentas, equipamentos ou peças.

O saco de ferramenta (excluindo a ferramenta de peça) pesa 20kg; para unir um trilho é necessário uma alavanca de unhas (8kg), uma marreta (5kg) os dois macacos de trilho (17kg cada), isto em termos gerais; um elemento de trilho pesa 30kg, cada trilho é constituído por 80 a 81 elementos (2400kg a 2430kg); é evidente que a guarnição não carrega todo o trilho, mas para proceder à sua junção é necessário exercer força sobre 10 elementos aproximadamente; uma roda de apoio e o braço da mesma roda pesam 63kg e 105kg respectivamente; o rolete guia pesa 5kg. À rotina diária acrescentamos ainda os equipamentos pesados como a escotilha de emergência, as grelhas superiores e da retaguarda do motor que dão acesso aos óleos.

Relativamente ao armamento do CC, temos a metralhadora pesada M85 12,7mm que pesa 29kg (o cano pesa 7kg) e que tem uma dotação orgânica de 900 munições, a metralhadora M240 7,62mm pesa 10,5kg (o cano pesa 2,5kg) com uma dotação de 6000 munições; na peça, embora não tenha sido pesado, existe a culatra móvel com um peso muito considerável. As munições de CC são manuseadas por um só homem, tendo um peso que varia entre os 18kg (APFSDS-T) e os 22Kg (HEAT-T); o CC tem uma capacidade máxima de 63 munições 105mm.

Existe todo um conjunto de materiais que aqui não foram referenciados, não por não terem importância, mas porque apenas quisemos identificar uma amostra desse mesmo universo.

Todas estas tarefas aqui mencionadas, são difíceis de serem cumpridas por homens com força muscular menos acentuada.

16.3. O treino físico para o "Carrista"

Com estes dados, olhando para o REFE e tendo em conta o tipo de treino físico que nele está preconizado, existe a lacuna de um tipo de treino que desenvolva as capacidades musculares concorrentes para estas tarefas de força do trem superior, para o Operador de CC. O treino de força, a nível do trem superior, é desenvolvido especificamente no treino em circuito. Outra abordagem era referida no MTEFE (Manual Técnico de Educação Física do Exército), agora tratado em Regulamento próprio, alusivo às tropas especiais, nomeadamente exercícios com carga (como os Toros).

Para a quantidade de carga exigida, é necessário adaptar o treino físico militar para a realidade das tarefas de um carrista que não se assemelham com a generalidade dos restantes militares do nosso exército. A não adaptação do treino físico conduz a uma menor capacidade para responder ao trabalho exigido, bem como a não preparação do organismo para esforços superiores aos exigidos, culminado em lesões progressivas a nível muscular e de articulações que mal tratadas, conduzem a lesões crónicas e permanentes.

Como possível solução para este "problema", e no âmbito de apelar a esta realidade do nosso dia-a-dia, sugerimos que no treino semanal, que deve ser quatro vezes por semana, seja inserido, pelo memos, um treino específico ao nível da força e outro ao nível da flexibilidade.

Deveria ser treinada a força pura, nomeadamente do trem superior, visto que deve ser feito reforço muscular ao nível lombar, para evitar lesões nessa zona, ao nível dos membros superiores e ao nível dorsal, para que o militar consiga desempenhar melhor as suas funções anteriormente descritas. Não nos estamos a referir ao aumento da massa muscular (hipertrofia), visto que o espaço no interior da viatura é diminuto para homens com grande compleição física, mas sim ao treino da força/fortalecimento esquelectico-muscular.

Como calendário mensal dividido por semanas, tendo em conta o horário de trabalho da Brigada Mecanizada, ao qual pertencemos, sugerimos o seguinte:

	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
1ª Semana	**Corrida Contínua** (Duração 1h)	**Musculação:** Peitorais, Bíceps e Triceps	**GAM**	**Musculação:** Dorsal, Ombros e Trapézios	**Alongamentos (*)**
2ª Semana	**Fartlek ou Rampas**	**Musculação:** Peitorais, Bíceps e Triceps	**MarCor**	**Musculação:** Dorsal, Ombros e Trapézios	**Alongamentos (*)**
3ª Semana	**Corrida Contínua** (Duração 1h)	**Musculação:** Peitorais, Bíceps e Triceps	**GAM**	**Musculação:** Dorsal, Ombros e Trapézios	**Alongamentos (*)**
4ª Semana	**Cross Promenade**	**Musculação:** Peitorais, Bíceps e Triceps	**MarFor**	**Musculação:** Dorsal, Ombros e Trapézios	**Alongamentos (*)**

(*) Corrida ligeira 15 a 20 minutos seguida de uma sessão de alongamentos 45 a 60 minutos.

Todas as sessões de treino deviam ter a duração aproximada de 01h30', onde contempla a fase preparatória, a fase fundamental e a fase final. O treino de musculação, dividimos em duas sessões, onde se visa trabalhar os músculos de modo a não existir uma sobrecarga muscular. Cada exercício deve ser feito três vezes com carga máxima e poucas repetições. De seguida exemplificaremos alguns exercícios aplicados aos grupos musculares que pretendemos trabalhar em cada sessão:

I - 1ª SESSÃO DE MUSCULAÇÃO

Peitorais:

1º Supino horizontal;

2º Supino inclinado;

3º Aberturas (deitado no banco horizontal/inclinado) com halteres;

4º Pull over.

Bicep's:

1º Curl com halteres;

2º Curl com barra;

3º Curl concentrado com halteres.

Tricep's:

1º Tricep na máquina ou deitado com barra à testa;

2º Tricep com haltere atrás da nuca;

3º Tricep concentrado na máquina ou com halteres.

II - 2ª SESSÃO DE MUSCULAÇÃO

Dorsais:

1º Puxada com barra atrás da nuca (na máquina ou na barra fixa);

2º Puxada à frente com as mãos juntas (na máquina ou na barra fixa);

3º Remo sentado na máquina;

4º Remada com barra ou haltere.

Ombros:

1º Elevação lateral dos ombros com halteres;

2º Press militar (com barra ou halteres);

3º Elevação frontal dos ombros (com halteres ou com barra).

Trapézios:

1º Remada alta com barra;

2º Encolhimento de ombros (com barra ou halteres).

16.4. Conclusões

Em jeito de conclusão há a realçar, que o treino físico deve ser específico para cada situação, assim como para o caso aqui apresentado.

Como exemplo podemos referir o Soldado de Infantaria, que é um homem que necessita de um tipo de treino mais vocacionado para marchas, MARCOR'S, MARFOR'S, pistas de obstáculos, etc, no ponto de vista da sua necessidade de preparação para a missão que lhe é atribuída, no sentido do deslocamento apeado com e sem carga, transposição de obstáculos, deslocamentos de, e para, grandes distâncias, combate próximo apeado, etc.

Por outro lado temos o Soldado Carrista, que necessita de um desenvolvimento da força do trem superior mais acentuado e específico, pois durante a manutenção e operação do Carro de Combate, é muitas vezes solicitado o uso da força muscular pura, para poder desempenhar as suas tarefas.

Não queremos com isto dizer que com este exemplo, o Soldado de Infantaria não necessite também de desenvolver a força, nem que o Soldado Carrista não necessite realizar treino idêntico ao do Soldado de Infantaria. Qualquer militar tem o dever e a obrigação de se manter em perfeitas condições físicas para poder desempenhar a missão que lhe for atribuída, sendo que uma boa condição física militar passa por todos os aspectos aqui referidos, mas numas áreas o seu desenvolvimento deveria ser mais específico e/ou ser implementado.

A não regulamentação desta matéria, provoca um vazio na condução das sessões de treino físico por parte dos Comandantes de Pelotão.

Queremos com isto dizer que a nível de documentação, entendam-se manuais de apoio, e até mesmo ao facto de se poder encarar a musculação como actividade física necessária ao militar, não existe nada de concreto, que sirva de apoio ao Comandante de Pelotão.

Alf Rc Cav João Mangana

17.A Higiene Feminina em Campanha

Os cuidados fundamentais de higiene que devem ser praticados pelo ser humano são efectuados principalmente por duas razões: Beleza e Saúde.

O tema a que nos propomos tratar neste documento, são os cuidados de higiene em termos de Saúde nos militares do sexo feminino. Propomo-nos abordar este assunto dada a regularidade com que temos que lidar com ele, principalmente quando nos encontramos em campanha.

A saúde depende de vários factores tais como, uma boa relação com o meio ambiente em que se vive, a casa, a alimentação, o descanso, a diversão e claro está, as condições de trabalho (Exercícios de campanha). Para nós, militares do sexo feminino que integramos forças como a NRF, deparamo-nos com dificuldades relacionadas com o nosso próprio organismo.

Para que sejam facultadas algumas orientações básicas para prevenir doenças especificamente femininas, resultantes das actividades operacionais e de treino de uma NRF, é imprescindível que todas as mulheres conheçam o seu próprio corpo e tenham noção da sua anatomia. Aprender sobre o funcionamento do aparelho genital ajuda a compreender os sinais, sintomas e transformações que normalmente acontecem a todas nós, permitindo aceitá-los de uma outra forma ou investigá-los e tratá-los quando for necessário.

Dado o organismo da mulher ser substancialmente diferente do homem, é fundamental que as militares, durante as jornadas em ambientes onde é difícil efectuar procedimentos íntimos de higiene, não se desleixem, pois o nosso corpo apresenta potenciais vulnerabilidades, principalmente nos períodos de menstruação.

A menstruação é uma perda de sangue cíclica que resulta da descamação do endométrio (parede que reveste o útero) com uma duração que pode variar entre 2 a 7 dias. Após o

aparecimento da primeira menstruação (menarca), é comum os ciclos menstruais serem pouco regulares, podendo mesmo existir longos períodos sem que ocorra qualquer hemorragia. Existem factores que podem influenciar a duração dos ciclos menstruais ou a quantidade de sangue libertado em cada mês, como por exemplo o stress do combate, as preocupações resultantes de determinadas missões, as mudanças de clima e os hábitos alimentares. É a este ciclo que, vulgarmente se chama, "estar com o período", ou estar menstruada.

Assim sendo a zona genital pressupõe cuidados especiais de higiene tais como:

- Lavagens diárias com sabão ou sabonete neutro. Deve-se ter atenção à partilha dos sabonetes, pois o risco de transmitir uma infecção através de um sabonete, quer sólido quer em gel, é elevado. Deve-se aplicar o sabão na mão e só então na zona íntima, passando depois água em abundância, de preferência morna, uma vez que se estiver muito quente poderá irritar os tecidos vaginais.
- Recomenda-se lavar a genitália após cada evacuação, mas não a cada período urinário.
- Se usarem papel higiénico depois de urinar, deve-se faze-lo SEMPRE no sentido da frente para a retaguarda, nunca ao contrário, evitando assim contaminações fecais na vagina.
- Convém evitar lavagens genitais frequentes e usar roupas justas de tecido sintético. Idealmente a roupa interior nesses períodos deve ser de algodão e larga, já que o calor e a humidade aumenta o risco de infecções e irritabilidade da zona vaginal.
- Durante a menstruação a militar deve escolher um absorvente externo (penso higiénico) ou interno (tampão), de acordo com a intensidade do fluxo. Os absorventes devem ser trocados de acordo com a necessidade e não é recomendável que se ultrapassem mais de 8 horas, principalmente no caso do uso do absorvente interno, caso contrário ficará mais susceptível de contrair uma infecção. Em situações de rusticidade extrema é sempre preferível a escolha do tampão.

Esses factores predispõem ao desequilíbrio da flora vaginal, podendo ocasionar corrimentos ou inflamações.

Nas alturas em que as militares se sujeitam a ambientes aquáticos como permanência em charcos e ribeiras, devem evitar ficar muito tempo com as peças do uniforme e a roupa interior molhadas, pois o ambiente quente e/ou húmido favorece a proliferação de fungos.

Outra razão pela qual se deve ter um cuidado especial com a higiene íntima relaciona-se com odores próprios que a mulher produz nas glândulas sudoríferas (responsáveis pelo suor) da vulva, dado estas produzirem um cheiro característico. É importante que seja feita uma higiene diária e adequada, atendendo aos excessos pois a vagina possui bactérias que a protegem das infecções e que, por isso, não devem ser destruídas!

Uma higiene íntima cuidada não é sinónimo de utilização de produtos anti-sépticos ou irrigações, «uma forma desadequada a que muitas mulheres recorrem para desinfectar a zona vaginal», refere Ana Isabel Machado, ginecologista. É fundamental que a higiene íntima feminina seja realizada duas vezes por dia, uma de manhã e uma à noite, evitando duches vaginais e variados produtos anti-sépticos, agressores da mucosa vaginal. Os produtos indicados para uma boa higiene íntima são, preferencialmente, neutros, pois a vagina tem um pH ácido, entre 3.8 a 4.2. A utilização de produtos com pH diferente pode alterar esta composição e favorecer o aparecimento de bactérias nocivas, ao nível de candidíases e das vaginoses bacterianas. Esses produtos devem apresentar-se com fórmulas sem álcool e sem perfumes agressores.

As infecções urinárias são maioritariamente causadas pela má higienização, ou seja, o hábito de, após micção, utilizar erradamente o papel higiénico.

Quando não temos oportunidade de tomar banho, o que ocorre frequentemente em campanha, recorremos ao uso de toalhetes, tornando-se a higiene mais próxima do banho. Existem no mercado variados tipos de toalhetes, desde os de uso geral, para bebés até aos toalhetes específicos para a higiene íntima.

No entanto, sempre que a militar se aperceber de sintomas tais como irritações, edemas, inchaços, hemorragias, comichões ou até dores de cabeça que lhes pareçam de todo anormais

ao seu ciclo menstrual, devem informar os seus superiores e logo que possível consultar o médico.

Outro hábito de higiene que deve ser mantido pelas militares inseridas neste tipo de missões é, o cuidado nos cabelos, principalmente para quem possui o cabelo comprido, pois o cabelo curto ou muito curto tem uma vantagem indiscutível sobre o cabelo longo: a manutenção. Logicamente que o cabelo muito curto afigura-se como uma solução mais prática, simples e livre de constrangimentos.

No entanto, para as militares que optam pelo cabelo comprido, este deve obedecer a determinados cuidados não só pela sua beleza, mas também devido à sua saúde, pois pode ser um veículo portador de vírus, bactérias e parasitas em grande quantidade. É preciso ter em conta uma série de preocupações diárias tais como a sua lavagem sempre que possível. Quando esta não é possível devido à falta da água, podemos realizar lavagens a seco com champôs secos facilmente encontrados em drogarias e farmácias. A escovagem e uma rigorosa disciplina de atavio com molas elásticas e redes específicas para o cabelo, são também medidas que diminuem substancialmente a exposição às impurezas presentes com maior facilidade no campo.

Concluindo, consideramos fundamental que as militares do sexo feminino que sirvam numa NRF, dediquem a devida atenção aos hábitos de higiene em campanha, de forma a evitarem doenças e a seguirem a sua actividade militar dentro da normalidade.

Texto elaborado pelas militares da 3CAt

Bibliografia

http://juventude.gov.pt/Portal/SaudeSexualidadeJuvenil/TemassSexualidade/NossoCorpo.htm
acedido em 082230JAN09

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/agenda_mulher_miolo.pdf
acedido em 082240JAN09
http://forum.autohoje.com/showthread.php?t=45741
acedido em 090900JAN09

18. Sargento de Pelotão de um Batalhão de Infantaria Mecanizado

Foi-me incumbida a missão de realizar um artigo sobre o Sargento de Pelotão, tarefa que não se revelou tão fácil como inicialmente se fazia prever, pois a documentação sobre essa importante função como veremos ao longo deste texto é muito escassa.

Ao longo deste artigo abordarei a história do Sargento em si, para chegar ao Sargento de Pelotão, referirei algumas das suas funções e por fim e de uma forma sucinta retratarei o sargento de pelotão e seu trabalho.

A palavra "SARGENTO", deriva do Latim "SEVIENTES", aquele que serve ou que auxilia. O termo era usado, na Idade Média, para designar os guerreiros profissionais que não tinham estatuto de Cavaleiro, sobretudo nas ordens militares.[179]

Como posto militar, o Sargento existe há mais tempo que o Exército, como ramo das Forças Armadas. Mesmo antes da criação da primeira organização militar que aparece por volta de 1650[180], já existiam Sargentos-Mores. O Sargento-Mor era o responsável por comandar o Regimento nas manobras. Era superior ao de Capitão e inferior ao de Tenente-Coronel.

Nesse tempo, os restantes Sargentos eram designados Oficiais Inferiores. Os Sargentos-Mores eram os responsáveis pela preparação militar dos homens em geral, gozando de elevada reputação social.

Na época, os nobres de quatro linhagens que entravam no Exército eram considerados Oficiais Maiores. Os não nobres que ingressavam no Exército entravam como Soldados. Destes, os que se destacavam eram promovidos a Sargento ou seja Oficial Inferior, posteriormente a Alferes e Capitão que eram os Oficiais Subalternos e Sargento-Mor que nessa altura era considerado posto de Oficial Superior.

Em Portugal, no tempo do Marquês de Pombal foi contratado o General alemão Guilherme de Schaumburg-Lippe[181], com o encargo de restituir à instituição militar o brio combativo de outros tempos. Este General, através do seu Decreto de 16 de Fevereiro de 1764, criou a Academia Real Militar e passou o Sargento à condição de Oficial Inferior tendo ele a competência de responder pelas Companhias, determinando também que eles deveriam saber ler e escrever correctamente, porque o Oficial Comandante poderia não o saber por ser

[179] Retirado do www.pt.wikipedia.org
[180] A primeira organização militar foi o Terço da Armada.
[181] Nomeado Marechal-General do Exército Português para campanha contra a Espanha e a França em 1762.

fidalgo. Para se ser promovido ao posto de Alferes e poder frequentar a Escola de Oficiais era necessário ser Sargento.

Até 1976 o Primeiro-Sargento era o Sargento mais graduado de uma Companhia, ao qual competia a administração da mesma. Desde então é apenas o Sargento mais graduado de um Pelotão ou seja o Sargento de Pelotão.

As funções do Sargento de Pelotão podem variar consoante o Pelotão em que desempenha funções, pois o Sargento de Pelotão de um Pelotão de Atiradores, tem garantidamente funções diferentes do de um Pelotão de Apoio e estão dentro da mesma Companhia. Se formos ver outros Pelotões existentes num Batalhão de Infantaria Mecanizado como o Pelotão de Transmissões, ou o Pelotão Sanitário essas diferenças serão ainda mais notadas. Mas há um conjunto de funções, chamemos-lhe base, que são comuns a todos os Sargentos de Pelotão, que eu vou passar a descrever:

- O Sargento de Pelotão é o braço direito do Comandante de Pelotão e ao mesmo tempo o primeiro auxílio dos Sargentos do Pelotão;
- É o conselheiro do Comandante de Pelotão;
- Na falta do Comandante de Pelotão é ele que assume o comando do Pelotão;
- A nível táctico deve estar sempre em contacto com o Comandante de Pelotão, mas sempre fisicamente afastado do mesmo para que seja mais difícil uma fatalidade afectar os dois em simultâneo;
- É responsável pelos materiais, bem como viaturas do Pelotão devendo sempre estar pronto a prestar esclarecimentos sobre os mesmos ao Comandante de Pelotão;
- É responsável por manter armamento e equipamento operacionais e sempre que o mesmo não se evidencie deve tomar as respectivas diligências.
- Deve conhecer de uma maneira específica cada militar do seu Pelotão;
- Deve conhecer a situação administrativa dos militares do seu Pelotão e zelar para que esteja sempre em ordem, fazendo uma ponte entre os homens e a Companhia.

- É responsável por distribuir a alimentação ao seu pelotão em exercícios.
- É responsável pelas escalas de serviço dentro do Pelotão.

Resumindo, é o responsável pelo pessoal e materiais do Pelotão, mas para melhor elucidar esta tarefa vou relatar as tarefas de um Sargento de Pelotão de um Pelotão de Atiradores Mecanizado num pequeno exercício táctico de mecanizados, pois é esta a minha função:

- **Antes do exercício**
  - ✓ Participar na Ordem de Operações, aconselhando o Comandante de Pelotão na manobra e executando o campo Nº5 da mesma - Comando e Transmissões;
  - ✓ Prepara informação necessária para fornecer aos Comandantes de Secção durante o exercício, tais como relatórios, NEP'S[182], e esboços;
  - ✓ Verifica os elementos do Pelotão que estarão presentes no exercício, informa-se sobre eventuais ausências tais como prestar provas para algum curso ou consultas externas;
  - ✓ Informa os quantitativos de pessoal ao Sargento de reabastecimentos para ele poder controlar a alimentação bem como deslocamentos administrativos no caso dos militares terem de se ausentar;
  - ✓ Fazer a requisição de equipamento, armamento, munições e transmissões do Pelotão e supervisiona o seu levantamento;
  - ✓ Verificar estado das viaturas e garantir a correcta abertura dos boletins de serviço;
  - ✓ Verificar que nada é esquecido ao nível da segurança nos deslocamentos da viatura.
- **Durante o exercício**
  - ✓ Nos deslocamentos nunca se deslocar na viatura do Comandante do Pelotão;
  - ✓ Chegado ao local do exercício verificar se o local onde os elementos do Pelotão irão permanecer tem as condições mínimas, e durante a estadia zelar pela limpeza e arrumação do mesmo;
  - ✓ Participar nos treinos tácticos exercendo as suas funções de Sargento de Pelotão que é a dum segundo comandante da força;
  - ✓ Zela para que todos os elementos do Pelotão recebam a sua alimentação, sendo o último do Pelotão a receber a mesma;

[182] Normas de Execução Permanentes

- ✓ Elabora as escalas do Pelotão, planos alerta repouso e outros que possam ser necessários;
- ✓ Manter-se a par do estado do pessoal, material e viaturas;
- ✓ Em caso de instrução participar na mesma e supervisiona a instrução dos Comandantes de Secção;
- ✓ Antes do regresso do exercício verificar materiais e o estado de limpeza da área do Pelotão.

- **Depois do exercício**
  - ✓ Verificar o fecho dos boletins de serviço;
  - ✓ Supervisiona o abastecimento das viaturas, bem como a sua limpeza e lubrificação;
  - ✓ Supervisiona a limpeza dos materiais, armamento e equipamento colectivo do pelotão e assim que pronto entrega;
  - ✓ Fazer um apanhado de tudo o que foi danificado durante o exercício, nomeadamente equipamento e armamento individual, equipamento e armamento colectivo, transmissões e faz as respectivas participações;
  - ✓ Caso alguma das viaturas se encontre INOP ou danificada levá-la ao Sargento de Manutenção da Companhia fazendo-se acompanhar da 2404 da viatura.

Sucintamente e não alargando muito na parte táctica pois cada missão é uma missão e em todas elas o Sargento de Pelotão tem o seu papel específico, são estas as principais preocupações durante um exercício.

Falando agora no que decorreu deste último ano em que participámos na NRF12 [183] há aspectos a referir sobre esta função. Nomeadamente, houve Pelotões que permaneceram longos períodos sem Sargento de Pelotão devido à falta de pessoal. Segundo o que consegui apurar a dificuldade foi essencialmente sentida nas Companhias de Atiradores, tendo esta falha sido colmatada delegando as funções no Comandante de Secção mais antigo. Eu própria passei por essa situação e posso dizer que é complicado ter o

[183] NRF12 – NATO RESPONSE FORCE 12 executada pelo Agrupamento Mecanizado

comando da Secção e ter de controlar materiais do Pelotão, viaturas e a parte administrativa das praças do Pelotão. Felizmente, com a ajuda dos restantes Comandantes de Secção tudo se foi realizando e foi possível cumprir todas as tarefas que ao Pelotão foram incumbidas.

Para finalizar este pequeno artigo quero apenas dizer que o Sargento de Pelotão é uma função que muitas vezes não se vê pois ele está sempre na retaguarda e por vezes não se lhe dá o devido valor, mas sem o seu trabalho, as suas preocupações e o seu controle tudo é mais difícil num pelotão. GARANTIDAMENTE.

1Sar Inf Ana Magina

19.Ser Profissional!!! O que significa

"Ask not what your country can do for you - ask what you can do for your country."

John Kennedy

Presidente dos Estados Unidos

20Jan61

Este artigo resulta de uma reflexão feita pelo autor com vista a poder transmitir a todos os militares que se apresentavam na subunidade, o que pretendia de cada um deles de uma forma concreta e precisa. Tem por base algum conhecimento teórico obtido pelo autor ao longo da sua formação nos diferentes cursos da Arma de Infantaria, bem como a leitura de alguma documentação nacional e estrangeira sobre o assunto.

Foi com base neste quadro, que o autor avaliou, escalonou e emitiu opiniões sobre os seus subordinados, durante mais de 2 anos em que comandou a 3ª Companhia de Atiradores Mecanizada.

As ideias aqui expostas produzem bons frutos, se os Camaradas a quem se destinam estiverem predispostos a aceitá-las e a pô-las em prática de uma forma pró-activa. E tem por base as virtudes militares, nomeadamente a camaradagem, o espírito de corpo, a lealdade e a disciplina aceites e praticadas de forma natural e consciente.

Para os Camaradas "ocupacionais", que nada mais vêm na vocação militar se não uma fonte de rendimento e bem-estar preferencialmente fácil, e que infelizmente ainda continuam a Formar ao nosso lado, nem este artigo nem nenhum outro farão qualquer sentido.

Numa altura em que se fala tanto de "profissionalismo" e de "ser profissional", há necessidade de definir e delimitar o que significam estes conceitos. De acordo com o dicionário, profissionalismo é: "*s. m., conjunto de profissionais, seu modo de ver e de proceder; carreira de profissional; característica global do trabalho dos profissionais.*"[184].

[184] De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa ON - LINE

Ao passo que profissional é: "*s. m., pessoa que tem conhecimentos da sua profissão, especialista.*"[185]

No nosso dia-a-dia, ser profissional ou actuar com profissionalismo na nossa perspectiva, é a conjugação de quatro virtudes militares para as Praças e mais uma para os Oficiais e Sargentos. Assim, uma Praça profissional é aquela que possui em si as características da competência técnica, da aptidão física, da disponibilidade e da iniciativa. Um Oficial ou Sargento, profissional, é aquele que aglutina as características anteriores, com liderança. Se, para as Praças, poderemos afirmar que as características têm todas o mesmo peso relativo, já para os Oficiais e Sargentos, a liderança deverá estar a montante de todas as outras, mas sendo também como que um produto de todas elas.

Vamos agora fazer uma breve análise de cada uma das características apresentadas.

19.1. Competência técnica

Todo o profissional militar deverá fazer um esforço constante para ser um especialista exímio. Assim, esta característica é transversal a todas as actividades desenvolvidas por nós e pode ser espelhada nas mais diversas situações: desde uma cuidada apresentação e aprumo demonstrada numa Formatura; ao fazer uma carta de tiro de metralhadora correctamente; ao preparar adequadamente a sessão de formação que vai ser ministrada à secção ou ao pelotão.... . Poderá ser ainda ampliada nos Oficiais e Sargentos, dado que " nunca ninguém sabe tudo dobre um determinado assunto", logo deverão fazer um esforço acrescido para procurar saber mais, não se contentando com o que é considerado normal, ou com o "sempre se fez". Para as Praças, a aplicação desta característica vai no sentido de se esforçarem por aprender o máximo sobre determinada matéria e praticarem insistentemente determinada tarefa de forma a atingirem se possível, a perfeição.

[185] Idem

19.2. Aptidão física

De acordo com o Regulamento de Educação Física do Exercito (REFE), a aptidão física é definida como: *"um conjunto de qualidades físicas, psicológicas, sociais e culturais que, assentes na prática permanente do exercício físico e influentes na estruturação do seu comportamento motor, se consideram indispensáveis ao desempenho das diferentes missões que lhe podem ser confiadas."*[186] . A aplicação prática deste conceito, na subunidade que o autor comandou no âmbito das actividades de educação física militar, implicava conseguir superar com sucesso todos os desafios impostos em sessões de companhia, ou, não o conseguindo, demonstrar um esforço permanente (quer em actividades durante o horário de serviço, quer fora deste) para tentar atingir os objectivos estabelecidos pela companhia, normalmente com um nível de exigência superior ao estabelecido, para o cumprimento das Provas de Aptidão Física com êxito.

19.3. Disponibilidade

Para ser Profissional numa subunidade operacional, é preciso dedicar tempo e concentração ao treino. Os horários de treino, muitas vezes não se coadunam com uma vida regular do tipo "das nove às cinco", sendo exigido muito mais. De acordo com o programa de treino definido pelo Agrupamento Mecanizado/NRF12, na sua directiva nº1 de 2008 e posteriormente restabelecido pelo autor na sua subunidade, duas a três semanas por mês, de segunda a quinta feira são passadas fora da Unidade, em ambiente de campanha para desenvolver actividades de treino. Poder-se-á questionar o porquê de uma dinâmica como esta. Mas, a resposta é dada pela experiência adquirida ao longo de mais de oito anos de trabalho na Unidade, e que demonstram, que só em ambiente de campanha, fora do quartel, é que os quadros e as tropas tem as condições físicas, os meios e as condições psicológicas ideais para conduzir actividades de treino.

[186] Capítulo 1 – 102 do REFE

19.4. Iniciativa

Ser profissional implica necessariamente ser pró-activo. Deverá ver em cada adversidade ou situação nova, uma "janela" de oportunidade para melhorar a Instituição em que se insere, propondo através da cadeia de comando soluções inovadoras para cada situação. Situações passivas, do género " sempre se fez assim", ou " isto é muito complicado, vale mais não se mexer" deveriam ser arredadas do espírito e da mente do militar profissional. Só os "ocupacionais" têm pensamentos deste género.

No ambiente operacional em que vivemos, cada vez mais os Comandantes aos mais baixos escalões, são chamados a tomar decisões que poderão ter repercussões gigantescas. Razão pela qual a iniciativa deverá ser estimulada e orientada no sentido do bem comum de toda a força.

19.5. Liderança

"*An **Army leader** is anyone who by virtue of assumed role or assigned responsibility inspires and influences people to accomplish organizational goals. Army leaders motivate people both inside and outside the chain of command to pursue actions, focus thinking, and shape decisions for the greater good of the organization.* "[187]

Como já tínhamos referido, para os Oficiais e Sargentos tem que ser acrescentada mais uma qualidade para se ser profissional, que é a liderança. Poderemos dizer de uma forma sucinta, que a liderança é a capacidade que um comandante tem para levar os seus subordinados a praticar determinada acção, por mais difícil que seja, de uma forma livre e espontânea, apenas porque reconhecem competência e autoridade para determinar essa acção. Pressupõe a não utilização de medidas de coação para a obtenção de determinado fim. Esta ascendência é incrementada por todas as outras características apresentadas anteriormente.

[187] FM – 6- 22 ARMY Leadership, Capítulo 1- 1-2

Ou seja, não conseguirá ser um bom líder quem não tiver competência técnica, aptidão física, disponibilidade e iniciativa, por sua vez um bom líder potencia todas estas características. Aos baixos escalões, a liderança é feita pelo exemplo, daí que o líder profissional é aquele que se constitui num exemplo para os seus subordinados. Esta característica, podendo ter algo de inato, consegue ser aprendida, treinada e desenvolvida. Tem que ser o mote que distingue os Oficiais e Sargentos das Praças.

Num tempo em que tanto se fala de reivindicações de direitos quer na sociedade em geral, quer na Instituição em particular, deveremos fazer uma transcrição da frase do Presidente KENNEDY para a nossa Instituição. No nosso entender, militar profissional é aquele que desenvolve um espírito crítico de duplo sentido, ou seja, em primeiro lugar deverá fazer uma introspecção constante, a fim de saber se, naquele dia, como em todos os outros em que vestiu a Farda deu o melhor de si à instituição: " será que me esforcei por saber desmontar bem a minha arma?"; "será que sei fazer correctamente o esboço da minha secção?"; será que planeei bem a sessão de educação física militar que vou ministrar ao meu pelotão?"... .Só tendo a consciência tranquila de que o seu dever foi cumprido da melhor forma que sabia e podia, é que se deverá interrogar sobre " o que a Instituição poderá fazer por mim".

Como se verifica pelo exposto, ser um militar profissional não é algo fácil. Requer um gosto, dedicação e empenho constante, muitas vezes com sacrifícios do seu bem-estar pessoal e familiar. No entanto, é na nossa opinião, a única forma de estar na Instituição.

Foi este o quadro de referenciais que o autor procurou transmitir e exigiu a todos os militares com quem trabalhou, na 3ª Companhia de Atiradores do Agrupamento Mecanizado NRF 12. Felizmente a esmagadora maioria dos militares foi profissional. Os outros, não tiveram lugar entre os "Tigres".

Cap Inf António Marques

Bibliografia

Monografias

DIRECTIVA Nº 01-08/AgrMec/NRF 12, 07Jan08

FM – 6-22 - *Army Leadership* Headquarters, Department of the Army, Washington, DC, 12 October 2006

REGULAMENTO EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO (REFE), Estado-Maior do Exército, Lisboa, 22 de Novembro de 2002

Internet

http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx, consultado a 07JAN09

http://www.famousquotes.me.uk/speeches/John_F_Kennedy/5.htm, consultado a 07JAN09

20.A Certificação do Agrupamento Mecanizado/NRF 12

20.1. Introdução

A prioridade número um de qualquer unidade da FOPE, em tempo de Paz ou Guerra, é treinar para executar operações, quer sejam de combate – tipo Artº 5º -, quer sejam de manutenção da paz – tipo CRO – para servir PORTUGAL.

Nesse sentido, o 1ºBIMec, parte integrante daquela Força tem como actividade principal em tempo de paz, treinar para manter o estado de prontidão superiormente definido para um determinado período. Durante o período de 11Jan08 a 30Jun09, foi-lhe atribuída a missão de se constituir como Agrupamento Mecanizado/NRF 12 (AgrMec/NRF 12) – contributo de Portugal para a componente terrestre da NRF 12, integrando para o efeito, o 1ºECC/GCC. Como resposta a esse desafio, o 1ºBIMec elaborou um plano de treino das tarefas que concorressem para as missões e capacidades requeridas à Força e que simultaneamente preparasse o Agrupamento para a certificação Nacional e Internacional.

O presente artigo tem como finalidade, mais do que analisar o aprontamento do Agrupamento, enumerar as limitações sentidas e dar a conhecer a forma como simplesmente decorreu.

20.2. O Plano de Treino

De acordo com as directivas do escalão superior, o plano de treino do AgrMec/NRF 12 foi executado em duas fases: Fase I – Treino Nacional; Fase II – Treino Multinacional, estando cada uma delas associadas a dois objectivos parciais perfeitamente mensuráveis, a certificação Nacional e Internacional, sendo este último considerado o Objectivo Final do Plano de Treino do AgrMec/NRF 12. Plano que se pretendeu, acima de tudo, assente em três pilares fundamentais: o Homem, a Manobra e o Tiro. Teve como referência as lições apreendidas do AgrMec/NRF 5, ou seja, a **continuidade** garantida pelo "Know how" dos militares que viveram o ciclo anterior da Unidade.

O modelo de treino adoptado baseou-se na **missão** e foi orientado para a **execução**[188]**,** no qual a missão atribuída foi transformada em tarefas a treinar - Lista de Tarefas Essenciais para o Cumprimento da Missão (LTECM), perfeitamente mensuráveis. Neste modelo, a iniciativa dos Comandantes das Subunidades e a presença constante do Comandante nas actividades de treino, no sentido de avaliar e influenciar o desenrolar de cada actividade e introduzir as alterações julgadas convenientes, são essenciais.

O tiro foi considerado desde o início do planeamento, uma das áreas de excelência para o aprontamento da Força, procurando-se que todos os militares do Agrupamento, nomeadamente das subunidades de manobra e da CompApComb, executassem no mínimo, uma sessão de tiro por mês.

Outra área que merece destaque foi a da formação, materializada no plano de treino e na "quantidade" ministrada.

Uma vez que a missão do AgrMec/NRF 12 se estende para lá da fase de aprontamento, o plano de treino teve sempre em vista a fase de "Stand-By", na qual o objectivo será a manutenção dos critérios de certificação através do treino de tarefas individuais e colectivas, consideradas mais críticas face aos actuais cenários - o ambiente "Three Block War"[189].

20.2.1. Manobra

Materializada no treino das tarefas e procedimentos tácticos.

20.2.1.1. Ciclos de Treino

De acordo com a Directiva Nº01/08 do AgrMec/NRF 12, o treino do Agrupamento teve início de acordo com a data prevista e articulou-se em "ciclos de treino", terminado cada um deles numa actividade de treino escalão Agrupamento, permitindo numa primeira fase, liberdade de acção e iniciativa às subunidades, para propor e treinar as tarefas individuais e colectivas, julgadas convenientes para esse ciclo. Tendo sempre como referência os objectivos para cada uma das fases de treino, estes ciclos articularam-se para que as tarefas fossem treinadas do individual para o colectivo e que as executadas ao nível das subunidades, concorressem para as de Agrupamento. Destes "ciclos de treino" gostaríamos de destacar as

[188] Revista Atoleiros Nº19 de Abril de 2008, O AgrMec/NRF 12 – Preparação para a Certificação

[189] Ambiente descrito pelo Gen USMC Charles C. Krulak (1997) como: "Num momento os nossos militares estão a distribuir alimentos e roupa a refugiados, providenciando ajuda humanitária. No momento seguinte estarão a separar duas facções rivais – conduzindo operações de manutenção de paz – e finalmente, estarão a conduzir acções de combate de grande letalidade num ambiente de média intensidade – tudo no mesmo dia, a uma distância de três quarteirões numa área urbana".

actividades de escalão Agrupamento realizadas no final de cada ciclo – os Exercícios da série LINCE.

20.2.1.2. Exercícios de Agrupamento - LINCE

De uma forma geral, tiveram como finalidade treinar o planeamento, o controlo e a conduta de operações tácticas, associadas a todo o espectro de operações num quadro de missões e tarefas que nos pareceram mais adequadas, tendo em conta os possíveis cenários de emprego. Dando mais ênfase, inicialmente, ao treino de tarefas associadas à alta intensidade, a partir do "LINCE 082" procurou-se, em permanência, treinar os três patamares: alta, média e baixa intensidade, sempre como resultado de uma Força de Entrada Inicial (IEO) onde, tendo como referencial o actual ambiente operacional, predominam as operações em áreas urbanas e se destacam o Combate em Áreas Edificadas (CAE), a guerra assimétrica, e onde a probabilidade de utilização de "Improvised Explosive Device" (IED) é elevada. Com uma duração de cerca de 10 dias, foram organizados para permitir às subunidades consolidar as suas tarefas, avaliar a sua execução por parte do Agrupamento e, no final, efectuar um "Situational Training Exercise" (STX) de Agrupamento. Nesses STX foi privilegiado o treino multi-escalão, um dos meios mais eficazes para treinar e manter a proficiência das tarefas treinadas, treinando-se em simultâneo o Estado-Maior do Agrupamento, os comandantes nos diversos escalões e tarefas individuais de todos os militares. Este tipo de actividades implicou pela sua complexidade, planeamento e coordenações detalhadas a todos os escalões de comando, permitindo o treino de uma ou mais tarefas de Agrupamento. Desta forma, foi possível às subunidades trabalhar na mesma situação de Agrupamento, diferentes graus de intensidade e diferentes tarefas em ambiente "Three Block War".

Em paralelo com o treino das TECM para cada período, os exercícios da série LINCE assentaram em três princípios: projecção; sustentação e versatilidade da força, para fazer face aos diferentes tipos de operações em que a mesma poderá ser empregue.

Para além dos objectivos estabelecidos para cada exercício, esteve sempre presente a intenção de reforçar a coesão e o espírito de corpo entre todos os militares do Agrupamento.

Neste capítulo, gostaríamos de realçar duas áreas a que se deu especial atenção durante a realização dos STX's: O Combate em Áreas Edificadas (CAE) e a luta contra IED's.

- CAE – A sua importância foi materializada pela realização de, pelo menos, uma sessão de treino por mês na região da SANGUINHEIRA e Srª da LUZ – Companhias de Atiradores e CompApComb – e pelo treino executado no Centro de Treino de Combate em Áreas Edificadas na EPI (Aldeia CAMÕES). De referir que, para este treino, o ECC integrou as Companhias de Atiradores e a CompApComb. Esta sessão de treino centrou-se na validação ao nível das Secções e Pelotões, procurando-se a todos os níveis, alternar o ambiente vivido entre a alta intensidade e o combate de precisão, proporcionando flexibilidade aos comandantes e aos soldados para adaptarem as suas Tácticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) a fenómenos actuais, como seja a presença de civis nas áreas onde decorrem acções de combate.
- Luta contra IED - o treino desta nova ameaça constituiu desde o início, uma preocupação para o Comandante, que desde logo deu directivas claras para que esta área fosse estudada e posteriormente treinada. No entanto e face à lacuna existente no que se refere a doutrina e NEP's sobre esta temática, o seu treino não foi agendado inicialmente. Pelo que só após um apurado esforço de pesquisa e análise de lições aprendidas, de outras forças em TO onde esta ameaça está presente, foram elaboradas NEP's que permitiram a realização de treino orientado para a ameaça IED, que terminou com um circuito de avaliação. Esta actividade permitiu sensibilizar os militares a todos os níveis, para esta nova ameaça. De referir, não obstante, que esta tarefa não se considera treinada e que existe ainda muito caminho a percorrer.

20.2.1.3. Treino das TECM

Após análise das Missões/Capacidades requeridas às forças NRF, que abrangem todo o espectro das operações, foi elaborada a LTECM com a colaboração dos comandantes das subunidades. Esta lista, embora extensa face ao período de tempo em causa, parece-nos bastante equilibrada.

Uma vez que a LTECM teve o envolvimento dos Cmdt's de Comp, tal facto contribuiu de forma clara, para definir o modo "como é treinado e quem treina" cada uma das tarefas, responsabilidade dos Comandantes das UEC sob permanente acompanhamento e supervisão do Comandante. Deste modo, somos do parecer que este modelo é perfeitamente ajustado ao treino de uma força deste tipo e à nossa realidade, acrescendo que confere flexibilidade atendendo ao imperativo de treinar os militares que constantemente foram integrando a força.

No que diz respeito ao treino da LTECM, é de referir que foi substancialmente afectado por dois factores essenciais: a permanente "flutuação" de pessoal e apresentação tardia de um elevado número de Comandantes de Secção, bem como pelos factores "distractores" do treino. Se em determinadas fases esta fatalidade foi encarada como mais um desafio a ultrapassar, noutras, trouxe desmotivação aos quadros que, sistematicamente, tinham que repetir tarefas já treinadas, e um aumento de instabilidade e permanente preocupação para os comandantes das subunidades que não viam os resultados do seu trabalho.

Com a apresentação de graduados, verificou-se uma maior estabilidade e um melhor enquadramento dos militares; no entanto, o nível atingido não foi o ideal face às lacunas de formação, à falta de experiência de alguns graduados, o que levou à introdução de uma

Escola Preparatória de Quadros (EPQ), que se veio a realizar no início do 2º Semestre – fase de treino multinacional.

20.2.2. Homem

Sendo o recurso mais valioso da nossa instituição e considerado um dos pilares do plano de treino destaca-se:

- O esforço efectuado na formação, quer ao nível do Agrupamento, que para o efeito prescindiu de alguns dos seus militares (graduados e praças) mesmo durante a realização de actividades consideradas importantes para o aprontamento, quer ao nível do escalão superior, que para além das necessidades de formação inventariadas permitiu o acesso a formação suplementar.
- O treino físico, uma vez que a condição física dos militares do Agrupamento é essencial à exigência do treino e do desempenho operacional. Ao treino físico foi dada especial atenção; mesmo durante os períodos de treino no exterior da unidade manteve-se a prática do treino físico através da execução de Marcor's, corrida com botas e marchas.

20.2.3. Tiro

Esta área, sendo outro dos pilares do plano de treino, merece especial atenção tendo a taxa de execução das tabelas e pistas de tiro rondado os 80 %. No entanto, não foi possível executar todo o tiro previsto, sendo a flutuação de pessoal um dos factores que mais concorreu para tal. Este facto obrigou as subunidades a realizar tiro com diferentes graus de dificuldade (uns a cumprirem tabelas de adaptação e outros a realizar pistas de tiro escalão secção) reflectindo-se em tempo e esforço gasto. Para os militares que cumpriram o plano de tiro ou uma grande parte dele, destaca-se a evolução, quer em proficiência na utilização do armamento, quer no incremento da confiança e motivação. São disso exemplo, a execução das pistas de combate de escalão secção na limpeza de edifícios, no controlo e distribuição de fogos em áreas edificadas ou não. Este tipo de treino revelou-se

também, uma mais-valia para os quadros que tiveram oportunidade de planear e executar sessões de treino, onde se procurou que o rigor dos procedimentos fosse uma constante.

20.3. Certificação

Sendo a certificação da força o Objectivo do AgrMec/NRF 12, este orientou os seus esforços no sentido de se preparar em todas as áreas, para responder positivamente aos parâmetros em apreço.

Tal como planeado, a certificação constou de duas fases distintas: a Certificação Nacional – até ao fim do 1ºSemestre, e a Certificação Internacional – durante o 2º Semestre.

20.3.1. Certificação Nacional

Passados três meses do início da I fase de treino - a meio - o Agrupamento foi sujeito a uma avaliação por parte da IGE, com a finalidade de avaliar o potencial, analisar a documentação enquadrante e a produzida pela força, e avaliar o grau de preparação e treino do Agrupamento, com vista à sua Certificação Nacional. Para esta Avaliação da Prontidão para o Combate (CREVAL), a equipa da IGE teve por base os critérios constantes do RAD – 95 (CREVAL) e os Critérios Permanentes para a certificação de forças NRF[190], que se podem resumir na avaliação da prontidão dos recursos humanos e materiais da força. Como é sabido, esta deve ter as suas estruturas orgânicas completas, pessoal treinado, equipado e abastecido, prontos a serem projectados dentro dos limites de tempo prescritos na CJSOR.

De referir que esta inspecção coincidiu com o exercício ROSA BRAVA 08, facto que se tornou desconfortável para todos os intervenientes, uma vez que a determinada altura, tornou-se complexo conciliar os interesses da equipa da IGE com os do exercício.

O resultado desta CREVAL não foi favorável ao Agrupamento, o que não fazia justiça aos esforços efectuados em todas as áreas. De salientar no entanto, e de acordo com o relatório da IGE[191], que os pontos negativos não foram responsabilidade do Agrupamento e, de uma forma geral, estavam associados à falta de pessoal e alguns materiais que ainda não tinham sido disponibilizados. No que diz respeito ao plano de treino, destacam-se as

[190] 2108.07/SHDTPT/04-100229, Certification of the NATO Response Force
[191] Relatório CREVAL Nº05/08 ao AgrMec/NRF 12 (17/19Abr08)

seguintes recomendações: a necessidade de efectuar o teste da câmara de gás e o treino da luta contra IED's.

No final da fase I, o Agrupamento foi sujeito a uma nova avaliação com a mesma finalidade da CREVAL anterior incidindo, nesta altura, nas deficiências detectadas na primeira.

Para esta avaliação, e como resposta ao resultado da primeira CREVAL, verificou-se um esforço suplementar do escalão superior em resolver algumas das deficiências detectadas, pelo que o resultado desta vez foi favorável, tendo o AgrMec/NRF 12 conseguido a Certificação Nacional. Neste ponto, importa referir que uma das soluções encontradas para permitir a certificação do Agrupamento foi o recurso ao conceito da "ordem de batalha" para pessoal e "Stand-by" para material.

20.3.2. Certificação Internacional

A "certificação internacional" pode ser obtida através de visitas de militares do escalão superior para validar a certificação nacional ou através da participação em exercícios conjuntos. Nesse sentido, para a validação da certificação internacional contribuiu a participação do Estado-Maior do Agrupamento no exercício "NOBLE LIGHT 08" em Espanha, com a finalidade de certificar o NRDC (SP) e a NRF BDE, e de um oficial do Estado-Maior no exercício "STEADFAST JOINER 08" na Alemanha, com o objectivo de certificar as componentes da NRF, de referir que também as outras forças não tinham forças no "terreno".

20.4. Conclusões

Analisando o que foi a fase de aprontamento do AgrMec/NRF 12, gostaríamos de salientar em primeiro lugar, a enorme responsabilidade que foi certificar a Força, mais ainda com os meios disponíveis e, algumas vezes, com apoios que tardaram em chegar. Conhecedores das limitações e dificuldades que o nosso Exército atravessa, importa deixar aqui alguns pontos em jeito de conclusão, que sirvam como lições apreendidas e que possam ser utilizadas com referência noutras situações:

- A realização da 1ªCREVAL, apesar de ter sido muito cedo relativamente ao tempo de treino, foi importante para sensibilizar todos os envolvidos, directa ou indirectamente,

com o aprontamento da Força, tornando o apoio do escalão superior mais efectivo e mais ágil na tentativa de resolver alguns problemas.

- O recurso ao conceito de "Ordem de Batalha" para resolver o problema de pessoal, parece-nos adequado para determinadas especialidades, mas não para um número tão elevado de militares. Esta situação, pode até induzir em erro quanto à real prontidão da força.
- O conceito de "Stand-By" para o material e equipamento em falta, utilizado para permitir a certificação da força, poderá de igual forma não constituir problema para alguns materiais. No entanto, para outros, como por exemplo o de NBQ, tal situação pode ser algo complicada porque, no mínimo, o pessoal tem que treinar e saber operar os equipamentos.

- Sabendo-se que situações ideais não são possíveis, o aprontamento de uma força deste tipo não se compadece com a apresentação tardia e de permanente flutuação de pessoal, levando a que alguns dos recursos gastos em treinos, deixem de ser um investimento.

Apesar de todas as vicissitudes vividas, o aprontamento do AgrMec/NRF 12 constituiu uma excelente oportunidade para todos os militares nele envolvidos pelos seguintes motivos:

- Quantidade de recursos e meios disponibilizados para o treino;
- Possibilidade de executar um plano de treino desta complexidade, fora do contexto de uma FND;
- Percentagem de execução do tiro e de treino planeado;
- Desafio que representou o processo de certificação;
- Experiência que conferiu a todos os militares, nomeadamente aos mais jovens do quadro permanente;
- Treino de Liderança, talvez uma das mais-valias mais importantes e mais perenes no tempo para o Exército e para o País. A oportunidade dos vários quadros, aos diversos

níveis, colocarem em prática o exercício da liderança em condições muito próximas das ideais, constitui um investimento que trará, estamos certos, fortes proveitos no futuro.

De uma forma geral o treino decorreu conforme planeado, tendo abrangido as tarefas concorrentes para: as operações defensivas, ofensivas e de CRO. Sendo de destacar o bloco das tarefas de Combate em Áreas Urbanas que, embora muito específico, procurou-se que fosse treinando em permanência e associado às operações Ofensivas, Defensivas e às CRO.

Maj Inf António Esteves

Bibliografia

Relatório CREVAL Nº05/08 ao AgrMec/NRF 12 (17/19Abr08)

Relatório CREVAL Nº08/08 ao AgrMec/NRF 12 (07/08Jul08)

Revista Atoleiros Nº19 de Abril de 2008, O AgrMec/NRF 12 – Preparação para a Certificação